

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**



A OUTRA MARGEM DO RIO
um estudo de fronteiras e etnicidade
nos Gerais, Oeste da Bahia

Ana Magda Carvalho

Salvador
Outubro, 1999



A OUTRA MARGEM DO RIO
um estudo de fronteiras e etnicidade
nos Gerais (Oeste da Bahia)

Ana Magda Carvalho

Monografia apresentada como
requisito parcial para a conclusão
do Curso de Bacharelado em
Ciências Sociais (Concentração
em Antropologia) da
Universidade Federal da Bahia.

Orientador:
Prof. Pedro Manoel Agostinho da Silva

Banca Examinadora:
Prof. Pedro Manoel Agostinho da Silva
Prof. Maria Rosário G. de Carvalho
Prof. Ordep Serra

“Dizem que os caras saíram no meio da mata – porque lá é mata, mata mesmo – aí chegaram e encontraram uma lagoinha de água que tava só assim, só brilhando puro ouro, tava o trem lá só brilhando. Aí o cara, dizem que chegou e ficou doido, encantou com o trem e ficou lá olhando. Aí o tapui, que quando ele viu aquilo, o tapui tacou a flecha enroscado nele. Aí já ele já saiu que saiu mesmo puxando pra trás na carreira. Ele foi lá e avisou o pessoal e juntou uma caravana de gente e veio. Hum!, num sabe nem pra que lado foi mais. Exalou.”

Joaquim Florêncio de Barros, 51 anos, Bom Sucesso 24/10/98

Foto da capa:

Crianças de Bom Sucesso, junho de 1997

Autoria: Janaildes Lima

Dedico este trabalho:

À d. Procidona, *in memoriam*.

À minha mãe (d. Baíca)
com amor e esperança.

À amores e amigos:
Antônio Câmara, Rute Lima, Leonardo e Jana

Agradecimentos

Devo a muitos por ter conseguido atravessar essa “grande água”. São muitas as pessoas que acompanharam, de perto e de longe, a gestação e o “parto” dessa monografia. São pessoas que fazem parte da história desse trabalho, e mais que isso, da minha trajetória pessoal, acadêmica, antropológica...

Começamos pela casa: minha mãe, d. Baíca, meus irmãos Rogério, Cássia e Henrique – referências de amor, retidão e dignidade. E ao meu pai, João de Lino, que me ensinou a ouvir música.

E por falar de amor, agradeço também aos meus amores, amigos & camaradas de estrada, que, uma vez compartilhando o acre e o doce, as alegrias e descobertas do caminho, adentraram na sala *vip* do meu coração: Jean Wyllys, Adriana Amorim, Adriana Prates, Jair Batista, Hudson Marambaia, Taynar, Vilma Reis, Patrícia Shcramm, Adailton “Zapata”, Juliana Rocha e a “galera da Tribo do Rio Vermelho” (Miguel, Ana Rita, Cristiane, Fábio e Cacá).

Ao meu compadre, amigo e *hermano* Leonardo Marques Pacheco, ou simplesmente Léo, por tudo. Desde os primeiros dias em Correntina – onde juntos conhecemos os Gerais, e dentro deles, a comunidade rural de Bom Sucesso – até hoje, nas aulas de capoeira e etnobotânica e nas prazerosas conversas e reflexões, sobre plantas, antropologia, vida & paixão, com muito acarajé e som de berimbau. Devo registrar ainda que sua participação foi importantíssima, inclusive, na descrição e análise de alguns dados etnográficos, resenhados no terceiro capítulo dessa monografia.

À Sílvia de Brandão Lemos, que me convidou para participar do *Programa UFBA em Campo*, atividade de extensão universitária que me possibilitou conhecer o município de Correntina, os Gerais e a comunidade rural de Bom Sucesso, objeto dessa monografia. Agradeço a Jana pelo apoio, afeto e amizade, presença constante na primeira ida a campo e nos momentos mais críticos da “gestação” desse trabalho.

À Antônio Câmara e Rute Lima, pela solidária e inestimável acolhida, por tudo. Por terem me proporcionado um lugar seguro, onde pudesse concretizar, com tranquilidade e perseverança, o desafio de concluir a Graduação em Ciências Sociais. Sou especialmente grata ao “prof.” Câmara, que me acompanhou durante o todo esse tempo de Graduação, me estimulando - mesmo sem saber - a capacidade de reflexão e o espírito de crítica e liberdade.

Ao meu orientador e mestre, Prof. Pedro Agostinho da Silva, cuja sólida orientação pedagógica me fez mais crítica, mais humana e mais habilidosa nessa arte de fazer ciência (sociológica, antropológica). Sou grata pela leitura atenta, miúda e criteriosa dos originais, a interlocução sobre as questões cruciais da monografia, o estímulo à capacidade de reflexão e de tratamento dos dados “brutos”.

À prof. Maria Rosário de Carvalho, mestre e co-orientadora, não devo nada de importância menor.

Ao prof. Edwin B. Reesink, pelos “toques” interessantes, pelas indicações de leitura e textos fornecidos.

Aos meus amigos e colegas do Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB): Ana Cláudia, Jurema, Patrícia, Samuel, Sílvia, Cloves, Jorge Bruno, Luís Eduardo (valeu o “toque” sobre os Xavante nos Gerais), Osny, Urânia e Aurélio.

À Pro-Reitoria de Extensão, onde vivi também experiências desafiadoras, seja participando de atividades de extensão (de uma das quais derivou o meu “objeto” de desejo monográfico...), seja na organização de um vasto material de pesquisa na forma de um livro. Meus sinceros agradecimentos ao Pró-Reitor Paulo Costa Lima, pelo estímulo fenomenológico-musical e por também ter acreditado em mim (apesar do meu jeito meio “enrolado” de ser) e na minha pesquisa nos Gerais, autorizando a subvenção de meu trabalho de campo, diga-se de passagem extensão direta da minha participação no *Programa UFBA em Campo*, fonte geradora de uma diversidade de experiências para muitos estudantes da Universidade. Ao Prof. Prudente Neto, pelo apoio logístico e de orientação, pelos caminhos abertos, e aos funcionários da Extensão. Sou grata também aos funcionários das bibliotecas de Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e de outros muitos lugares, pessoas que muito me ajudaram na pesquisa bibliográfica, na “caça ao tesouro” – isto é, às fontes primárias e secundárias.

O apoio de Nalva Serpa e Franklin Carvalho foi essencial para a qualidade visual das imagens (fotografias, gravuras e mapas).

Sou imensamente grata também à antropóloga Sheila Brasileiro pelos “toques” sobre genealogias, pela revisão crítica e miúda da versão preliminar da monografia, e pelos valiosos comentários e sugestões.

Aos professores e pesquisadores da Universidade Católica de Goiás (Goiânia), pela gentileza, pelos diálogos e informações, e pelo fornecimento de riquíssimo material bibliográfico sobre os Gerais e Correntina: aos antropólogos Altair Sales Barbosa (Instituto do Trópico Subúmido), Dulce Pedroso e Avelino Fernandes de Miranda, ambos do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA).

À Prefeitura Municipal de Correntina, e à pessoas da cidade que conheci nesse itinerário pelo longínquo Oeste da Bahia: Hamilton (INCRA, Santa Maria da Vitória), Israel (motorista da CPT - Comissão Pastoral da Terra), Antônio Reis (que me deu o “toque” sobre a necessidade de “estudar” Bom Sucesso), o pessoal do Hotel Ideal de Correntina, Monsenhor André, Neiva e Vanderlei, da Fundação Nacional de Saúde, Correntina; à Iremar, da Escola Família Agrícola do Vale do Arrojado.

Às famílias da comunidade rural do Catolés, margem direita do Rio Arrojado, cuja acolhida não tem como ser recompensada. Gostaria de deixar registrado alguns nomes: Domingos e Maria – que me hospedaram por um certo tempo, antes de cruzar a ponte em definitivo e ir conviver com o povo de Bom Sucesso –, D. Dalva, S. Deca, Joaquim, Selma de Joaquim e Selma de Domingos, que me deu uma grande força na aplicação dos questionários em Bom Sucesso.

E por fim, à comunidade de Bom Sucesso. Este trabalho, além de ser sobre eles, *é* para eles. Apesar do nosso encontro (etnográfico e humano) ter sido um tanto quanto confuso, no início, sinto que ambos nos modificamos, mais ou menos intensamente, mas nos modificamos. Sei da minha responsabilidade para com eles, não é necessário nenhuma teoria pós-moderna para entender isso, me dizer isso. A experiência de campo que tive serviu no mínimo para *bagunçar a minha cabeça*, bagunça altamente positiva, vista do ângulo do crescimento, humano e antropológico. Mas tenho certeza que *eles foram também bagunçados*, durante e depois da minha passagem por eles; que foram, certamente, provocados, no plano da auto-reflexão étnica do grupo, em sua (etno)história.

Devo me desculpar pela severa intromissão em suas vidas, suas casas, famílias. Pelo gravador, máquina fotográfica, questionários, perguntas, indagações, essas nem sempre vãs ferramentas metodológicas de trabalho. Trabalho que envolveu também muita alegria, pletora, sofrimento, angústia e paz (por quê não?, se, acompanhada, pelas crianças, nos alegres banhos de rio, junto aos mais velhos, ouvindo suas histórias, as histórias dos Gerais, com muita “pinga” e risadas, ou mesmo sozinha, só e

somente só, contemplando o rio e suas arrojadas correntezas, ouvindo e sorvendo os sons e as sinfonias de suas águas, eu tive paz...).

Às pessoas propriamente ditas, meu Deus!, quanta gente! À família que me acolheu durante quase trinta dias em campo: Nani e Nego, as crianças (Tanhã, Nenéia, Nanau, Marlito e Bianca - a “tapuia galega”). À Maria de Lara, Joaquim de Anália – um informante crucial -, Bia e seus filhos, S. Raimundo, ou como é conhecido, Vêi Buda, marido os dois Robertos, D. Procidona, já falecida, Ana do Busca Vida, Roberto, Ana de Marcelino, Roberto, Vêi de Parecida, Bernardina, Ana de Inês, Félix, Bira, Lero, Fidéli, Ana Parteira, Joaquim de Satili ou Dó, Lôra (mãe de Nani), Balbina, Manel, e tantos e tantos outros que seriam necessários “muitos janeiros” para registrar seus nomes...

Enfim, à todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho, que acreditaram e me fizeram acreditar em mim mesma, por tudo e para todos, aquele abraço!!

Sumário

INTRODUÇÃO

10

Capítulo I

CONSTRUINDO UMA ETNOGRAFIA: o dia em que fizemos contato, a manufatura do objeto e da presente etnografia

I. 1 - Em busca do (obscuro) objeto monográfico	14
I. 2 - Razões para escrever uma etnografia sobre Bom Sucesso	16
I. 3 - Preparando a volta, afinando os instrumentos	21
I. 4 - Do trabalho de campo: etnografia, diálogo e rito de passagem	23

Capítulo II

GERAIS/OESTE DA BAHIA: fronteiras ecológicas, etnohistóricas, geopolíticas e econômicas - um esboço histórico

II. 1 – Fronteiras em movimento: índios e colonizadores na fronteira Cerrado/Caatinga	29
II. 2 – A última fronteira: a ocupação dos Gerais pelas “firmas” - Contextualizando o espaço hoje	40

Capítulo III

A COMUNIDADE DE BOM SUCESSO E SUAS FRONTEIRAS: dados e artefatos para um estudo de Etnicidade nos Gerais

III. 1 – Localização, população, fronteiras internas e ambiente	49
III. 2 - Como estão: as condições materiais (e simbólicas) de existência	55
III. 3 - As duas margens do rio Arrojado: Bom Sucesso e Catolés	66
III. 4 - “ <i>Feios, sujos e malvados</i> ”: uma ideologia étnica?	74
III. 5 - A comunidade de Bom Sucesso e os Índios do Nordeste: uma breve análise comparativa	80

TENDÊNCIAS DE MOVIMENTO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

87

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS OUTROS DOCUMENTOS

90
95

INTRODUÇÃO

A presente monografia é resultado de dois anos de pesquisa sobre uma comunidade rural “cabocla”, denominada atualmente de Bom Sucesso e localizada às margens do rio Arrojado, nos Cerrados da Bahia, região Oeste do Estado, também conhecida como “Gerais”. É um estudo que tem como problema-guia o processo de construção, manutenção e negociação de fronteiras sociais entre a referida comunidade e outros sub-segmentos da sociedade regional.

Trata-se, empiricamente, de um variante bastante singular do que se poderia classificar como “grupo étnico”. Tal singularidade repousa sobre os arranjos, desarranjos e rearranjos experimentados no âmbito de um grupo social que se formou, historicamente, a partir do contato e miscigenação entre índios e camponeses, nos cerrados da Bacia do rio Corrente, conformando, ao longo de sua trajetória e no presente, um modo diferenciado de organização social, modo pelo qual é garantida a persistência da noção de fronteira (externa) e de unidade (interna). A presente monografia tem por objetivo básico investigar como, através da análise de processos sociais diacrônicos e sincrônicos, se manifesta o conteúdo dessas relações e códigos de fronteira.

Busco explorar, a rigor, o que se poderia chamar, provisoriamente, de um processo singular de formação de fronteiras étnicas entre um grupo indígena (muito provavelmente descendente de *índios agricultores incipientes dos Cerrados*¹, filiados ao tronco linguístico Macro-Gê) e a sociedade regional, nos Gerais da Bahia, grupo este que não passou pelo processo histórico do aldeamento, redução ou confinamento, como ocorrera aos índios do sertão nordestino, mas que experimentou, igualmente, o “caboclistmo” (Sampaio 1986) que dissolveu os elementos identitários mais caros à sua constituição como sujeito coletivo, tais como a língua, a cultura e o substrato racial, logrando manter no presente, a despeito da perda de tais referenciais, um modo próprio de organização social.

Os camponeses de Bom Sucesso, no entanto, não dizem, abertamente, que são índios, ou melhor, que continuaram sendo índios, muito embora, em toda a comunidade, existam indivíduos descendentes diretos de índios, vínculo que é atribuído e elaborado a partir da representação da herança do sangue indígena, ou, segundo uma significativa expressão êmica (e étnica), do “**sangue de Tapui**”. Essa atribuição, via de regra, não é uma auto-identificação, pois é sempre o outro – a família A ou B – que tem “sangue de Tapui”. É mediante o exame da história oral local que podemos verificar a existência de um inegável vínculo de parentesco entre os antigos índios (os “Tapui”) e os “caboclos” de Bom Sucesso de agora. A formação desse grupo indígena caboclo e seu território, deriva, ainda, do embate entre esses índios do passado e as frentes de expansão da sociedade regional (Ribeiro 1986),

¹ Cf. Agostinho (1994)

extrativista, pastoril e agrícola.

Para entender o “caso Bom Sucesso” é necessário, portanto, situá-lo no contexto dos estudos da Etnicidade (Barth 1998[1969], Cohen 1969), tomando como eixo de análise e comparação, teórica e empírica, especificamente aqueles estudos desenvolvidos em torno da *questão indígena* no Brasil (Ribeiro 1986; Cardoso de Oliveira 1972 e 1978; Carneiro da Cunha 1986) e no sertão do Nordeste brasileiro (Agostinho 1994; Brasileiro 1995; Carvalho 1994; Maia 1992; Mascarenhas 1998; Nascimento 1994; Oliveira F.º 1993; Reesink 1983; Sampaio 1986; Santos 1997 e Souza 1996). Esses últimos trabalhos mencionados têm em comum a investigação dos processos sociais-organizacionais que culminaram na *emergência étnica* dos *Índios do Nordeste brasileiro*, isto é, na transição sócio-política da condição de “caboclo” a “índio”.

* * *

Em última análise, é plausível afirmar que o foco central desta monografia é a questão das *fronteiras étnicas*, da etnicidade, presente entre essas populações indígenas tidas, até pouco tempo atrás como que irreversivelmente transformadas, diluídas e deglutidas pela “civilização”. O conceito de etnicidade abrange, em verdade, um grande leque de formas e conteúdos, e é por isso mesmo que a utilização desse conceito – o da etnicidade – deve ser feita com uma certa dose de cautela e rigor, já que, ultimamente, quase tudo pode vir a ser *étnico*.

Não é, portanto, sem sentido, a preocupação que têm demonstrado muitos antropólogos quanto à elasticidade do conceito do *étnico*, que se verifica não só nas produções acadêmicas, mas também na mídia e no cotidiano social. De fato, o *ethno* significa também, nas sociedades contemporâneas, mais uma vendável mercadoria simbólica da cultura: hoje fala-se de música étnica, de cinema étnico, de dança étnica, de comida étnica....

É bem diferente, certamente, quando discutimos, por exemplo, a questão das minorias étnicas, como os albaneses muçulmanos e os sérvios em Kosovo, os timoreneses separatistas, os negros, hispânicos e asiáticos nas metrópoles do chamado Primeiro Mundo, a exemplo de Paris, Los Angeles e Nova York. E o que dizer do movimento (étnico-indígena) que se processa em Chiapas, no México? Aí não temos mercadorias, mas sujeitos concretos, reais que demarcam (ou buscam demarcar) entre si, territórios e espaços de ação e atuação. Fazendo essa distinção, podemos então argumentar que o *étnico* recobre um leque de diversidades de formas, mas essas formas não são infinitas. Tanto a produção quanto a banalização discursiva do *étnico*, entretanto, parecem apontar para um caminho que vai na contramão do discurso, da ideologia e da cultura da globalização: quanto mais pensamos que seremos todos planificados pelo capitalismo ocidental, mais as diferenças locais são acionadas, afloradas, reelaboradas, refinadas. Na mesma medida em que somos levados a crer – e a temer – que a tendência (inexorável) é o mundo caminhar na direção de se transformar numa grande “aldeia global”,

hegemônica e massificada, diante dos fatos reais, somos levados a pensar que esse processo de *globalização* (real, retórica e ideológica) não é tão óbvio assim. Basta ler os jornais para saber que, definitivamente, não chegamos ao “fim da linha” ou ao fim do debate social em torno das fronteiras étnicas, das descontinuidades sócio-culturais, da pluralidade e da diferença. Esse debate nunca cessou, e pelo visto, estará sempre recomeçando...

Isso porque, no mundo contemporâneo, no ponto donde se escreve essa monografia, isto é, fronteira com o terceiro milênio, as sociedades ocidentais e ocidentalizadas experimentam um singular processo de afloramento e recrudescimento de fronteiras sociais. As cartografias étnicas e políticas não são cartas marcadas, e por isso devemos nos perguntar por que, nesse momento específico - final do século XX - estamos assistindo à erupção, explosão e implosão de tantos movimentos étnicos, de conflitos e guerras por fronteiras e identidades, conflitos locais em cujos desdobramentos intervêm organismos internacionais.

E é muito provável que a etnicidade esteja presente também no caso que será examinado nessa monografia – a comunidade campesina (étnico-indígena) de Bom Sucesso e suas fronteiras. Pretendo, pois, redesenhar as linhas evolucionárias (e não evolutivas) desse processo específico de construção de fronteiras, reconstituindo espaço, tempo, memória, ambiente, em suma, aqueles níveis de análise que considero por ora mais estratégicos. Não será fácil, mas vou tentar.

Optei por estruturar a presente monografia em três capítulos. No primeiro (**“Construindo uma etnografia – o dia em que fizemos contato, a manufatura do objeto e da presente etnografia”**), busco contextualizar como cheguei a conhecer a comunidade de Bom Sucesso, como o problema teórico e empírico foi mais ou menos formulado, que razões (ou desejos) me moveram no sentido de investigá-lo, os preparativos da viagem de volta, a afinação dos instrumentos e métodos, o trabalho de campo, enfim. Pois bem, esse é, digamos, *o making of* do documentário etnográfico, narrado, deliberadamente, em primeira pessoa. Assim, reservo as primeiras páginas da monografia para discutir um pouco os elementos envolvidos na sua produção – produção de diálogos etnográficos, de eventos e circunstâncias que foram a própria matéria-prima desse trabalho.

Trata-se portanto, de uma monografia eminentemente experimental, não somente pela singularidade de seu objeto – uma comunidade rural “cabocla” fechada em si mesma, mas que não fala diretamente de sua *indianidade* – mas também por ser sua investigação permeada de dificuldades e limitações. Daí a ênfase no diálogo etnográfico – isto é, no debate entre o grupo e a pesquisadora que produziu e provocou respostas sobre o sentido histórico e atual da sua etnicidade.

Postas essas questões, busco, no segundo capítulo (**“Gerais/Oeste da Bahia: fronteiras ecológicas, etnohistóricas, geopolíticas e econômicas – um esboço histórico”**) re-contextualizar o espaço macro de referência desse estudo, os Gerais, o Além-São Francisco, o Oeste da Bahia. Fundamentalmente, investigo os planos da conformação ecológica da área, a evolução do traçado

geopolítico e da presença indígena na região, demonstrando a pertinência de tomar essa região, nos limites aqui trabalhados, como uma extensa região de fronteiras.

A análise dessas variáveis é essencial para compreendermos porque só muito recentemente o Além-São Francisco rompeu o invólucro do isolamento e do vácuo jurídico-administrativo que perdurou até meados do século XIX, já que, até essa época, o rio São Francisco era a fronteira nominal entre Bahia e Pernambuco, limites estes que foram estabelecidos ainda nos primórdios da colonização portuguesa, quando da demarcação das unidades territoriais na forma de capitanias hereditárias.

O estudo da formação do território macro de referência – Gerais/Oeste da Bahia – através da análise dos planos ecológico, geopolítico e etnohistórico – revela ainda a dimensão ideológica imbutida no discurso do “vazio” demográfico que iria, já no final da década de 70 deste século, servir de instrumento de legitimação para ocupação dos cerrados do Além-São Francisco, pelo Estado e em consórcio com a iniciativa privada. Tratava-se, pois, de mais uma nova frente de expansão do capital (cf. Kraychete & Comeford 1991).

Por fim, depois de operado cortes mais amplos, no terceiro capítulo (**“A comunidade de Bom Sucesso e suas fronteiras – dados e artefatos para um estudo de etnicidade nos Gerais”**), chegamos à Bom Sucesso, ao seu ‘presente etnográfico’, tentando reter as regularidades (e irregularidades também) observadas no trabalho de campo: aqueles elementos organizacionais, práticos, simbólicos que conformam, no presente, a vida social do grupo.

Assim, o objetivo básico da etnografia sobre Bom Sucesso seria o de examinar, sistematicamente, suas atuais condições materiais (e simbólicas) de reprodução social, as quais parecem indicar para um conturbado (eu diria especificamente traumático) processo (histórico, portanto) de acamponesamento e empobrecimento, os quais implicaram também na estigmatização e fragmentação/ocultamento de sua identidade social étnica e indígena, a qual, no presente, a despeito de tais processos desagregadores, parece persistir, para além do silêncio, do não-dito, do ocultado ou do interdito, como uma outra margem, diferente, barulhenta e arrojada.

CAPÍTULO I

Construindo uma etnografia: o dia em que fizemos contato, a manufatura do objeto e da presente etnografia

“...o diálogo é estar essencialmente na presença do outro, por isso mesmo é verdadeiramente uma experiência, inscreve-se na integralidade do vivido, não sendo passível de redução ao registro da mera inteligência racional”.

Vital Pasquarelli Jr.

*“Aquilo que via no Outro
era o que reverberava em mim”*
Luíza Horta Cantão

I.1 - Em busca do (obscuro) objeto monográfico

Voltemos, então, ao início, ou a um ponto onde tudo teria, mais ou menos, começado. Para tanto, permitam-me uma breve exegese sobre o caminho que me levou até Bom Sucesso e aos Gerais, no ano de 1997. Tal digressão, se parece deslocada do raio de interesses desse trabalho específico, pretende demonstrar, ao menos, um itinerário pessoal e intelectual que parece ter culminado em certas opções teórico-metodológicas, cuja razão maior é a preocupação com a realidade mesma, com a possibilidade de aprendermos a melhor manejar os instrumentos científicos, cada vez que somos assaltados pela imponderabilidade e caoticidade do social.

* * *

Em 1995, ingressei como bolsista de Iniciação Científica no Projeto Integrado **“Fundo de Documentação Histórica-Manuscrita sobre Índios na Bahia”** - o FUNDOCIN - coordenado pelos professores e antropólogos Pedro Agostinho da Silva e Maria Rosário G. de Carvalho, do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFBa). Ingressava não

só num projeto de pesquisa, mas também no único núcleo existente, na Bahia, de pesquisadores consagrados aos estudos indigenistas, o PINEB (Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro), criado no início da década de 70.

Nesse Projeto Integrado, garimpando, juntamente com outros colegas bolsistas, o vasto acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia, à cata de documentos manuscritos que abordassem a questão indígena na Bahia do século XIX, me habilitei no exercício da pesquisa em fontes primárias e secundárias, ao mesmo tempo em que, de uma forma ou de outra, ensinava descortinar meus próprios rumos e caminhos na Academia. Estava, pois, principiando a minha inserção numa linha de atuação e produção de conhecimento, escolha essa que hoje se configura como um rumo acertado, dentre os muitos caminhos que poderia ter seguido. Ainda muito hesitante quanto à minhas preferências e referências acadêmicas, tive as condições necessárias para optar pelo que desejasse fazer. Enquanto me dedicava às atividades de pesquisadora no FUNDOCIN, participava também dos Seminários de Formação Teórica realizados regularmente pelo PINEB, cujo objetivo é oferecer aos estudantes que dele participavam um *lôcus* alternativo e complementar de debate e discussão teórica, já que na sala de aula, não passávamos dos autores clássicos, e às vezes de forma insuficiente e precária.

Quando chegou o momento de escolher um determinado objeto (obscuro desejo) de estudo monográfico, já na reta final do curso, fui bastante versátil: no início, cortejei a antropologia urbana, optando estudar as representações de gênero (masculinidade/feminilidade) no universo do homoerotismo feminino de Salvador. Um objeto tão escarpante, volátil e sedutor não poderia se fixar por muito tempo nas mãos de uma neófito da sócio-antropologia, de modo que acabei por “arquivar” meu projeto, meu objeto e meu desejo monográfico.

Na seqüência, abraçava a idéia de fazer uma etnografia sobre a chamada Aldeia Hippy de Arembépe, buscando subsídios num projeto de pós-graduação apresentado ao Mestrado em Antropologia da Unicamp. O projeto não foi aprovado, e o seu autor, um velho amigo, me autorizou a levar adiante a pesquisa que fora interrompida. Nesse ínterim, flertei ainda com a Feira de São Joaquim, e seu fascinante universo social, cultural e econômico. Veja-se que mais e mais me aproximava de objetos discretos e concretos, cujo “mergulho” antropológico, naquele momento, fosse minimamente garantido; (pre)sentia que era preciso “pôr os pés na terra”, e fugir da fatigante retórica que grassava no discurso e na prática acadêmicas.

E foi dentro desse contexto que ingressei num conjunto de atividades de extensão denominado **Programa UFBA em Campo**, realizado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia. Esse Programa desenhava-se no sentido de levar estudantes da Universidade (e da cidade) a entrar em contato e conhecimento com a diversidade social, cultural e política do estado da Bahia, com programas dirigidos para “conhecer” tanto a capital quanto o interior. Subjacente a este Programa, havia uma proposta pedagógica “alternativa” de fazer e pensar a Universidade. Engajei-me na frente de trabalho voltada para o interior (o projeto “Pulando a Fogueira”), eu e mais de duzentos estudantes

de diversas áreas - Ciências Exatas, da Saúde, Humanas e Artes. Esse “exército discente de Brancalione” foi então arranjado e combinado em grupo de quatro estudantes - os quatrinhos - de áreas diversas². Assim, integrei o quatrinho³ que se deslocou para o município de Correntina, Oeste baiano. Percorremos quase mil quilômetros, atravessando a Bahia de leste a oeste, cruzando o rio São Francisco e penetrando numa região - o “Além-São Francisco” ou “Oeste da Bahia” - cuja diversidade ecológica, social e cultural, ao fim da jornada, causou em todos nós, os chegantes, grande impacto e fascínio. Fomos para o município de Correntina, situado na microrregião de Santa Maria da Vitória⁴.

I.2 - Razões para escrever uma etnografia sobre Bom Sucesso

Chegamos lá em Correntina, depois de mais de quinze horas de estrada, no dia 20 de junho de 1997. No dia 21, durante o almoço de recepção, oferecido por autoridades municipais, um líder político e intelectual da região, Antônio Reis, pôs-se a narrar as muitas prodigalidades do município, não só em termos hídricos, mas também sociais, culturais, políticos e econômicos. Num tom ávido e entusiasmado, colocava-nos a necessidade de um “*estudo antropológico sério sobre uma comunidade ainda muito primitiva*”, revelando qualquer coisa de sensibilidade etnológica, de estranhar uma realidade que demandava um estudo, mas não um estudo qualquer; no caso, seria um estudo antropológico. “Ok, vamos lá, conhecer essa tal comunidade ‘primitiva’...”, aquiescemos⁵.

No dia 24 de junho, eu e meus colegas de equipe rumamos para a zona rural de Correntina, mais precisamente para o Vale do Arrojado. Fomos levados pelo Prefeito do Município e seu assessor, Antônio Reis, o mesmo que havia nos sugerido “conhecer” Bom Sucesso. Eis o que consta no relatório que escrevemos sobre nossa passagem pelo município de Correntina, especificamente sobre essa viagem:

“Terça-feira, 24 de junho de 1997. Fomos para **Catolés** com o prefeito, Sr. Ezequiel Barbosa e com Antônio Reis. Paramos em diversos pontos do caminho, conhecemos a vegetação nativa, tiramos fotos. (...). Paramos em uma localidade chamada **Vereda Grande**. Rezava-se a ladainha de São João. Pedimos permissão para gravá-la. Os homens conversavam fora, as mulheres rezavam dentro.

Já em Catolés, fomos hospedados por Seu Domingos. Este possui um rancho na beira do rio Arrojado. Almoçamos e à tarde fomos visitar a propriedade da primeira sogra de

²Para uma visão detalhada do que foi esse Programa, ver “**UFBA EM CAMPO 1996-98: Uma experiência de articulação ensino/pesquisa e sociedade**”. Salvador: UFBA. Pró-Reitoria de Extensão, 1998.

³Também fizeram parte dessa equipe os estudantes Leonardo Pacheco (Biologia), Leda Macário (Geografia) e Janaildes Lima (Ciências Sociais). A equipe foi monitorada em campo pela socióloga Sílvia de Lemos Brandão.

⁴Em verdade, meu primeiro contato com a região Oeste e com o município de Correntina ocorrera antes disso, em novembro de 1996, quando participei do **I Censo Nacional da Reforma Agrária**, como recenseadora, em áreas de assentamento do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) nos municípios de Santa Maria da Vitória, Correntina e Bom Jesus da Lapa.

⁵Esta mesma pessoa me dissera, um tempo depois, que entidades de base no município de Correntina, percebendo a singularidade social e étnica de Bom Sucesso – este era o nome desta comunidade -- se mobilizaram no sentido de trazer uma antropóloga da Alemanha, através de contatos e convênios com instituições luteranas. O fato é que a antropóloga chegou a ir para Correntina, mas regressou sem levar a efeito o trabalho de campo, segundo Reis, por motivos de saúde.

Seu Domingos, D. Dalvina Magalhães Dourado, ou simplesmente D. Dalva. No caminho, atravessamos buritizais e córregos. A terra parece um semblante humano sulcado e talhado por córregos (naturais) e regos (artificiais), estes provenientes do rio Arrojado.

Há na sua propriedade uma casa de farinha e uma pequena engenhoca tradicional, a qual utiliza - ainda - somente tração animal, além de um horto com plantas medicinais.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA [Relatório de Atividades e Pré-diagnóstico do Município], 1997:63)

Para se chegar na região do rio Arrojado, não são necessários mais de quarenta ou cinquenta minutos. A partir de um certo ponto, deixa-se o asfalto (a BR-349, que liga Correntina à Brasília), e pega-se uma estrada “cascalhada”, a qual, em determinados trechos, é obstruída por “areições” (a poeira é algo de incomensurável...).

Assim, estávamos singrando e conhecendo os **“Gerais”**, termo local e regional que designa os Cerrados, cuja vegetação predominante chama a atenção pelo aspecto tortuoso e retorcido dos galhos das árvores. Nossos ciclerones nos apresentaram, também, um imenso, belo e imponente pé de Buriti, uma espécie de palmácea que nasce em terrenos brejosos, indicando a presença de curso e linhas de água. Compõem a paisagem ainda as veredas, onde imperam dezenas de pés de buritis, conformando os buritizais, os brejos e as matas ciliares que acompanham os rios. O mês de junho nos cerrados é o auge da estação seca - as chuvas ocorrem justamente no verão -, e é por esse motivo que a vegetação, recorrentemente, apresenta focos de incêndio, até mesmo nos brejos. O clima é eminentemente seco, e após apenas poucas horas sentirmos as narinas queimarem e os lábios ressecarem (em alguém que chega, não acostumado a clima tão seco, após alguns dias, os lábios “racham”).

Seguindo: para chegarmos na “Fazenda Catolés”, é preciso atravessar uma ponte de madeira sobre o rio Arrojado (não sabíamos, mas antes mesmo de cruzarmos a ponte, já estávamos nas imediações de Bom Sucesso). Fomos instalados na casa de S. Domingos, um jovem senhor “boa praça”, que nos foi bastante gentil e receptivo. Fomos apresentados a ele como o “pessoal da Universidade, de Salvador”. Eu, particularmente, me via ainda presa ao impacto que o rio me causou: arrojado, sonoro, belo, de águas límpidas e transparentes. A casa de S. Domingos fica na “beira do rio”. À frente da casa, existe um “rancho” coberto de palha de buriti, onde S. Domingos reúne-se com compadres e amigos para “prosear”. Atualmente, também funciona como sala de aula.

O Vale do Arrojado, a calha do rio onde as roças e as casas das famílias de pequenos agricultores de Catolés estão instaladas, nos chamou muito a atenção pela sua beleza. Os pés de buriti, a mata ciliar “encostando” nos cerrados, e um rio, rio que tem uma sonoridade eterna e ininterrupta, arrojada, a não ser à meia-noite, “quando a água dorme”. Do ponto em que estávamos, a 1 km do rio, na margem direita, o rio Arrojado dormia num “remanso” (esse quadro quase pictórico hoje eu o reconstruo passados dois anos desde que estive lá pela primeira vez, mas percebo, muito mais do antes, que ele agora é mais belo: os Gerais representam um sistema ecológico integrado, onde índios e camponeses desenvolveram, praticavam e praticam modos de subsistência compatíveis e adaptáveis à

dinâmica ecológica dos cerrados. Hoje me vêm essas imagens dos Gerais, onde o fator da biodiversidade é uma característica básica. Naquele dia que estive em Catolés, eu não percebia isso. Óbvio, foi uma visita rápida demais. Ao mesmo tempo, éramos assaltados por uma realidade nitidamente rica, uma biodiversidade animal, vegetal, humana...).

Almoçamos na casa de S. Domingos e à tarde fomos conhecer o sítio de sua sogra, D. Dalvina Magalhães Dourado, ou simplesmente D. Dalva, uma senhora de mais de sessenta anos, bastante dinâmica, falante e receptiva, a qual nos levou para conhecer, dentre outras coisas, o seu horto de plantas medicinais. Meu colega “etnobotânico”, Leonardo, ávido por folhas, começou a entabular uma conversa sobre as diversas espécies vegetais por ela cultivadas no seu horto, para que fins serviam, enfim. Eu, a princípio, apenas escutava, quando, o tema “Bom Sucesso” entrou na pauta da conversa. Liguei instantaneamente minhas “antenas”. Perguntei: “*quem são esses que moram do outro lado do rio, em Bom Sucesso?*”. Sem cerimônias, dentre outras coisas, D. Dalva nos disse que:

“o povo - uns vão contando pra outros - (...) é um povo assim, não sei como, eles são **diferentes**, assim, mas são iguais a nós mesmos, (...) aquela **descendência** deles, dos **troncos velhos**, porque tudo tem raiz... Porque aí é assim, engraçado, eles são assim, **casam tudo no local deles**. E não é dizer que eles casam fora, não, é **tudo na família**. A casa é uma ali, outra aqui, é pai, é filho, é irmão, é cunhado, é sobrinho, é tio...(…). Eles lá é assim, do jeito que toca eles dança. **Eles num liga qualquer coisa não**. Se eles banhou, banhou, se eles vistiu limpo, vistiu, se eles comeu hoje, comeu, e assim, acho que por isso que esses **costumo** é esse, então só procura os **iguais**...(…). Já mudou muita coisa. De primeiro era muito... depois que o padre André andou aí (...); ali mesmo teve uma reunião, missa aí, a missa muito alevantada, que teve gente, que veio num sei quantos **padre**. E aí ele deu uma missa, ele deu muita explicação pra eles, desse tempo pra cá eles mudou muita coisa. (...) Eles dizia que eles tinha que **trabalhar com a cabeça, ter mais higiene com o corpo**, (...) e que cativasse mais a terra, panhasse lixo e botasse nas terra, adubasse as terra, arasse as terra...(…) E aí que o padre tem muito conhecimento com eles, e ajuda muito eles.” (D. Dalvina Magalhães Dourado, Catolés, 24/06/97, cit. em UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA ib.: 69)

A opinião de D. Dalva, reflete, na verdade, um certo consenso entre os regionais, segundo o qual o “*povo de Bom Sucesso*” descende de uma “*raça de gente*” que era “*pegado de cachorro*” (“*uai, porque corre e não corre, e os outro bota cachorro e pega e agora vai amansando*”, explica d. Dalva).

* * *

A tarde caía, e nós estávamos tomando garapa com limão, quando chega ao sítio de D. Dalva, um rapaz aparentando mais ou menos vinte e cinco anos, pele tostada, morena, cabelos lisos, pretos, tosados, dentes falhos. Ele senta-se, e fala qualquer coisa incompreensível. D. Dalva diz: “*ele é ‘mental’, é bobo...*”. D. Dalva nos diz ainda que ‘Manel’ – esse é seu nome - é como se fosse um filho “adotivo” seu, contando-nos sua história: Manel é filho de Babai, uma mulher de Bom Sucesso que

havia morrido, segundo D. Dalva, de “tanto beber cachaça”. Viviam “solta no mundo”, recebendo de uns e outros farinha, rapadura, “pinga e fumo”; usava uma saia de algodão surrada, amarrada na cintura com um cordão, enquanto que os seios deixava-os nus. Babai teve Manel na beira do rio, sozinha, cortando o cordão umbilical com uma pedra⁶.

* * *

No dia seguinte, cruzamos a ponte sobre o rio Arrojado e fomos conhecer Bom Sucesso, acompanhados de S. Domingos, bastante conhecido em Bom Sucesso, como o “Compadre Domingos”. Ele nos apresentou à algumas pessoas da comunidade, como D. Procidona do Espírito Santo e seu marido, reputado como um exímio benzendor de veneno de cobra, Raimundo Hilário dos Santos, conhecido também como o “Véi Buda”.

Em relação à Catolés, o número de casas em Bom Sucesso é consideravelmente maior, dando a impressão de um povoado ou vilarejo, com as casas muito próximas umas das outras, pintadas todas de branco, com portas e janelas de zinco. Ouvimos queixas de um certo trabalho de “reforma” das unidades habitacionais que fora feito na área pela Fundação Nacional de Saúde de Correntina, em virtude do surto de “bicudo” ou “barbeiro” (*Triatoma infestans*, um dos agentes transmissores da chamada “Doença de Chagas”) que assolava a comunidade. À primeira vista, eles não haviam gostado da “reforma” empreendida pela FNS no local, mas não entendíamos por que, já que a FNS havia atuado no sentido de imunizar a área para combater um surto de “barbeiro”, transmissor de uma grave doença, que é a doença de Chagas.

Diferentemente de Catolés, o padrão sócio-econômico de Bom Sucesso, a olhos ligeiros, parecia tocar ao (sub)nível da miserabilidade. Impressionisticamente, estávamos diante de uma comunidade paupérrima, populosa, confinada numa estreita faixa de terra agricultável entre o rio Arrojado e o “tabuleiro”.

Para onde quer que fôssemos, éramos acompanhados por um verdadeiro exército de crianças, curiosas, descalças, vestidas em alguns farrapos. Parte da equipe rumou para um lado da aldeia, parte para outro. Janaildes, Sílvia e Leda foram para o “buteco” de “Nego”, onde presenciaram um “ensaio de briga” entre dois rapazes “travados” de “pinga”, conhecidos como Turru e Badeco, filhos de Bia e netos de D. Procidona e S. Raimundo.

Enquanto isso, eu e Leonardo ensaiávamos uma conversa com d. Procidona e, na frente de sua casa. Esta, ao se referir aos “antigos” moradores do lugar, dizia que estes eram “pegados de cachorro” ou “à caça de animal”, chamando-os de “**Tapui**”, asseverando ainda que seu marido, S. Raimundo, e não ela, tinha o “sangue” desses “**Tapui**”.

⁶ Na segunda viagem, durante o trabalho de campo, fui informada que Babai descendia de uma parentela cujos homens e mulheres - Cazé Bamba, Antônia Bamba, Pedro Bamba -, dentre a maioria dos moradores de Bom Sucesso, eram os que mais assustavam os regionais, porque viviam semi-nus, mal-trapilhos e errantes.

Magda - E esses “Tapuio”, fica por onde?

D. Procidona - Esses “**Tapui**”, dizem, nalgum tempo, que esse tempo não era a gente, dizem, que ficava era aqui mesmo. Foi indo, foi indo, o povo correu com eles, agora tá de Olilandra⁷ pra frente. (...) Aqui acabou essa **raça de Tapui**.

S. Raimundo, bastante idoso (mais de 90 anos), era famoso por ser um bom “benzedor” de veneno de cobra. Ele estava recolhido, dentro da casa. D. Procidona o chamou. Ele veio muito lentamente, oprimido pelo cansaço da idade, mas ainda assim se disponibilizou para posar, muito dignamente, para uma fotografia, um “retrato”. Ele tinha uma pele morena, tostada, cabelos brancos e lisos, olhos cansados, gestos lentos e fatigados. Não ouvia quase nada do que dizíamos. Sussurava uma ou outra palavra. Mas quando d. Procidona perguntou se ele tinha “sangue de Tapui”, ele não vacilou:

D. Procidona - Ele tem o sangue dos Tapui - num tem, véio?

S. Raimundo - O quê...?

Procidona - Cê num tem o sangue dos Tapui?

S. Raimundo - Tenho...

Magda - Tem??

S. Raimundo - Tenho...

Em outro momento, eles disseram que os “Tapui” fugiram porque o local [Bom Sucesso, antigamente] “*encheu de gente e eles não gosta de gente*”. S. Raimundo disse ainda:

S. Raimundo - ...eu mesmo conheci dois deles. Eles andou por aí e tudo, óia. Depois abriu cá pr’esse mundo e...correu; [*sic.*] ainda dá notícia de dois.

Magda - Quem é que dá notícia?

D. Procidona - Esses meninos que andam lá por Goiás (...).

S. Raimundo - Eles disse que ainda vêm aqui...

Magda - Ainda vêm por aqui?

S. Raimundo - Ainda vêm aqui...

(25/06/97, Bom Sucesso)

Esses “Tapui” eram “brabos”, já que “não deixavam gente encostar”. Com o tempo, parte deles “amansou” e parte “*fugiu para dentro do mato*”. Esses “Tapui”, partilhariam, ainda, de uma espécie de semântica indígena pré-contato: comiam frutos silvestres, raízes e carne crua, sem sal, e andavam nus.

Acredito que foi a partir desse momento que se acendeu em mim a “centelha etnológica” de querer entender melhor essa história de “tapuios” ou “tapuis” que apareciam ao mesmo tempo espantosamente vivos e esquivos, dentro e fora dos moradores de Bom Sucesso, no que os discursos diziam e ocultavam. Tinha a ligeira impressão de estar diante de um grupo indígena “integrado” (cf. Ribeiro 1986), pobre e alijado, situado nos estratos mais baixos do sistema camponês regional/local. Havia um forte “cheiro de índio” pairando no ar, fugazmente se insinuando, aqui e alhures.

⁷Ourilândia, município do norte de Goiás, para onde teriam ido os “Tapui” - designaçãoêmica de “índio” - que existiam em Bom Sucesso. Ao que parece, é muito mais uma referência imaginária de um processo migratório real pelo qual teriam passado esses índios, migração esta estimulada, certamente, pelo contato com a sociedade regional (camponeses e citadinos) num pretérito mitificado e ao mesmo tempo histórico.

Mas, justamente por saber que não se faz ciência só com vagas impressões e sensações, nesse dia, pensei com os meus botões: “eu tenho que voltar aqui”. Minha colega Janaildes, ao perceber minha empolgação, foi categórica: “É, Magda, eu acho que você vai mudar, de novo, o seu objeto de monografia...” (dito e feito, só que dessa vez, ao contrário das outras, foi para valer...).

Antes de voltarmos para Catolés, andamos ainda mais um bom pedaço de chão: S. Domingos nos levou, por fim, à casa de d. Maria de Lara (Maria Vilas Boas, 61 anos) reputada como liderança local e “boa rezadeira”, rezando, nesse mesmo dia, a monitora da nossa equipe. Voltemos ao que diz o nosso relatório sobre a nossa passagem na casa de d. Maria de Lara.

“Fomos calorosamente acolhidos pela própria Maria de Lara. Aos poucos, iam chegando mais e mais pessoas - em sua maioria homens e crianças - vizinhos, certamente atraídos pela curiosidade que neles suscitávamos, afinal, éramos visivelmente estrangeiros na comunidade. Um dos integrantes da equipe, Leonardo trocou informações musicais com um senhor de idade, que tocava e fabricava instrumentos à base de pele de veado e madeiras de espécies nativas, como zabumba e outros⁸, enquanto isso, o resto da equipe conversava com outras pessoas, ao passo em que D. Maria de Lara preparava para nós beiju e um assado de porco à base de açafrão, condimento muito utilizado na região. Percebíamos que, lentamente, nossa presença tornou-se motivo para uma grande e alegre festa. Serviu-nos refresco, ao passo em que, em tom de desabafo, falava sobre a problemática situação da comunidade da qual era líder, tormenta esta que já havia sido afirmada por moradores outros que anteriormente prestaram-nos informações. De toda sorte, e em que pesem as dificuldades por que passa a gente de Bom Sucesso, o lúdico parecia estar intimamente ligado ao sôfrego. Isto ficou evidente para nós quando os músicos foram-se agrupando na sala, com os instrumentos, os quais são ritualisticamente utilizados em outras ocasiões. Em forma de círculo, eles começaram a tocar, cantar e dançar, ora no sentido horário, ora em sentido contrário. O momento máximo da celebração, para nós, deu-se quando D. Maria de Lara foi até o “terreiro” e soltou rojões, enquanto dentro da casa era só festa”. (ib.:40)

I.3 - Preparando a volta, afinando os instrumentos

Já em Salvador, comecei a me mobilizar no sentido de operacionalizar a minha volta aos Gerais, ao Oeste da Bahia, a Bom Sucesso. Tinha em mente fazer um estudo, a princípio, de *etnicidade*, verificando a pertinência do uso desta categoria no caso “Bom Sucesso” (uma comunidade “cabocla”, não identificada e auto-identificada como indígena, e ao mesmo tempo portadora de nítidas **fronteiras**, quiçá étnicas) levando-se em conta a contextualização histórico-geográfica, a ser pesquisada em fontes primárias e secundárias. Um primeiro trabalho de referência seria, evidentemente, o relatório que escrevemos sobre nossas atividades e impressões sobre o município de Correntina, o qual já foi citado algumas vezes. Trazia de Correntina um bom livro sobre a história do

⁸Dentre estes, pode-se citar o pandeiro, talvez o único exclusivamente de fabricação industrial, e a “gaita” – espécie de flauta. Este instrumento, há algum tempo atrás era fabricado pelos moradores com cera de abelha e com o caule de uma

município, escrito por um jornalista correntinense, residente em Goiânia. No livro, a questão indígena, é claro, não passou das primeiras páginas (aliás, como quase sempre acontece com trabalhos de caráter histórico-geográfico), mas devo reconhecer que foi a partir das (excelentes) referências contidas no livro de Baiano (1996) que iniciei minha própria pesquisa bibliográfica.

No início, fiquei fascinada com a idéia de fazer, finalmente, um “trabalho de campo” no sentido mais tradicional e clássico do termo. Teria condições para? Estaria metodologicamente preparada? No contexto da geração do PINEB da qual fazia parte, nos especializamos em pesquisa com documentação histórica, depois de mais de duas décadas de pesquisas de cunho empírico, realizadas por sucessivas gerações de estudantes e de antropólogos formados. Mesmo fascinada pelo trabalho em arquivo – no âmbito do Projeto FUNDOCIN, conforme assinalado anteriormente --, percebi minha predileção por objetos vivos, esquivos, humanos e concretos. Aceitei o desafio.

Comecei a peregrinação à cata de dados, sabendo que, no fundo, teria de produzi-los, descobri-los, ainda que não inventá-los. O grande obstáculo foi a exigüidade de fontes (primárias e secundárias) e bons estudos (biogeográficos, históricos, sociológicos e etnológicos) sobre a região Oeste da Bahia. Tudo que se encontra lá, no Oeste, está além do rio São Francisco, o rio que até meados do século XIX, era o limite natural entre Pernambuco e Bahia (sobre o traçado geopolítico dessa região, portanto, até pouco tempo atrás, era muito mais confuso e indefinido. Tal indefinição, além de outros fatores, produziu uma região de fronteiras, eqüidistante e isolada de centros administrativos-políticos, como Salvador, Recife e Goiânia)⁹.

Com o avançar da carruagem, isto é, com a maturação da pesquisa, que se iniciou em julho de 1997 (quando voltei de campo), as questões digamos mais estratégicas, os problemas (sociais, sociológicos) detectados, enfim, a toda essa malha de investigação, que no momento, se apresenta como a mais necessária e pertinente tenho denominado de *malha etnográfica*. As fontes e ferramentas utilizadas para compor essa *malha etnográfica* têm sido diversas: observações e conhecimento acumulado decorrente da experiência de campo; anotações, diários, registros áudio-visuais (depoimentos, fotografias, músicas, etc...), viagens, levantamento de fontes em institutos de pesquisa (em Salvador e Goiânia), fontes primárias e secundárias, relatórios técnicos, mapas, conversações, reflexões... Se fazer, escrever e construir uma etnografia, é saber arranjar e afinar os instrumentos, tecer fios em meadas, eis uma missão difícil, angustiante... No início, nossos arranjos são dissonantes, desafinados. Com o tempo e o refinamento dos sentidos, você começa a superar aquela angustiante suspeição de que o entendimento do problema está a anos-luz, ao passo em que tenta, como Sísifo, começar sempre do zero etnográfico, entendendo, também, que o caos que se interpõe ao

planta chamada “taboca”. Atualmente, devido à escassez desta espécie, a taboca foi substituída por cano de PVC (obs.: *nota original do Relatório*).

⁹ A pesquisa de campo, realizada entre os dias 27 de setembro e 05 de novembro de 1998, foi financiada pela Pró-Reitoria de Extensão, através de convênio com a SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Com esse

conhecimento só aos poucos vai sendo dissolvido; e que o etnógrafo é aquele artesão que faz arte e fatos sociais numa mesma malha, e não há como desatar esse nó.

E por entender que etnografia, ao contrário de ser uma “ficção”, se faz com a prerrogativa maussiana de conhecer e saber “quem são, onde estão e como estão” aqueles que, em última análise, correspondem ao objeto de nossa investigação, optei por caminhos metodológicos não muito fáceis, como, por exemplo, o de proceder a um censo das 130 famílias de Bom Sucesso, abordando questões relativas à constituição e reprodução das famílias nucleares, tais como renda familiar, padrão alimentar, plantio, etc. Uma vez na cidade de Correntina, elaborei, numa máquina datilográfica, os formulários com as perguntas fechadas, não sabendo eu, que mais tarde, durante o trabalho de campo, esses tais papéis fossem ser o pivô de sérios ruídos na comunicação entre a pesquisadora e o grupo.

Doravante, com ou sem barulho, a ênfase é na etnografia, na tentativa de articular descrição e análise dos dados. Dados esses que, mesmo tendo sido filtrados de diversas formas, apresentem uma objetividade mínima, documental mesmo, pois se não quero afirmar verdades categóricas, também não me perco dos objetivos externos que podem resultar dessa pesquisa.

I. 4 - Do trabalho de campo: etnografia, diálogo e rito de passagem

Quando em fins de setembro de 1998, instrumentos afinados, devidamente calibrados, finalmente viajei para o Oeste, para Correntina. Chegando lá, me instalei num hotel no centro da cidade; tão logo deixei as bagagens no quarto, comecei a “flanear” pelas ruas, me desfazendo aos poucos de uma estranha saudade. Procurei por pessoas que conheci na primeira viagem, como Antônio Reis, o mesmo que havia me sugerido “estudar Bom Sucesso”. Não o encontrando, procurei pelo “Padre André”, na intenção de marcar uma entrevista, pois suspeitava que ele seria um bom informante sobre Bom Sucesso. Não foi difícil encontrá-lo, pois todo mundo em Correntina, “*de mamano a caducano*” sabe quem é e onde mora o Pe. André. Ao chegar em sua casa, me apresentei e solicitei uma palavra com ele; fui informada que ele não poderia me receber, pois tinha acabado de chegar de uma viagem. Um homem já bastante idoso, que estava “pousando” em sua casa, e que me ouviu falar a respeito de onde era e o que pretendia no município, começou a puxar conversa comigo. Sim, eu o conheci também na primeira viagem, lembrei quase que instantaneamente: era um médico francês, conhecido como dr. Edgar, que tem uma propriedade nos “ermos” Gerais¹⁰.

financiamento, foi possível pesquisar em institutos e universidades de Goiás, em Goiânia, pois suspeitava que lá encontraria, mais do que aqui, fontes para a minha pesquisa.

¹⁰ Mas me lembrei também que pairavam acusações de ter sido esse simpático homem, já bastante idoso, integrante do corpo de médicos do DOI-CODI, durante o regime militar no Brasil, na década de 70.

No dia seguinte, um Sábado, era dia de feira. Pela manhã, gravei uma hora de entrevista com Pe. André (ele me pareceu bastante contido e cuidadoso, principalmente quando perguntei sobre as “firmas”...). Depois, comprei algumas provisões na feira para levar na viagem. Almocei em um mercado popular, e na sequência, fui até à praça onde ficam os ônibus que transportam os camponeses para as localidades rurais. Tive sorte de reencontrar “Joaquim de Deca”, filho de d. Dalva, de Catolés. Pegamos o mesmo ônibus. Tratava-se de uma lataria enferrujada, que se arrastava na estrada a, no máximo, talvez, 20 km/h. Dentro do veículo, a maioria das pessoas era de Bom Sucesso; divisei alguns rostos conhecidos, mas a grande maioria me era estranha. Da mesma forma, alguns me reconheceram, mas a grande maioria, igualmente, não tinha ciência de onde eu vinha. Olhares exasperados, curiosos me fulminavam; à boca miúda, perguntavam uns aos outros o que significava minha presença ali (na verdade, tive que me acostumar à esse estado de super-exposição durante todo o trabalho de campo, pois, para eles, no mínimo, eu teria caído de pára-quedas.

Entre sacos de farinha, feijão, galões de pinga, odores fortes – de cachaça, principalmente --, risadas, olhares cismados, calor, torpor e ansiedade, segui -- seguimos – viagem. O ônibus chacoalhava na BR-349. Ao longe, divisava as *plantations* das “firmas”, enquanto conversava com Selma de Joaquim, enquanto sentia o que podia sentir e filtrar, de alegria, expectativa e emoção, naquele momento. Mas assim que o ônibus deixou o asfalto e pegou a estrada de terra, ele inventou de quebrar. “Normal..., pensei, tudo pode acontecer nessas circunstâncias...”. Após algumas horas de espera, finalmente, voltamos a pegar a estrada. Cheguei a Catolés depois de nove horas da noite, completamente extenuada. Fui recebida por Domingos, bastante “camarada” e gentil, não vacilando em me acolher, como hóspede por alguns dias, em sua casa, que fica na beira do rio Arrojado.

Enfim, estava de volta ao vale do Arrojado. No breu da noite, sob um céu salpicado de estrelas, nem conseguia acreditar que estava, de novo, ouvindo o barulho arrojado do rio, um ano e meio depois da primeira viagem. Estava contente de mim, pois percebia que era exatamente aquilo que gostaria de estar fazendo, cruzando fronteiras, internas e externas, me colocando, cada vez mais e intensamente. E aprendendo a fazer antropologia, esse ofício *blues*.

O dia seguinte foi reservado para retomar o contato com as pessoas de Catolés. Tinha um veículo de (re)aproximação, as fotografias da primeira viagem, mostrando-as e distribuindo-as com Domingos, Maria, sua esposa, D. Dalva, S. Deca, Joaquim, Selma, a quem chegasse. O mesmo ocorreu do outro lado do rio, em Bom Sucesso. As pessoas formavam verdadeiras “muvucas” em torno das fotografias. Para mim, estas serviriam como prova irrefutável, para eles, de que eu, um dia, já os tinha conhecido.

Nos primeiros dias, fiquei hospedada na casa de Domingos, em Catolés. Todos os dias, depois do desjejum, atravessava a ponte e ia para Bom Sucesso. Volta e meia lembrava-me do que me dizia a prof. Rosário, antes da viagem: “desligue a máquina”, querendo com isso dizer, talvez, que não me preocupasse em ir logo antropologizando tudo que visse e ouvisse, pela frente e pelos lados, mas ao

contrário, deixasse chegar as primeiras impressões e sensações. E assim transcorreram os primeiros dias, conhecendo pessoas, reconhecendo outras, como Bia, a família de Nani, d. Bernadina, dentre outras, e assim fui, aos poucos e muito lentamente, me familiarizando com o dia-a-dia do lugar. Sempre que voltava a Bom Sucesso, retornava à casa da família de Nani, e só depois de alguns dias, um tanto quanto sem jeito (mas ainda assim com a firmeza de quem não havia ninguém que pudesse fazê-lo por mim), perguntei (expliquei quem eu era o que gostaria de fazer ali em BS, e que gostaria de passar uns dias entre eles...) a Nani, esposa de “Nego” do botequim, se ela e sua família poderiam me acolher por algum tempo. Obviamente, deixei claro que tal acolhida não sairia de graça.

Nani e Nego têm cinco filhos, Tanhã, Nenéia, Nanau, Marlito e Bianca. O casal administra um ponto comercial, construído em um dos cômodos da casa, onde vendem coisas diversas: óleo de comida, sabão, cachaça de folhas e raízes, “pinga” pura, catuaba (do “Paraguai”, de certo), fumo de corda, biscoitos, velas, querosene, etc... Por ser um espaço de sociabilidade das pessoas do lugar, a casa/venda de Nani e Nego sempre vivia cheia de gente, e foi assim que conheci muitas pessoas, inclusive de outros lugares. Quando me indagavam sobre o que queria ali entre eles, uma moça tão “fina”, da cidade, recorria à (vaga) explicação de que pretendia escrever um livro, falando deles e de sua história. Naturalmente, era uma justificativa muito pouco sustentável. Daí, começaram a pipocar, aqui e alhures, estórias sobre minhas “verdadeiras intenções”: rapidamente, espalhou-se o boato - milenar mecanismo de controle social - de que eu era uma “fiscal do IBAM(B)A”, que, no fundo, estava ali para descobrir e denunciar os que capturavam pássaros nas veredas para vender aos “atravessadores”, as mulheres que tiravam palha de buriti (*Mauritia Flexuosa*) dos brejos para confeccionar vassouras e esteiras, os que caçavam. Tanto em Catolés como em Bom Sucesso, esses boatos cresciam e se multiplicavam numa rapidez espantosa. Cada dia era um novo e verdadeiro “batismo de fogo”, em que me via constrangida a explicar o que eles não eram obrigados a entender.

Do início ao fim da minha estadia em Bom Sucesso, perdurou uma atmosfera de tensão, desconfiança e acautelamento, ao passo em que outras pessoas me eram bem mais receptivas e gentis; mas passei por bons apertos, e o tempo, às vezes, fechava mesmo, pois era deveras estranha, e minha presença ali parecia, aos olhos nativos, absolutamente despropositada. Uns achavam que era do *alto*, do *governo*. As comparações mais suaves eram aquelas que me projetavam como alguém da *paroca* de Correntina, isto é, da Igreja, já que de fato, era normal aparecerem em Bom Sucesso padres e freiras para realizar trabalhos de aconselhamento e evangelização no local. Não havia o campo semântico do *antropólogo*, e muito menos do antropólogo indigenista¹¹. Tratava-se, pois, de um jogo de alteridades radicais, nos termos de Baudrillard (1995), radicais, às vezes demais.

Lá no campo, me lembrava do filósofo alemão Hegel, quando ele se referia, em algum lugar, à “aridez do conceito”. Constatava, perplexa, que o conforto dos livros e das teorias, tão ciosamente

¹¹ Essee *insigh* sobre o campo semântico (nativo) do antropólogo – indigenista – eu devo ao prof. Roberto Albergaria.

aprendidas na academia, no confronto com os efeitos do viver mesmo, caía, desamparada, por terra. Percebia que o “conceito” em nada reconciliava essa contradição entre a realidade e o mundo das idéias, e que a *experiência*, profusa, confusa, real e visceral, tendia a ser esterilizada, fossilizada e ‘gessificada’, ao ser transformada em meras palavras, áridas, duras, insípidas. “Então é isso? Fazer trabalho de campo é isso? É perceber esse desconfortável paradoxo?” Eram perguntas que em mim sempre reverberam, cada vez mais fortemente, desde o primeiro até o último dia do trabalho de campo.

Assim, encarava estar ali, estar naquele contexto singular, tão distante do meu nicho, do meu pequeno e limitado universo, das minhas teias de referência, dos meus amigos, tudo, ao fim, me sugeria que eu estava vivendo um processo de sérias transformações internas e externas, como se estivesse vivendo um rito de passagem, uma iniciação. No fundo, essa dimensão iniciática da etnografia, depois de vivida a experiência em si, fica muito clara e nítida, agora, já mais ou menos refeita dessa passagem.

Claude Lévi-Strauss, em *Tristes Trópicos* (1996), desce às raias estruturais do processo de construção do um etnógrafo. Entre perdas e ganhos, fazer etnografia com experiência de campo consiste em se despregar de si, ainda que temporariamente, e mergulhar no Outro. Tenho certeza que, no meu caso, essa invasão e renúncia ocorreu também do outro lado, entre os camponeses de Bom Sucesso. Se fui testada em minhas possibilidades humanas, o mesmo se passou. Dessa experiência, saímos aturdidos, confusos e ao mesmo tempo mais fortalecidos. Quanto ao destino do etnólogo-etnógrafo, bem... Volto à Lévi-Strauss (ib.:53) e sua análise do desarraigamento implicado na condição de etnógrafo:

“Nessa antinomia que opõe, de um lado a profissão, e de outro, um projeto ambíguo que oscila entre a missão e o refúgio (...), a etnografia ocupa decerto um lugar privilegiado. (...) Sempre se considerando humano, o etnógrafo procura conhecer e julgar o homem de um ponto de vista elevado e distante o suficiente para abstraí-lo das contingências próprias a esta sociedade ou àquela civilização. Suas condições de vida e de trabalho o isolam fisicamente de seu grupo por longos períodos; pela brutalidade das mudanças a que se expõe, ele adquire uma espécie de desarraigamento crônico: nunca mais se sentirá em casa, em lugar nenhum, permanecerá psicologicamente mutilado. Como a matemática ou a música, a etnografia é uma das raras vocações autênticas. Podemos descobri-la em nós, ainda que não nos tenha sido ensinada por ninguém.”

Neste sentido, a etnografia conduz, necessariamente, não só a um modo específico de pensar o trabalho científico, mas também a uma via de acesso do etnógrafo em direção a si mesmo e ao seu próprio universo, agora estranhado, pois é justamente quando nos fragmentamos e quando vemos nossas ‘fanadas ilusões’ sendo arrastadas e fragmentadas pelo real, é que podemos promover, sem receio, rupturas e ranhuras, na superfície e na estrutura, do que julgávamos como verdades incontestáveis .

Esse tipo de fazer etnográfico, o qual recupera e enfatiza o lugar da experiência, reverberou fortemente nas correntes pós-modernas da Antropologia (Pasquarelli Jr. 1995). De um modo ou de outro, minha etnografia tem se pautado muito nesses recursos e discursos dialógicos, na preocupação de não deixar passar em brancas nuvens a experiência de campo, que foi individual e coletiva.

Penso que nem sempre é possível, pois, abstrair o antropólogo das armadilhas, contradições e conflitos que a *experiência etnográfica* lhe coloca. No meu trabalho, busco resgatar um pouco da minha própria experiência, não só porque o julgo sensato e antropologicamente correto, mas porque foi dessa relação e dessa troca de experiências entre a pesquisadora e o grupo humano pesquisado (relação que não é, como se sabe, unilateral) que brotaram as principais questões étnicas e etnológicas, os primeiros diálogos internos sobre o sentido étnico-indígena de sua história.

Esse processo, o do contato e da plasmação dos diálogos, às vezes mutuamente surdos, como cheguei até Bom Sucesso, as representações e indagações colocadas por pessoas da cidade de Correntina sobre esse grupo de camponeses vistos como *atrasados*, *primitivos*, *cachaceiros*, *briguentos*, etc. -- estados de opinião recorrentes entre os moradores da cidade --, nossas primeiras conversas, o contato diário e cotidiano durante o trabalho de campo, a percepção que o grupo construiu a meu respeito, minhas posturas políticas (e em certa medida, éticas) diante desse trabalho e deles, enfim, são questões que remetem para a manufatura, o *making of* do documento etnográfico. Assim dizendo, não busco apontar para os “bastidores”, aquelas verdades que estão por trás da ficção, mas para a cena mesma, onde o antropólogo é um interlocutor e produtor de diálogos - sujeito e objeto de falas, vozes e discursos; ele não está nem no centro e nem na periferia da cena, pois sendo sua presença ruidosa e barulhenta, ele se vê a si mesmo em toda sua humanidade e vulnerabilidade, da qual não pode escapar, a não ser por um super-humano esforço de abstração.

Ocupei, pois, muito espaço dessa monografia para discutir certas questões que, aparentemente, não seriam muito relevantes. Questões como o contexto situacional no qual emergiu e veio a ganhar corpo e a se desenvolver não só a monografia em si, mas principalmente, o seu objeto, caberiam, certamente, nas linhas introdutórias desse trabalho. Para mim, no entanto, o caráter experimental desse primeiro vôo etnográfico mais sério e pleno - em todos os sentidos - precisava ser, de alguma forma, abordado. Talvez, quando de um momento em que esteja mais segura de minhas certezas e dúvidas antropológicas, essas preocupações pareçam filosóficas demais, juvenis ou ingênuas. Ficaria, entretanto, devedora, para comigo mesma e para o leitor, se me ausentasse de registrar em que níveis, pessoais e intersubjetivos, reverberou a experiência de levar a efeito o “rito de passagem” representado pelo desafio do trabalho de campo, do mergulho no desconhecido, quase que absoluto; e após seus mais difíceis momentos, lá no “campo”, resta apresentar, da forma mais aproximada possível, os dados (ou artefatos) que foram colhidos, produzidos e filtrados antes, durante e depois da experiência de campo.

Como já foi exposto, parto da hipótese de ser Bom Sucesso uma comunidade étnica, fechada e ao mesmo tempo intercambiável e permeável a outros sub-sistemas sociais, e que, muito possivelmente, guarda continuidades históricas com grupos indígenas dos Gerais (cerrados), como os índios **Akroá**, da família linguística Akwê, tronco Macro-Gê. O veículo da etnicidade, aqui, entretanto, não é o do discurso de auto-identificação. Ser índio corre fora (e dentro) das falas. A angústia – ou zona de sombras -- era justamente essa: todas as palavras sobre o passado “tapui” eram cortantes; falar de caça, pior ainda, já que eu era vista como a “fiscal do *IBAM(B)A*”; outros modos de subsistência, como a produção de manufaturados a partir da palha do buriti, eram também evitados, dissimulados e entrecortados nas falas.

Imaginem, pois, a etnografia passar intacta por todos esses filtros... No barulho e no silêncio das palavras e dos nossos (inter)diálogos, e na bagunça dos dados, restam fatos e dados produzidos, manufaturados, restam “artefatos” (cf. sugere Pais 1996:95), mas nem por isso menos passíveis de confiança do que aqueles que acreditávamos serem fatos puros, isentos de suas (nossas) prenoções, influenciados que somos pela metodologia *durkheimiana*. Acredito em contrapartida, que existe, na pesquisa etnográfica, um substrato objetivo a deslindar, uma realidade eminentemente empírica, em cuja investigação devemos nos esforçar para não nos perdermos nos labirintos das infindáveis discussões teóricas e metodológicas.

Capítulo II

Gerais/Oeste da Bahia: fronteiras ecológicas, etnohistóricas, geopolíticas e econômicas - um esboço histórico

*“E sofreram tantas dores,
acuados, no sertão...”*
Geraldo/Tetê Espíndola, “Kikiô”

II.1 - Fronteiras em movimento: índios e colonizadores na fronteira Cerrado/Caatinga

O “caso” Bom Sucesso, bastante singular em si mesmo - uma comunidade de camponeses pobres e alijados, etnicamente diferenciados da sociedade regional e que, paradoxalmente, parece ser e não ser **grupo étnico**, e indígena mais propriamente - após algum tempo, parece-me mais complexo (e intrigante) ainda à medida em que busco contextualizá-lo em três planos cruciais e estratégicos de análise, sejam eles o ambiente biogeográfico, o espaço territorial e geopolítico, e por fim, a distribuição e história da ocupação indígena (em cortes diacrônicos distintos e processuais) desse mesmo espaço.

Biogeograficamente, assim como a maior parte da região Oeste da Bahia, a comunidade rural de Bom Sucesso está inserida no Domínio dos Cerrados, um dos sete grandes domínios morfoclimáticos e fitogeográficos existentes no Brasil (cf. Barbosa s.d., p.6).¹² Muito embora o Oeste da Bahia, no plano ecológico, corresponda, em sua maior parte, ao domínio dos Cerrados, também, e principalmente, a região se caracteriza por ser uma extensa zona de tensão e transição entre esse sistema biogeográfico e um outro, qual seja, o do domínio das Caatingas. Como tentarei mostrar nesse capítulo, o macro espaço de referência – Oeste da Bahia – só poderá ser suficientemente compreendido, em termos de ocupação indígena, se levarmos em conta que nele operam dois sistemas ecológicos distintos e correlacionáveis.

Como só muito recentemente essa região passou a ser denominada de “Oeste da Bahia”, dadas as vicissitudes e indefinições geopolíticas que perduraram até meados do século XIX, usarei, ao longo desse capítulo, a designação “Além-São Francisco”, como o fez Miranda (1994), em sua dissertação sobre o processo de modernização agrária que tem ali ocorrido, desde o final da década de 70, quando

¹² Ainda segundo Barbosa (ib: 7), “o Domínio dos Cerrados abrange na sua totalidade os estados de Goiás, de Tocantins, de Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Inclui a parte sul de Mato Grosso, o Oeste da Bahia, oeste de Minas Gerais, sul do Maranhão, grande parte do Piauí e prolonga-se, na forma de corredor até Rondônia, e de forma disjunta, ocorre em certas áreas do Nordeste brasileiro e em parte de São Paulo. Ecologicamente se relaciona às Savanas, e há quem afirme que os cerrados são configurações regionalizadas destas”. Daí a constatação de ser a atual região Oeste da Bahia uma das portas laterais do Brasil Central.

ambiciosos projetos desenvolvimentistas do Estado, em parceria com grandes grupos econômicos, irão conformar a região com uma (mais uma) nova fronteira de expansão do capital (Kraychete & Comeford 1991).

Assim, o Além-São Francisco¹³, para efeito de uma melhor contextualização do objeto, pode ser subdividida em dois subsistemas ecológicos e geográficos: na direção Oeste, teríamos os “Gerais”, e à leste, o Vale de São Francisco, no qual predomina a caatinga. Agostinho (1994:158-61), ao desenvolver um mapeamento da distribuição dos povos indígenas - a partir de parâmetros ecológicos - no Estado da Bahia, considera os Cerrados baianos como uma sub-categoria de classificação e análise, definindo-os, a partir de bases geológicas e ecológicas comuns, como “Chapadões Ocidentais”, nos quais

“...dominam as formações savaniformes dos cerrados com suas variações, cortadas por vasta drenagem de tipo paralelo, predominantemente orientada de Sw para NE. Seus rios, permanentes, fluem pelos chapadões quase sempre planos em direção ao São Francisco, acompanhados sempre por mata ciliar. A esta correspondem solos mais ricos e úmidos que os do cerrado, ácidos, pobres em matéria orgânica e impróprios para a agricultura de coivara com tecnologia indígena, ou dela derivada: para esta, só a vegetação e as condições edáficas da mata de galeria apresentam potencial aceitável”.

Ainda segundo este autor, o vale do rio São Francisco estaria inserido na área “Norte e Nordeste da Bahia, com a Subárea das Caatingas e a Subárea das Várzeas e Ilhas do Baixo-Médio São Francisco” (ib: 162).

São dois contextos ecológicos – o cerrado e a caatinga - que conformaram processos distintos de povoamento, e portanto, de contato entre as frentes de expansão e os grupos indígenas locais, pensando aqui claramente de acordo com os esquemas conceituais de Ribeiro (1986) e Cardoso de Oliveira (1978). Neste sentido, o sertão do rio São Francisco é tomado como uma unidade de análise, assim como o é a área dos **Gerais**, porque assim como a história dos índios do Nordeste são-franciscano foi condicionada à ferrenha política de aldeamento, desde os primórdios da colonização, a história dos índios dos Gerais, ao contrário, vaga na ausência de uma política/projeto de aldeamento.

Pelo que sabemos, os grupos indígenas do vale do São Francisco concentravam-se principalmente, nas ilhas e várzeas do rio, e, ao contrário do que parece ter ocorrido aos índios dos Gerais, foram eles mais rapidamente incorporados à sociedade colonial, haja vista a formação, ainda no século XVII, de vários aldeamentos, onde índios, de etnias diversas, eram confinados, passando a ser administrados – para fins de evangelização e pacificação - por ordens religiosas, como a dos jesuítas – a Companhia de Jesus -, e, em uma segunda etapa, posteriormente, a dos capuchinhos franceses e italianos (Regni 1988:111). Com a reforma pombalina, o controle das aldeias passará a ser

¹³ O Além-São Francisco corresponde hoje à região “Oeste da Bahia”, na atual configuração geopolítica oficial. Essa extensa região de fronteiras limita-se a leste pelo rio São Francisco, a oeste pelos estados de Goiás e Tocantins, a sul pelo

feito pela jurisdição civil. Muitas aldeias, serão, pois sumariamente dadas como extintas, ou transformadas em vilas, isso, evidentemente, significando, para os povos indígenas, a espoliação de suas terras, reconhecidas e garantidas pela lei de Estado enquanto tais (Nascimento 1994:20). A identidade étnica desses povos estava relacionada à categoria “índio”, que, com o avançar da aculturação e desbaratamento das sociedades tribais, vai ganhando novos contornos e rearranjos. Uma vez sem os traços diacríticos mais evidentes (raça, língua e cultura) que informavam a “ideologia étnica” dominante (Reesink 1983), os índios aldeados vêm suas terras lhes serem gradualmente subtraídas pela sociedade regional, sob a alegação de não serem mais índios, porquanto misturados à sociedade regional, como se camponeses fossem.

* * *

Cabe ainda dizer aqui que as tentativas de historicização da relação dos índios com a sociedade dominante esbarram sempre na ausência ou exiguidade e na qualidade da documentação, principalmente aquela com mais informação etnográfica. Esta só pode ser encontrada, de fato, nos relatos de viajantes ou nos relatórios dos missionários, os quais, uma vez convivendo com os índios diretamente, se constituíram, durante muito tempo, no elo de ligação entre os grupos indígenas aldeados ou por aldear - e as instâncias do poder colonial-imperial.

Existem algumas resenhas históricas que informam com alguma precisão acerca dos índios do Vale do São Francisco, como o estudo de Hohenthal (1962). Outras, porém, mais confundem do que esclarecem, como em Regni (1988:133), por exemplo, que diz que:

“Entre os indígenas localizados nas ilhas ou às margens do S. Francisco ou espalhados pelo sertão nordestino, o grupo mais importante era o dos cariris. A eles se juntaram outras tribos gês, como os **procás** ou **acróas**, chamados também de **rodelas**.”

Para um pesquisador pouco experiente no trato de apontamentos e documentos históricos sobre grupos indígenas, a questão dos nomes étnicos é um verdadeiro caos; isto porque as variações e correlações das denominações dadas aos grupos tribais são registradas de acordo com contingências várias, sem que possamos realmente confiar na fonte consultada. Referindo-me especificamente ao trecho destacado, é válido perguntar: os *Proca* são os mesmos *Acroá* que são os mesmo *Rodelas*, os *Tuxá*? Desse emaranhado de nomes, haverá de algum dado sólido restar, pois me interessa perceber as recorrências e regularidades nas informações que as fontes (primárias e secundárias) oferecem.

Quanto aos índios dos Chapadões Ocidentais, dos Gerais, a questão da documentação é bastante crítica. Discutamos um pouco mais essa questão, a da *produção da documentação histórica* sobre os índios no contexto do além-São Francisco: por quê ela, impressionisticamente, foi quase nula?

Arrisco algumas suposições, como por exemplo, o vácuo administrativo criado pela ingerência político-administrativa sobre as fronteiras territoriais, como veremos mais adiante; a distância e as poucas vias de comunicação terrestre que possibilitavam a circulação de informações, do interior para o litoral, onde funcionavam, como até hoje funcionam, as instâncias administrativas responsáveis pela “questão indígena”.

Durante quatro anos, tive acesso ao acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia, como pesquisadora do Projeto **“Fundo de Documentação Histórica Manuscrita sobre Índios na Bahia – FUNDOCIN”**, como já havia colocado no primeiro capítulo. Hoje, depois do esforço concentrado do grupo de pesquisadores, o banco de dados FUNDOCIN tem acumulados cerca de 2500 documentos transcritos. Trata-se de manuscritos de diversos tipos, mas todos são correspondências entre instâncias administrativas, como o Judiciário, o Governo e o Religioso. Consultando esse vasto acervo, constata-se que vinha do sul e norte da província a grande maioria parte das correspondências que versavam, tangencial ou centralmente, sobre a questão indígena, isto é, as políticas e projetos integracionistas e de aldeamento e de manutenção desses “isolados”, efetivadas pelo Estado colonial-imperial. Com relação aos índios da fronteira rio São Francisco-Gerais, não temos quase que documentação alguma, a não ser um ou outro ofício, dando notícia de índios “errantes” perambulando na fronteira com Goiás, “atacando” fazendas de gado. Esse vazio historiográfico pode ser atribuído à precariedade das vias de comunicação, mas acima disso, à fatores históricos da formação da região, enquanto uma região de pouca relevância econômica. As estradas, as vias de acesso, são consequência, em parte, da importância capital das regiões sob o domínio dos centros de poder (eclesiástico e temporal; político, geopolítico, financeiro, etc...).

Contribuiu sobremaneira para a manutenção dessa fronteira de isolamento, a questão das fronteiras entre Pernambuco e Bahia, como já havíamos dito, pois a partir da divisão das benesses territoriais aos donatários no início da colonização, acabou se gerando naqueles espaços, uma espécie de vácuo político-administrativo. Não somos autorizados a associar, automaticamente, a falta de documentação à não-existência de índios nos Gerais. Vejamos por quê.

Distante do litoral, onde veio a se instalar o poder colonial, essa região foi povoada, basicamente, à “pata de gado”, assim como o foi o sertão nordestino, como bem observou Sampaio (1995). A navegação fluvial no extenso rio São Francisco garantia o povoamento e a exploração econômica viáveis principalmente ao longo de seu vale de várzeas, brejos e caatingas, mas a região dos platôs ocidentais¹⁴, com os cerrados sendo um obstáculo ecológico difícil de contornar, tinha, economicamente, uma relevância apenas secundária.

16°00'S e os 43°20' e 46°30'W.

¹⁴ Para uma melhor visualização das subdivisões da bacia do rio São Francisco, ver a **Figura N. 2**.

O que se entende hoje por região Oeste da Bahia, na verdade, durante muito tempo e até meados do século XIX, permaneceu num grande vazio geopolítico e administrativo. Essa história começa, mais precisamente, quando a Colônia *brasilis* foi “retalhada” pela Coroa portuguesa. Ao fidalgo Duarte Coelho foi doada a Capitania de Pernambuco, cujos limites territoriais viriam a acompanhar a margem esquerda do rio São Francisco até o rio Carinhonha, ao sul, fronteira com outra capitania, a de Minas Gerais (Brandão 1927).

Com uma política de expansão inerte ou esporádica em direção ao Sertão do São Francisco, que nominalmente lhes pertencia, os colonizadores pernambucanos pareciam não ter nenhum tipo de controle concreto sobre a região. Capistrano de Abreu (1982:232), por exemplo, sugere que:

“...a tendência de todos esses povoadores [pernambucanos] era evidentemente o rio de S. Francisco, que o primeiro donatário [da Capitania de Pernambuco] se oferecera a conquistar, seduzido pelas riquezas dele fabuladas. (...).

A invasão holandesa sustou o avanço (...). Na segunda metade do século XVIII não se penetrava no Recife além de Bezerros, a quinze léguas para o interior: o que ficava além entendia-se com a Bahia. O Bispo Azeredo de Coutinho alegava como um dos serviços de seu governo interino (1798-1804) ter aberto um caminho comunicando a praça de Olinda com os sertões de S. Francisco”.

Ao que tudo indica, foram bandeirantes baianos e paulistas, efetivamente, os responsáveis pelo povoamento da região, levado a efeito em grande medida pelas lendas de lagoas douradas e de inesgotáveis riquezas minerais que povoaram o imaginário colonial até meados do século XVIII, quando entra em declínio a economia calcada na extração e produção de minérios.

A dinâmica econômica do Além-São Francisco, nas suas origens, foi movimentada, principalmente pelo comércio do gado *vacum*, que oferecia maiores dividendos e menos gastos para os fazendeiros. A Casa da Torre, do grande potentado latifundiário da Colônia, segundo alguns historiadores, estendeu seus domínios para além da margem esquerda do “grande rio”:

“Os Ávilas perlustraram essas terras [‘as terras occidentaes do grande rio’], transposto o S. Francisco na passagem do julgado de Joazeiro até quasi ás margens do Carinhonha e bateram os contrafortes das Serras do Duro, Taguatinga e S. Domingos. Não raro foram os seus encontros com o gentio barbaro **Acroás, Kraões, Mocoazes, e Chicriabús, Anayós e Galaches**. Missionarios jesuítas e capuchinhos, após as batidas desses bandeirantes foram mandados pelo Vice-Rey, com séde na Bahia catechisal-os e chamal-os ao convívio social. Esses missionarios (...) reduziram os gentios em aldeias, sendo esses das tribus citadas - **Acroás ou Pimenteiras, Kraões e Chicriabús** que se estendiam do rio das Éguas aos limites com o Piahy”. (Borges de Barros 1919: 233)

Este trecho aponta para a questão do embate entre índios e colonizadores na “margem ocidental do grande rio”. “Rio das Éguas” era como se chamava também, no final do século XVIII, o rio Rico (hoje chamado de Correntina), afluente da bacia do rio Corrente, ao sul dos platôs ocidentais. Os apontamentos históricos afirmam que o povoamento na bacia do rio Corrente se intensificou a partir da

descoberta de rico filão aurífero no leito do rio das Éguas, pelo bandeirante baiano Francisco José Teixeira, em 1792 (cf. Baiano 1996; Miranda 1994; IBGE 1957:XX; Borges de Barros 1919)¹⁵. Certamente, esse bandeirante enfrentou a resistência dos Akroá que se encontravam na bacia do rio Corrente (cf. Nimuendajú 1944 e ANAIS do APEB 1920:XIII). Mesmo antes disso, desde o século XVII se têm notícias desse grupo indígena, na região do rio das Éguas (Rico, Correntina), em situação de enfrentamento com os bandeirantes:

“[Nicolau Aranha Pacheco] também foi guerreador do índio bravo e desde 1628 se havia estabelecido no rio São Francisco, lutando contra os silvícolas **acroás** e **criabás**, que infestavam os **rios Preto e das Éguas**” (Franco 1954:275)

É interessante notar que as fontes, via de regra, mencionam os *Akroá* (chamados também de *Acroá*, *Acoroazes* e *Coroados*) e os *Xakriabá* (*Chicriabá*, *Criabá*, *Chicriabus*, *Chacriabá*...) uns sempre ao lado dos outros. Vejamos o que dizem historiadores goianos sobre esses mesmos índios Akwê, que existiram, do lado goiano da Serra Geral, até o século XIX:

“Os grupos indígenas filiados à **família jê** e à **língua acuém** ocupavam no passado um extenso território em Goiás, e seus representantes mais conhecidos são os **acroás**, **xacriabás**, **xavantes** e **xerentes**. Os **acroá** e os **xacriabás** eram considerados pelos antigos como intimamente aparentados entre si” (Pedroso 1994:21)

Como veremos mais adiante, esses índios filiados ao Tronco Macro-Gê, especificamente os Akroá e os Xacriabá, dominarão a região dos Gerais ainda por muito tempo, e é muito provável que tenha sido o interflúvio Tocantins-São Francisco uma grande área de migrações, mobilizações e refúgio desses mesmos índios.

* * *

Ainda que o povoamento na bacia do rio Corrente tenha sido catalisado pela descoberta do ouro às margens do rio “das Éguas”, no final do século XVIII, a região onde hoje se encontra o município

¹⁵Existem, porém, outras versões. Há quem afirme que foi o bandeirante paulista Bartolomeu Bueno Filho, o segundo Anhanguera, quem “descobriu o ouro do Rio Rico na Bahia” (ANAIS do APEB 1920:VI-VII:306). Baiano (1996:30) recorre à história oral no atual município de Correntina para confirmar esta suposição: “A lenda reza que Bartolomeu Bueno, no intuito de extrair o ouro que havia no leito do Rio Rico, chegou a praticar (...) o desvio das águas do leito do rio, para melhor escavação deste, tendo conseguido retirar do leito vazio enormes pepitas e conglomerados auríferos que, em seguida, eram expostos em tapetes improvisados de couro cru, para secarem ao sol no próprio leito onde eram extraídos. Um dos remanescentes contadores de história afirmou que, de certa feita, a barragem que fora construída para desviar as águas do seu leito primitivo rompeu-se, em conseqüência de fortes chuvas, tendo o rio voltado a correr sobre o seu leito original, carregando consigo toda a ourama exposta em tapetes de couro cru (...). Em conseqüência desse desastre, Bartolomeu Bueno, desgostoso com os prejuízos dele decorrentes, deliberou suspender o acampamento e prosseguir com sua Bandeira em direção às terras baianas, onde veio a ser apelidado de Anhanguera ou Diabo Velho”.

de Correntina, bem antes desse evento, já estava inserida na dinâmica econômica colonial, impulsionada pela extração de ouro, em Minas Gerais e Goiás, e pela produção açucareira, no Recôncavo e litoral:

“Não somente de todas estas partes e rios já nomeados vêm boiadas para a cidade e o Recôncavo da Bahia, e para as fábricas dos engenhos, mas também do rio Iguaçu, do rio Carinhaem, do rio Corrente” (Antonil [1711] apud Miranda 1994: 55)

O grande rio São Francisco, até meados do século XIX, separava dois grandes domínios territoriais e geopolíticos: Bahia e Pernambuco. Em termos concretos, entretanto, não é tão simples perceber até que ponto a “Comarca do São Francisco” realmente foi administrada pelos pernambucanos. Sabe-se que, nominalmente, Pernambuco perdeu o domínio sobre o vasto além-São Francisco no século XIX. Como punição para as elites pernambucanas que lideraram a “Confederação do Equador” – movimento separatista que aspirava ao desligamento do Império – D. Pedro I desmembra toda a Comarca do São Francisco do território pernambucano em 1824 (Baiano 1996; Brandão 1927 e Miranda 1994). No plano religioso, entretanto, as freguesias da região continuarão sob os desígnios da Diocese de Olinda até 1854 (Araújo 1950).

Quanto ao destino, durante esse processo, dos povos indígenas do vale sanfranciscano e dos Gerais, é difícil dizer como e em que medida aqueles foram atingidos (ou protegidos) por essa ingerência territorial-administrativa, ameaçados constantemente pelo avanço das frentes colonizadoras - escravistas, extrativistas e pastoris -, isto é, dos bandeirantes ávidos de “ouro e índios cativos” e dos criadores de gado.

A povoação de Barra, por exemplo, surgirá no final do século XVII, a partir de uma carta régia do rei de Portugal ao governador geral do Brasil, D. João de Lencastro, na qual ordena a criação de um “arraial de gentios mansos” ou aldeamento de “índios mansos”, isto é, caboclos ou falantes da “língua geral”, que pudessem servir de barreira contra o “ataque” do “gentio barbaro de corso” às fazendas de gado (ANAIIS do APEB 1920:VI-VI:329-330). Essa carta régia¹⁶ denomina de gentio de corso os “Acoroazes e Mocoazes Rodoleiros”. Perceba-se que já nessa época, portanto, vigoravam categorias dicotômicas para classificar os grupos indígenas que estorvavam a expansão colonial. “Gentio de Corso” seriam os índios nômades ou semi-nômades, “errantes”, hostis ou arredios ao contato, como os “Acoroazes” e “Mocoazes Rodeleiros” mencionados na supracitada Carta Régia de 2 de dezembro de 1698. Para autores como Hohenthal (1962), essa missão de “gentios mansos” seria mais tarde denominada de “Aricobé”:

“Essa missão, entregue aos padres franciscanos, foi denominada em 1741 Nossa Senhora da Conceição, porém mais tarde se tornou conhecida como Aricobé, por causa do nome dos índios mansos que a habitaram e que falavam a língua geral.” (ib.:43)

¹⁶ Ver o conteúdo integral deste documento em **Outros Documentos**.

Trata-se, pois, de uma informação bastante questionável, uma vez que a Missão do Aricobé é localizada, recorrentemente, mais à Oeste, onde hoje se encontra a sede do município de Angical, muito distante, dessa forma, do atual município de Barra [voltar à Figura N.1, mapa da região Oeste), oriundo de um “arraial de gentios mansos”, como já dissemos. Infelizmente, são muito exíguas, vagas e imprecisas as informações históricas sobre a “Missão do Aricobé”, localizada nos Gerais e não “*na confluência do rio Grande e do rio São Francisco*”, como afirmou Hohenthal (ibid.,ib.). Certamente, índios caçadores e coletores Akroá e Xakriabá foram aldeados nessa missão, juntamente com os Aricobé (agricultores). Cerqueira e Silva (1848:22), por seu turno, afirma que nos “desertos ou geraes” costumavam errar “algumas cabildas de Acroás, Chacriabás, Cherentes e Chavantes”. Em nota explicativa sobre esta informação, ele comenta:

“Os Acroás (...) estendendião-se a princípio por toda a comarca actual do Rio de S. Francisco (...). Esses índios, reunidos aos Mocoazes e Rodelleiros, infestarão por bastante tempo os estabelecimentos das fazendas, criadas em toda essa extensão do interior (...), e foi ás suas incursões que deveo-se a fundação dos arraiaes, hoje villas, de Paranaguá, Santa Rita do Rio-preto, Campo-largo, e Villa da Barra, fundação essa determinada ao governador D. João de Lencastro por carta regia de 2 de Dezembro de 1698, depois de serem batidos os mesmos índios na guerra que se lhes declarou, em virtude de outra carta regia de 17 de Dezembro de 1699, por haver representado aquelle governador, ser impossível reduzil-os á obediencia por outras maneiras pacificas, como era ordenado na primeira carta regia (...). Os pequenos restos de semelhantes tribus ainda hoje existem no territorio de Goiaz, na missão do Aricobé, e pertencem a esses mesmos índios os que ás vezes vagueão por aquelle interior, conhecidos por Pimenteiras.” (ib.: 95-96)

A Missão do Aricobé, portanto, foi o único aldeamento erigido ao longo dos “Gerais”. Ao que parece, não existiu, para os índios dali, e do ponto de vista dos interesses expansionistas da Colônia, a necessidade de criar uma política clara de redução, como ocorreu com os índios do vale sanfranciscano, e de um modo geral, com os índios do Nordeste brasileiro. Aliás, a questão da terra e da territorialidade entre muitos dos atuais índios do Nordeste brasileiro deriva, necessariamente, dessas antigas políticas oficiais-régias de aldeamento pelas quais lhes era assegurada a terra (cf. Sampaio 1986). A política de aldeamento, no entanto, conduzia os índios a um processo mais acelerado de integração à sociedade regional, cujo produto histórico e ideológico mais bem acabado é a noção de “caboclo”, a qual operava como um mecanismo de deslegitimação étnica dos grupos indígenas aldeados (cf. Brasileiro 1995 e Reesink 1983, ib.). De forma que a trajetória de emergência étnica que se configurou e tem se configurado no cenário nordestino durante as duas últimas décadas deste século, implica no questionamento político da categoria “caboclo” (índio miscigenado, “misturado”, e portanto, não mais índio), ensejando a reivindicação do estatuto oficial de “ser índio” (Carvalho 1994), havendo, portanto, uma construção das fronteiras simbólicas, políticas e identitárias entre esses índios emergentes e a sociedade envolvente, ou nos termos de Barreto Filho (apud Santos 1997:pp), uma redefinição de “fronteiras entre coletividades”.

Voltando aos índios dos Gerais, em que pese a grande dificuldade de ordem documental, podemos recorrer a fontes secundárias que asseguram a presença de grupos Akwê na região:

“Acha-se a mesma Serra da mangabeira, ou Chapada das mangabeiras (...) no espaço intermédio da margem ocidental do Rio de São Francisco, e Goiaz, conhecido por **Geraes**, espécie de desertos de trinta léguas, ou menos, conforme as estradas que se seguem, estando já povoada a que vai de Minas Gerais. (...).Vagueão às vezes pelos mesmos Geraes grupos de selvagens das tribus **Acroás**, vulgarmente **Coroados**, **Cherentes**, **Chacriabas** e **Aricobés**, e não só infestão nessas correrias os viajores como até tem chagado a acometer o proprio registo e destacamento do Duro (...)”. (Cerqueira e Silva 1936[1847]:44-50)

Consultando o mapa de Nimeundaju (1944), vamos observar semelhante distribuição indígena no interflúvio Tocantins-São Francisco (ver a **Figura N. 3**):

GRUPO INDÍGENA	REFERÊNCIAS
Shacriabá (Gê)	- rio Urucuia- São Francisco (Minas Gerais, séc. XVIII) - rio da Palma (Goiás, sec.XVIII) - rios Manoel Alves (Goiás, 1751-56) - fronteira Bahia-Goiás (1819)
Canoeiros (Tupi)	- entre os rios Paranhã e Santa Teresa (Goiás, 1821-1844)
Akroá (Gê)	- rio Correntes¹⁷ (Bahia, sec. XVIII) - rio Grande (Bahia, 1744) - interflúvio Manuel Alves/ Palma (1750) - interflúvio Manoel Alves/Tocantins (?)
Serente (Gê)	Interflúvio Tocantins/Uauçu Preto
Pimenteiras (Botocudo)	Piauí (1760-1850)
Aricobé (Tupi)	- rio Grande (Bahia, 1744) - fronteira Bahia-Goiás

No século XVIII, esses índios Gê foram reduzidos em aldeias por ordem de D. Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, à época Governador da Capitania de Goiás, para impulsionar o processo de povoamento na recém-criada capitania. Alguns estudos de cunho histórico associam o processo de povoamento da capitania ao cerceamento promovido pelos índios mais combativos e resistentes à penetração da frente colonizadora, representada pelas bandeiras e bandeirantes que buscavam a um só tempo explorar o ouro da região e capturar índios [de um modo geral, pode-se dizer que a empresa bandeirante se consolidou, ideologicamente, no discurso que apregoava o lema: “bater o bárbaro e descobrir ouro e pedras preciosas” (cf. Borges de Barros 1920)].

Ao relacionar as tribos setentrionais da Capitania de Goiás no século XVIII, Chaim (1983), por exemplo, refere-se aos **Akroá** e **Xakriabá**, ao lado dos **Xavante**, como as mais “hostis”, termo este que para mim só tem um significado: eram os índios mais resistentes à penetração das frentes de expansão; para com estes índios, todas as tentativas de “pacificação”, evangelização e aldeamento fracassaram.

“**Akroá** - atualmente desaparecidos [no estado de Goiás], habitavam zona compreendida entre São Francisco e Tocantins, nas proximidades dos arraiais da Natividade, Carmo e Chapada. Seus ataques aos povoadores só cessaram após o seu aldeamento em São Francisco Xavier do Duro.

Xacriabá - habitavam a mesma região próxima aos **Akroá**, e são identificados pelos governadores do século XVIII como pertencentes a um só grupo”. (ib.: 50-51)

A história desses índios Akwê na província de Goiás, durante os séculos XVIII e XIX, é marcada pelo conflito aberto com os bandeirantes e colonizadores, processo esse que culminou no massacre e extinção de grandes contingentes tribais. Com a intensificação do povoamento no norte da capitania, decorrente da exploração do ouro na região, são fundados diversos arraiais, entre 1734 e 1740, à leste do rio Tocantins. Pedroso (1994) afirma, por exemplo, que

“Esses povoados estabeleceram-se em terras indígenas, provocando, desse modo, conflitos com os índios **acroás e xacriabás**. Esses grupos habitavam um extenso território entre a Serra Geral e o rio Tocantins, às margens do rio do Sono e terras banhadas pelo Manoel Alves Grande, estendendo-se ainda além dos contrafortes da Serra Geral, em solo baiano, e nas ribeiras do rio São Francisco, nos distritos de Minas Gerais”. (ib.:21)

Pedroso (ib.:22) relaciona ainda outras fontes que confirmam a presença desses índios **Akroá** e **Xakriabá** nos contrafortes da Serra Geral, asseverando que

“...embora os **acroás e xacriabás** já não existissem mais em Goiás no século XIX, há notícia deles vivendo na Bahia. Spix e Martius viajaram pela região ocidental deste estado, entre os anos de 1817 e 1820, e registraram a existência de um grande número de **xacriabás** habitando regiões não povoadas entre as nascentes do rio Gurguéia e o do rio Grande, afluente do São Francisco. Referem-se ainda aos **acroás**, em territórios mais ocidentais do sertão baiano, levando uma vida nômade”.

Esses dados, entre outras coisas, sugerem que os Gerais, para os índios Akwê, como os **Xakriabá** e os **Akroá**, poderiam significar uma espécie de “corredor” ou de importante zona de deslocamento e fuga, uma vez que, enquanto índios adaptados aos Cerrados, dominavam habilidades e tecnologias que os tornavam capazes de tirarem melhor proveito desse ecossistema, ao mesmo tempo em que, certamente, mantinham pouco ou nenhum contato com a sociedade regional, pois como já foi assinalado, os Gerais sempre foram considerados incultos e desertos, não havendo, inclusive, dentro

desse contexto, necessidade de serem fundados aldeamentos missionários para “desobstruir” o caminho aos colonizadores. Os Gerais, em si, já eram um obstáculo “natural”.

É possível ainda supor que os índios dos Gerais (adaptados à prática da agricultura incipiente nas manchas de solo fértil dos rios, e à caça e coleta, com oscilações sazonais entre as chuvas e a seca), andassem em bandos mais ou menos autônomos, mantendo contato intermitente com a sociedade regional. É o que sugerem certos documentos manuscritos do final do século XIX, recuperados pelo FUNDOCIN, como, por exemplo, uma curta série de correspondências entre o governo provincial da Bahia e instâncias administrativas e religiosas da Vila de Santa Rita do Rio Preto, atual município de Santa Rita do Rio Preto, ao norte dos Chapadões Ocidentais. Ofícios datados dos anos de 1871 e 1872 e emitidos da Vila de Santa Rita do Rio Preto solicitam que o Governo Provincial dê algum destino para um grupo de índios presos por um fazendeiro na fronteira entre Bahia e Goiás, sob a alegação de estarem aqueles “atacando” o seu gado, munidos de “arcos e frexas”. Vejamos, por exemplo, um trecho da carta escrita pelo missionário capuchinho italiano Frei Casimiro de Militello, datada de 8/1/1872, e endereçada ao Presidente da Província da Bahia¹⁸:

“O Delegado desta Villa me entregou no dia último de Dezembro do anno p.f. 7. Indios, sendo tres homens, duas mulheres e duas crianças que forão presos nos limites deste municipio com o de Minas de Goyaz; o estado lastimoso q’ aqui chegarão me obrigou a implorar a caridade Christã p^a. os vestir, pois quando foram presos estavam completamente nús. Os nomes dos referidos Indios, conforme pude comprehender, pois elles não fallão a lingoa portugueza, é Amnã, Crescum, Tauê, Maexia, Datquia, Graexia e Sicriá, e tendo demorado em minha casa 3. dias fuguirão deixando somente uma criansa pr. nome Graexia; mas passados dois dias voltarão tres, ficando ainda nos mattos dois homens e uma criansa, que talvez virão tambem em procura dos outros. Nos limites aonde forão presos tem apparecido mais indios e me dizem que estão ameaçando aos moradores d’aquella localidade, e com inspecialidade a um tal João Francisco da Silva p^r. ter sido elle o autor da prisão de taes indios”.

Alguns dias antes, porém, o Juiz de Órfãos da Vila de Santa Rita do Rio Preto já escrevia ao Governo da província dando notícia da prisão desses índios, e pedindo providências:

“Hoje receby o officio (...) do Subdelegado do Arrayal de Formosa,(...); e eu entendi de dirigir-me a VEx^a. no mesmo sentido como Juis de Orphãos Substituto do mesmo e em exercicio, para VEx^a. ordenar-me o que devo obrar com ditos indios; e por conta de quem correm as despesas e de quem as devo solicitar. Ficão dentro desta Villa ditos Indios, sob a direção m^a., e de Fr. Casimiro (...) e noz lhes fasendo as despesas. Consta-me que elles são da Aldeia do Rio do Sonno, de Baixo da Cathequese do Fr. Raphael, sendo aquele lugar da Prov^a. de Goiás” (Victor Mudesto da Silva, Juiz de Órfãos da Vila de Santa Rita do Rio Preto, 31/12/1871).¹⁹

¹⁸ A transcrição não só destes documentos como também daqueles apresentados em **Outros Documentos** obedeceu, em parte, às “*Normas de Transcrição Paleográfico-Diplomática – Instrumentos de Trabalho e Organização do Fundo de Documentação Informatizado*”, compiladas e estabelecidas por Agostinho (1999).

¹⁹ Documentos encontrados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), secção Colonial e Provincial, série Agricultura (Diretoria Geral dos Índios), maço n.º. 4114. Consultei não só os originais mas também a versão transcrita e recuperada pelos pesquisadores do FUNDOCIN. Ver mais documentos históricos dando notícias sobre “índios errantes” nos Gerais, em **Outros Documentos**.

Documentos como estes, ainda que quantitativamente pouco significativos, apontam para o fato (ou artefato) de que até o início deste século, ainda havia índios “errantes”, isto é, não-aldeados, perambulando pelos Gerais, índios esses que, talvez, tenham, historicamente, desenvolvido um mecanismo qualquer de persistência, seja fugindo do cerco armado pelos bandeirantes e colonizadores de Goiás, seja pela constante mobilização nos ermos Gerais.

Como tentei demonstrar nessa rápida resenha histórica, esses índios Gê dividiam a zona fronteira Gerais/Caatinga com os Tupi do sertão são-franciscano. É o que demonstram, também, pesquisas arqueológicas realizadas, na bacia do rio Corrente (ver **Figura N. 4**), por uma equipe de pesquisadores da Universidade Católica de Goiás:

“Como o território apresenta restrições significativas, de uso de solos ou de água para a instalação de grupos de horticultores mais desenvolvidos e sedentários da tradição Aratu/Sapucaí e da tradição Tupiguarani, o espaço permanece dominado por grupos de caçadores-coletores pré-cerâmicos, nômades, no cerrado dos Gerais e por, aparentemente, pequenos grupos semi-sedentários da tradição Una na caatinga, com pequenas intrusões Tupiguarani”. (Barbosa et alli 1996:192)

A partir destas pesquisas, Barbosa (1984) buscou analisar as possíveis correlações existentes entre os índios dos Gerais e os da Caatinga, pois são dois sistemas ecológicos que apresentam variáveis adaptativas praticamente simétricas:

“Neste sentido, parece haver uma forte integração entre os “gerais” e a “caatinga” em termos de complementariedade. Sendo os Gerais explorados em época de seca e a caatinga em época chuvosa. Aceitando esse esquema, grupos com economia baseada na caça e coleta poderiam explorar os gerais durante a seca e a caatinga durante as águas. Da mesma forma grupos conhecedores da horticultura estariam na caatinga durante as chuvas e nos gerais durante a seca, onde exerceriam tarefas de caça e coleta. Juntamente com estas atividades, acompanharia uma tecnologia apropriada para cada ambiente” (ib:239-240).

II.2 – A última fronteira: a ocupação dos Gerais pelas “firmas” – contextualizando o espaço hoje

Até aqui, busquei contextualizar meu objeto de estudo – a comunidade de Bom Sucesso e suas fronteiras (étnicas) - em três planos de investigação: o do domínio territorial-geopolítico, o ecológico e o etnohistórico. Os dados investigados, coligidos e analisados, demonstraram que:

- a) a margem esquerda do rio São Francisco [**o Além-São Francisco**] integrava o domínio territorial pernambucano até meados do século XIX; mesmo com o poder nominal, entretanto, os pernambucanos não lograram povoar e administrar o sertão são-franciscano com eficácia e

autonomia; os bandeirantes e colonizadores baianos, ao cruzarem o grande rio, abriram uma brecha para a interferência dos administradores baianos. Desse processo, resultou uma região de fronteiras territoriais tênues e indefinidas;

b) no plano ecológico, o Além-São Francisco é o ponto de encontro entre os **Domínios dos Cerrados e o das Caatingas**, um caracterizado pela baixa fertilidade natural dos solos, pela regularidade de chuvas e abundância de caça, e outro, pela boa fertilidade dos solos, pela irregularidade de chuvas e pela menor abundância relativa de caça, sistemas estes que provocaram distintos processos de adaptação humana. Nos cerrados (Gerais), predominariam grupos de **caçadores e coletores**, enquanto que nas caatingas e várzeas do grande rio (margem ocidental), predominaram grupos indígenas **agricultores**;²⁰

c) por fim, no plano etnohistórico, da distribuição e localização das populações indígenas, o Além-São Francisco também representa uma grande área de fronteira entre os índios de filiação linguística Gê/Akwê e os de filiação linguística Tupi. Entretanto, ao que parece o espaço, em sua maior abrangência, foi dominado pelos índios **Akwê (Akroá e Xacriabá)**, mas com intrusões **Tupi**, como os **Aricobé**, mancha etnohistórica observada no interflúvio Tocantins-São Francisco.

Portanto, acredito que a história da região que é hodiernamente chamada de “Oeste da Bahia” deve ser pensada (e recontada) levando-se em conta estes três planos de análise. Assim, podemos compreender porque na região, até o final da década de 70 deste século XX, perduravam a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, as quais condicionaram um processo de povoamento “ralo e pulsante” (Miranda 1994:23). Através da análise dessas três variáveis (geopolítica, ecologia e etnohistória), é possível compreender porque os Gerais significavam, para os centros administrativos, ao mesmo tempo, uma incógnita e um estorvo, que não compensava contornar.

A análise da evolução territorial do Além-São Francisco, portanto, fornece-nos subsídios suficientes para percebermos o caráter artificial, simbólico e ideológico que perpassa a construção de fronteiras territoriais e geopolíticas: estas podem até coincidir com as fronteiras fisiográficas e ecológicas, mas isso nem sempre ocorre.

Se consultarmos a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE 1957:II), veremos que o Oeste da Bahia está inserido na “Grande Região Centro-Oeste”, especificamente na sub-região do “Norte e Nordeste do Planalto Central”, como nos mostra a Figura N.5 [ver em Documentos de Apoio]. Vejamos o que dizem os autores geógrafos sobre as principais características dessa região:

²⁰ Agostinho (1994) prefere denominar o primeiro grupo de *"agricultores incipientes do cerrado"*.

“A região Centro-Oeste é constituída pela quase totalidade dos estados do Mato Grosso e Goiás, e por partes do Maranhão, Piauí, Bahia e Minas Gerais (...). É uma das mais extensas regiões do país a que caracterizam sobretudo, dois aspectos fundamentais:

- 1°. É uma região de Chapadas, com um relevo suave de planalto, interrompido apenas por vales de fundo chato e encostas íngremes.
 - 2°. Predomina, nestas chapadas, uma vegetação de campos e cerrados”.
- (IBGE 1957:II:17, grifo dos autores)

Ou seja, ainda que a região Oeste esteja inserida no domínio territorial baiano, é notável (e inegável) a sua inserção biogeográfica no domínio do Planalto Central brasileiro. Mais adiante, os autores seguem caracterizando as sub-regiões (Norte de Mato Grosso, Sul de Mato Grosso, Sudeste do Planalto Central e Norte-Nordeste do Planalto Central). Quanto à sub-região “Norte e Nordeste do Planalto Central”, na qual está inserida a região Oeste da Bahia, os autores afirmam:

“Na vertente leste, o aspecto principal é o divisor São Francisco-Tocantins, que constitui o chamado ‘**Espigão-Mestre**’. Há uma sensível dissimetria entre os vales sanfranciscano e do Tocantins. Este apoiado em um nível de base mais baixo escavou fortemente a superfície da chapada, aprofundando o seu leito e formando uma escarpa abrupta, notável, principalmente, no vão do Paranã”. (ib.:17-18)

O Espigão-Mestre se estende pela fronteira dos estados de Bahia e Goiás, possuindo escarpas acentuadas na direção oeste. Porém, à medida que se aproxima do vale são-franciscano, o relevo apresenta

“uma feição tabular e um grande planalto com inclinações tão suaves que lhe dão um aspecto de mesa. O solo é constituído de arenito (‘arenito Urucua’) e graças a ele é que pode, aí, conservar-se grande quantidade d’água. Por isso temos no local uma rede hidrográfica perene, muito ramificada”. (ib.:498)

À essa época, quando foi desenvolvida essa classificação territorial-biogeográfica, a região Oeste, já definitivamente incorporada aos limites baianos, submergia em uma dinâmica econômica incipiente, formada, basicamente, pela criação de gado e pela agricultura de subsistência (Kraychete & Comeford 1991:30).

“A partir dos anos 70, entretanto, o Oeste Baiano experimenta um intenso e rápido processo de transformações, provocando um abrupto contraste com as formas tradicionais que o caracterizavam. Para aí se direciona uma grande mobilização de capitais, estimulada pelos incentivos fiscais do governo, pelo baixo preço e elevada disponibilidade de terras na região e pela indefinição fundiária que a caracterizava. Esta mobilização de capitais deve ser entendida no quadro mais amplo que a envolve, ou seja, o processo de modernização capitalista da agricultura brasileira, num momento onde a manutenção das taxas de lucro nos segmentos mais dinâmicos da economia tornava premente a integração de novos espaços à valorização do capital”. (ib.:30-31)

Assim, rompia-se o invólucro de isolamento que envolvia a região Oeste da Bahia: não foram outros motivos, senão econômicos e políticos, que condicionaram este processo de ocupação dos Gerais da Bahia, isto é, dos Cerrados baianos. Foi uma “grande jogada”, envolvendo grandes capitais, alianças e interesses políticos-econômicos. Tal projeto, notadamente, foi tributário das políticas desenvolvimentistas que grassaram durante a ditadura militar no Brasil. Na Bahia, o grande “coronel” Antônio Carlos Magalhães – hoje presidente do Senado da República – era o governador “biônico” do Estado, e a ele coube o papel de acompanhar, de perto, os passos cruciais desse processo de implantação das chamadas “empresas rurais” ou “firmas” nos Gerais.

Gostaria de indicar dois importantes trabalhos que foram escritos, na década de 90, sobre esse processo: o “Relatório Final da Pesquisa sobre os Gerais”, cujos autores eram membros da Comissão Pastoral da Terra (1994), e a dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado de História da Universidade Católica de Goiás por Avelino Fernandes de Miranda (1994), o qual analisa, *pari passu*, as transformações sociais, fundiárias, políticas e econômicas envolvidas em tal projeto, buscando na história da região do Além-São Francisco, os fundamentos ideológicos que definiam a região como inculta, despovoada, numa palavra, como “terra-de-ninguém”.

Segundo os autores do Relatório supracitado, a ocupação dos Gerais foi marcada por um conjunto de acontecimentos que iam desde a grilagem de terras até a intimidação física dos “posseiros caboclos” dos Gerais. Passo a palavra para os autores do relatório:

“Nas décadas de 70 e 80 (...) durante o regime militar, deu-se início aos projetos capitalistas, articulados para realizar a ocupação das terras do Oeste da Bahia, num projeto amplo e ambicioso de levar o progresso e o desenvolvimento para os todos os cerrados do Brasil. Primeiro foi o projeto de ‘Reflorestamento do Oeste baiano’, iniciado em 1980, que atraiu inúmeras firmas de reflorestamento, mobilizadas pelos incentivos fiscais do Governo. Na sombra destes projetos estavam militares da ativa e da reserva. (...). Houve, igualmente, muita resistência por parte de posseiros, como no Canguçu, município de Cocos; e no Couro de Porco, município de Correntina.” (CPT ib.: 7)

No rastro dessa nova “frente de expansão do capital” vieram pequenos, médios e grandes agricultores do Sul do País, como gaúchos e paranaenses muitos dos quais “quebrados” em função das perdas provocadas pela devastação da soja (C.P.T. ib.:12). E levaram a soja para o Oeste, especificamente para a microrregião de Barreiras, no norte dos Chapadões Ocidentais. Ao sul, na microrregião de Santa Maria da Vitória, onde se insere o município de Correntina, efetivou-se, primeiramente, a substituição dos cerrados por plantações de pinho e eucalipto, atividade esta denominada de “reflorestamento”. Retirados os incentivos fiscais, as “firmas” de reflorestamento “quebraram”, cedendo espaço para a implantação de agroindústrias de grãos (soja, milho, feijão, sorgo, etc...) na microrregião de Santa Maria da Vitória, no sul dos Gerais. Mais ao norte, o município de Barreiras consolidava-se como o principal centro comercial e econômico da região, uma vez que a

rodovia BR-020/242, a qual ligava Brasília à Salvador, possibilitava não somente o escoamento da produção, mas também a circulação de serviços e mercadorias (Seplante 1990:27). Tempos depois, a construção da rodovia BR-349, ligando Brasília ao município de Correntina, dentre outros fatores, contribuiu para intensificar a implantação das “firmas” na microrregião de Santa Maria da Vitória, enfraquecendo, de certa forma, o controle e a hegemonia que tinha o município de Barreiras sobre a região Oeste.

A exploração econômica do Oeste da Bahia foi estimulada (e facilitada) pelo seu grande potencial aquífero: as bacias do rio Grande, Corrente e Carinhonha ofereciam, aos olhos do Estado e da iniciativa privada, um estupendo manancial de águas que demandava um “melhor” aproveitamento. Ao mesmo tempo em que a ocupação dos Gerais se respaldava, ideologicamente, no discurso do “vazio” demográfico, discurso esse que, como vimos, estava alicerçado na representação ideológica que percebia os Gerais como verdadeiros “desertos humanos”. Miranda (1994), assim analisa tal processo:

“O Estado (governo estadual e federal) foi o grande agente primordial dessa ocupação recente do Além-São Francisco, através da implantação e implementação de políticas públicas de favorecimento da iniciativa privada, notadamente para grandes grupos do mundo industrial e financeiro, abrindo as portas para a privatização quase que completa dos ‘gerais’ e das terras devolutas, secularmente exploradas por posseiros e criadores, aligeiramente apropriadas e tituladas por empresas, em um acintoso processo de formação de latifúndios, dissimulado pelo manto sagrado da legalidade: o título de empresa rural, que justifica a existência de milhares de hectares de terras ociosas.” (ib.:32)

A implementação das agroindústrias de grande porte só foi possível, ainda, porque estas empresas lançaram mão de um conjunto de técnicas agrícolas modernas, como a instalação de sugadores das águas dos rios – os pivôs centrais – os quais iriam irrigar as extensas monoculturas, bem como a utilização, em larga escala, de adubos químicos, insumos, fertilizantes e agrotóxicos. Dessa forma, operaram um verdadeiro “milagre” tecnológico: transformaram os Gerais (cerrados), naturalmente inférteis, em um grande celeiro da agroindústria, nacional e internacional. É por esse motivo que, no quadro econômico e financeiro regional, o Oeste da Bahia desponta como um dos mercados mais dinâmicos, competitivos e produtivos do País. Assim, deu-se a arrancada de um processo de desenvolvimento, o qual, hoje mais do que nunca, parece ser bastante questionável.

Quais são os desdobramentos efetivos, quais foram, e quais têm sido, os custos sociais, ecológicos e humanos dessa grande “empreitada”? O que ganha, ou melhor, o que perdem as populações nativas com esse “progresso” e “desenvolvimento”? Após vinte anos desde que teve início a implantação das firmas nos Gerais, é possível divisar um conjunto de fenômenos sociais que são fruto mesmo desse processo de desenvolvimento econômico, de caráter capitalista autoritário (cf. Velho 1976).

Como já foi colocado, um dos custos sociais mais deletérios, resultante da ocupação dos Gerais, em primeiro lugar, foi a expulsão dos “tradicionais posseiros”, uma vez que as “firmas” lançaram mão, inclusive, da falsificação de escrituras e títulos fundiários, pelos quais pequenas glebas de terra eram transformadas em grandes latifúndios (cf. C.P.T. e Miranda, *passim*). Ainda segundo a Comissão Pastoral da Terra, algumas comunidades lograram resistir à grilagem de suas terras, como as comunidades de Couro de Porco, Arrojadinho, Mato Grosso e Brejão (C.P.T. ib.: 17).

Quando da minha última passagem pelo município de Correntina, conheci um dos autores do supracitado relatório sobre a ocupação dos Gerais. Informalmente, este me passou valiosas informações que não estão contidas no relatório, como o fato de que, nesse período, se produziu uma espécie de “ideologia do silêncio” sobre a questão das “raízes indígenas” de algumas dessas comunidades. Para esse membro da C.P.T., era notório que tais comunidades, ainda que bastante, expressavam e mantinham nítidas fronteiras sociais a separá-las da sociedade envolvente. No seu entender, o avanço das firmas sobre suas terras, paradoxalmente, colocou e ao mesmo tempo ocultou a dimensão étnica dos conflitos fundiários que a ele se seguiram. As organizações de base, as quais se tornaram aliadas dos “posseiros caboclos”, percebiam que a questão da terra, destarte, estava inextricavelmente ligada à uma ancestralidade indígena. Pressões de toda ordem, porém, acabaram por mitigar os efeitos [políticos-fundiários] de tais indagações, tornando deveras perigosa a tentativa de “mexer com as raízes dos caboclos” por parte desses segmentos organizacionais.

Segundo esse informante, existiria nos Gerais, uma constelação de “comunidades caboclas”: do ponto de vista de um observador externo, portador de uma sensibilidade etnológica mínima, digamos, tais comunidades apresentar-se-iam enquanto unidades sociais que guardariam continuidades históricas com os Índios dos Gerais. **Lôdo, Santo Antônio, Couro de Porco** (atualmente chamado de **Arrojelândia**), **Onça, Vereda Grande, Caititu, Busca Vida, Catolés de Cima e Bom Sucesso** seriam, destarte, pontos críticos e salientes dessa configuração intersocietária marcada pela construção da *diferença* e da *descontinuidade*. Algumas dessas comunidades manteriam, inclusive, elementos residuais de língua e costumes, tais como rituais funerários. Por isso mesmo, essas comunidades, aos olhos dos regionais, são vistas como “atrasadas” e “primitivas”, umas mais outras menos. Depreende-se do discurso dos regionais uma “escala” de *primitividade* – da comunidade ‘menos’ à ‘mais’ ‘primitiva e atrasada’.

Diante do exposto, urge que antropólogos, historiadores, arqueólogos e biólogos somem esforços e se mobilizem no sentido de investigar, a fundo e sem receio, o que, justamente, foi, deliberadamente ou não, ocultado. Assim, talvez a história dos Índios dos Gerais ainda esteja por ser contada, ou melhor, recontada²¹.

²¹ Recentemente, o *Jornal A Tarde* publicou uma reportagem sobre a (grave) situação dos rios da região Oeste da Bahia, criticando a atuação dos órgãos de controle ambiental, responsáveis pela autorização da instalação de pivôs centrais nos rios (já são mais de 590), muitos dos quais estão morrendo. E continua a reportagem: “Isso sem falar do envolvimento dos

Minha monografia versa sobre a organização social de umas dessas comunidades, Bom Sucesso, localizada às margens do rio Arrojado, constituinte da Bacia do Rio Corrente. As terras de Bom Sucesso, entretanto, não sofreram a pressão direta das “firmas”, haja visto que estas se implantaram preferencialmente no cerrado, isto é, nos Gerais, onde se justificaria o discurso do “vazio” e do “deserto humano”. Ainda assim, basta analisar a história da comunidade nos últimos vinte anos para constataremos uma brusca mudança nos seus modos de organização e reprodução sociais, calcados, fundamentalmente, na economia de caça e coleta. Segundo a memória social local, com a implantação das “firmas”, muitos moradores de Bom Sucesso foram incorporados ao mercado de trabalho regional, como “trabalhadores de alugado”, em empresas de reflorestamento, como a Floryl. A chegada das “firmas”, certamente, foi um dos mais incisivos vetores de pressão que atuaram no sentido de quebrar a autonomia e o relativo isolamento dessas comunidades “caboclas”. No caso da comunidade de Bom Sucesso, acresçam-se ainda, as campanhas de intervenção realizadas por agentes sanitários e ligados à Igreja, ideologicamente respaldados no discurso do “atraso”, do “abandono” e dos “hábitos e costumes primitivos” que supostamente teriam as pessoas do lugar.

Assim, para encerrar este capítulo, e antes de passar à etnografia sobre Bom Sucesso, gostaria de transcrever uma espécie de manifesto a favor dos Gerais, no qual o autor, um antropólogo especialista em Cerrados, e natural do município de Correntina, sintetiza, de forma poética, a história dos Gerais, denunciando, no presente, os efeitos deletérios, para as populações humanas e para o ambiente, da ocupação da área pelas “firmas”.

próprios órgão na canalização de recursos junto às empresas, para campanhas eleitorais (...). Os rios Balsas, Borá, Branco, das Pedras, Porcos, Arrojado, do Meio, e Galheirão iriam agradecer, e outra consequência seria a cobrança mais rigorosa da realização de Estudo de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, para a liberação de pivôs no Rio Grande” (Jornal A Tarde – Municípios, 8/8/1999, p.17).

Lá nos confins dos sertões entre Goiás e Bahia, onde o maciço calcáreo da Serra Geral repousa docemente seu dorso sob um manto de areia fina, depositada pelo sopro milenar de ventos mutantes, existia, há muito tempo, um deserto conhecido pelo nome de Urucuia. Nessa época, quase não existia vida por lá e tempestades de areia constantemente surgiam ao longo do horizonte, como um balé macabro unindo o céu e a terra. Muito tempo se passou e as condições do clima, com sua habitual preguiça, aos poucos se modificaram. Nuvens carregadas, passando por lá, salpicavam de pétalas o areião e a serra que, sabiamente, retinham as sobras entre os poros subterrâneos, formando um rico lençol aquífero. Não se viam mais as tempestades de areia. A vida brotava na forma de folhas e tronco aqui e ali, formando campinas e gerais. Na frente da serra, surgiram olhos que, comovidos de tanta alegria marejavam lágrimas deslizantes sobre o solo frouxo de areias, formando sulcos que iam verediando na direção do sol nascente. Os olhos viravam lagoas, as lágrimas eram os rios. Por onde passavam, enriqueciam a vida. Brotavam buritis, buritiranas, pororocas, gameleiras, ingás, ipês amarelos, mussambés até cipós e jenipapo. Ao largo, como um abraço carinhoso, surgiram jatobás, paus d'óleos, paus ferro, cagaitas, pequis, mangabas, puçás, vinháticos, cajus, cascudos, arazás, bacoparis, grão-de-galo e tantos outros que seriam necessários muitos janeiros para contar suas histórias. Buriti atraiu a arara que com seu grito ressonante avisou a bicharada a descoberta daquele paraíso. Vieram emas, capivaras, seriemas, veados, periquitos, tatus, sabiás, cervos, canarinhos, camaleões, pássaros pretos, suçuaranas, onças pintadas, mutuns, calangos, lagartixas, tamanduás, antas, e até preguiças eram vistos fazendo malabarismos nos galhos da embaúba. As frutas que caíam n'água atraíam toda sorte de peixes que, num balé sincronizado, passeavam subindo e descendo os rios. O sol ainda tingia de dourado o orvalho nas folhas da buritirana, quando, por detrás da vasta vereda, um bando de gente inaugurava uma nova era. Eram os índios, os primeiros seres humanos a chegarem na região. Isso foi há muito tempo e por quase quinhentas e cinquenta gerações. Essas populações, se enamorando da paisagem, elegeram como prioridade a harmonia, e assim viveram durante séculos. Um belo dia, muito tempo depois, outros seres humanos, procurando pepitas douradas entre

os cascalhos do rio, redescobriram aquele paraíso e, ao longo desses rios de água cristalina, construíram suas vidas, implantaram suas cidades, seus roçados, suas oficinas de farinha, seus canaviais e suas moendas. Quando a seca afetava as pastagens da caatinga, os vaqueiros, entoando cantigas de aboio, transportavam o gado para os gerais e assim construíram uma vida de migrações sazonais. Como um feixe de luz, os rios entraram no cotidiano das populações, dando-lhes o sustento e influenciando nos seus hábitos de maneira tão forte, que ainda hoje, quando os ventos sopram de leste para oeste ainda soa na lembrança os versos daquela cantiga de roda dizendo que o navio de Cachoeira não navega mais no mar...

Os rios passaram a ser um pouco da vida dessa gente. Um pouco da pessoa amada, o pai, a mãe, os filhos. Saciando a sede, higienizando e acariciando os corpos bronzeados pelo sol do meio-dia. Quando o perigo iminente ameaçava descristalizar suas águas, as carrancas do Velho Guarany se posicionavam como guardiãs do bem, expulsando para longe as ameaças vadias.

Um belo dia, numa época bem recente, homens estranhos com chicotes e boleadeiras, aterrorizando as carrancas, subiram os rios em direção às suas cabeceiras e ocuparam os chapadões. Era o caos! As campinas minguaram e bancos genéticos valiosos foram substituídos por grãos estranhos. Máquinas pesadas, semelhantes a dragões acorrentados, atiraram ao chão as plantas raquíticas dos gerais. Árvores exóticas surgiram em alguns locais, como um ralo de esgoto, exaurindo os recursos públicos. Roçaram as veredas, as bombas sugadoras do pivô central começaram a devolver ao rio o veneno usado para imunizar as novas lavouras. Os buritis desfolhados começaram a presenciar a desestruturação da vida dos brejeiros. E assim, a vida foi sendo canalizada pelos meandros da má qualidade. Os solos encharcados das veredas aos poucos se transformaram em pedra dura e a água dos rios, diminuindo, expôs nos barrancos os seixos arredondados, que outrora repousavam no leito farto desses rios. Por isso, quando os ventos da desolação soprarem rajadas de pobreza e o povo, desorientado, clamar por salvação, enterrem meu coração atrás do morro do estreito. Não quero ver a pedra do lajedo agonizando de sede, clamando por uma gota de água.” Manifesto “ENTERREM MEU CORAÇÃO ATRÁS DO MORRO DO ESTREITO”, de Altair Sales Barbosa



BURITI, FLOR DO CERRADO, ÀS MARGENS DO RIO ARROJADO

Capítulo III –

A comunidade de Bom Sucesso e suas fronteiras: dados (e artefatos) para um estudo de Etnicidade nos Gerais

“Aqui, olha, eu vou lhe dizer: primo casa com prima, não sai daqui pra fora nem moça, nem rapaz. Casa aqui toda a ‘parentaia’.”

D. Procidona (in memoriam)
Bom Sucesso

“Eles são diferentes, assim, mas são iguais a nós mesmos”

D. Dalva, sitiante de Catolés

“Eles não querem acompanhar a civilização. Eles querem ter a vida própria deles”

Membro da Fundação Nacional
de Saúde de Correntina

III. 1 - Localização, população, fronteiras internas e ambiente

A presente monografia tem por objeto a comunidade rural de Bom Sucesso, localizada na margem esquerda do rio Arrojado, um dos seis rios que compõem a Bacia do rio Corrente, tributária do São Francisco²². Assim como a maior parte da região Oeste da Bahia, a comunidade de Bom Sucesso está inserida no Domínio dos Cerrados, regionalmente chamado de “Gerais”²³. O rio Arrojado é o limite natural entre os municípios de Correntina e Jaborandi, mas a localidade de Catolés, na margem direita, está politicamente subordinada ao município de Correntina.

Antes de prosseguir, devo salientar que o termo “comunidade” deve ser aqui reportado a três aspectos bem definidos: o território, o agrupamento humano, e o ambiente no qual essa população humana se reproduz, biológica, social e simbolicamente. Aqui, portanto, o termo “comunidade” não se reveste do sentido clássico de uma vida social comunal, na qual os indivíduos estão dispostos numa estrutura igualitária e simétrica, mas é utilizado no sentido de apontar, analiticamente, para um espaço

²² Verificar no mapa da região Oeste da Bahia (**Figura N.1**, em **Outros Documentos**). Aproveito o ensejo para informar ao leitor que as palavras em negrito e entre aspas são categorias êmicas de Bom Sucesso. As que estão em negrito mas não contêm aspas são ênfases textuais minhas.

²³ Quanto à este termo, há uma certa ambigüidade semântica que não pode ser desconsiderada: “Gerais”, localmente, reporta-se a um subsistema específico do Domínio dos Cerrados, o “Cerrado” estrito senso, denominado mais recorrentemente de “**tabuleiro**”, mas os regionais entendem por “Gerais” toda a faixa de cerrados (com todos os seus subsistemas) que recobrem o Oeste da Bahia.

cujas fronteiras são percebidas e reconhecidas por indivíduos tanto de **dentro** quanto de **fora** da própria comunidade.

Minha investigação, por outro lado, não deve ser entendida como um simples “estudo de comunidade”, no qual as fronteiras são reificadas, tomando-se assim o objeto de investigação como uma unidade fechada em si mesma. Ao contrário, em que pese considerar, respaldada nos dados etnográficos, Bom Sucesso uma unidade sócio-espacial, tenho em perspectiva que tal comunidade se encontra inserida em contextos mais amplos, como o campo intersocietário de relações entre a referida comunidade e a sociedade envolvente, representada por segmentos urbanos e pelo campesinato local, não-indígena.

* * *

O território “Bom Sucesso” limita-se a sul pelo rio Arrojado, a norte pelo “tabuleiro” ou Gerais, a leste por Caititu e Busca Vida, e a oeste, pela Vereda Grande. A população, atualmente, é constituída por mais de 800 indivíduos e 130 famílias, praticamente confinadas numa estreita faixa de terra agricultável entre o rio e o “**tabuleiro**”, isto é, o cerrado, propriamente dito.

Perguntando sobre a área total de Bom Sucesso, informantes locais e de fora de Bom Sucesso não davam respostas seguras; alguns chegavam a especular 500 hectares. Havia, entretanto, uma certa concordância quanto ao comprimento da área ao longo do rio - 6 km - e à distância que separa o rio do “**tabuleiro**” - 1,2 km. Com esses dados, é possível estimar algo em torno de 720 hectares perfazendo a área total Bom Sucesso. Fazendo mais contas, chega-se ainda a uma média de 5,5ha por família nuclear-unidade habitacional, dado este que aponta para uma alta densidade demográfica na localidade (111hab./km²). Realmente, quando se chega em Bom Sucesso, uma das coisas que mais chamam a atenção é a proximidade entre as casas e as roças, algumas separadas por cercas de arame farpado.

Grande parte das casas está instalada na várzea do rio, e à medida em que nos aproximamos do “**tabuleiro**”, a tendência é haver uma queda na densidade demográfica, uma vez que os solos vão ficando mais ácidos e impróprios para a prática da agricultura; some-se a isso o fato de que o acesso às águas do rio e dos regos torna-se mais dificultado pela distância. Na crueza dos fatos, esses dados demonstram quão é exígua e escassa a **terra** em Bom Sucesso, isto é, a terra necessária para a reprodução social do grupo. Esse aspecto, como veremos adiante, é de suma importância para entendermos a organização social bem como os (precários) modos de subsistência predominantes na comunidade.

Em que pese considerar a área total “Bom Sucesso” como a unidade sócio-espacial de análise, cabe dizer que nesta área total estão implicadas algumas subdivisões e fronteiras internas, mencionadas por diferentes agentes da comunidade. Seguindo o curso do rio, a partir da ponte que une (e separa)

Bom Sucesso e Catolés²⁴, e com base no que dizem os informantes, pode-se localizar três sub-áreas, definidas, ao que parece, pela distribuição dos núcleos familiares extensos, pela qualidade dos solos e conseqüente aptidão ao plantio, pelo acesso ao manancial das águas dos “regos” e pela estratificação sócio-econômica local, decorrente destas duas últimas variáveis (terra e água). Assim, na direção oeste-leste, seguindo o curso do rio, teríamos o núcleo **“Bom Sucesso de Cima”** ou **“Passagem do Chiqueiro”**, o núcleo **“Pintados”**, e por fim, uma área de transição que abrange um grande número de unidades habitacionais, a que aqui denominarei **“Fronteira Bom Sucesso/Caititu”**. Nos núcleos “Passagem do Chiqueiro” e “Pintados”, predomina a família extensa **“Florêncio de Barros”**, enquanto que na Fronteira Bom Sucesso/Caititu, predominam os **“Hilário dos Santos”**²⁵.

Essas fronteiras internas são um tanto quanto imprecisas, e só mesmo no decurso dessa etnografia é que será possível tentar deslindar a (socio)lógica dessa configuração espacial, a qual, tudo indica, estaria relacionada com a estrutura de parentesco. No plano externo, desde Passagem do Chiqueiro até a fronteira Bom Sucesso/Caititu, via de regra, os moradores dizem que o nome do lugar é **“Bom Sucesso”**, pois topônimos como “Passagem do Chiqueiro” e “Pintados” são categorias de atribuição rejeitadas pelas pessoas que moram nessas duas sub-áreas. No primeiro caso, diz-se que os moradores têm “vergonha” do nome, pois, realmente, a área de transição entre os dois núcleos é constituída de terras de brejo, quase pantanosas, nas quais o trânsito humano é de sobremaneira dificultado, daí o nome “Chiqueiro”. “Pintados”, por seu turno, é uma categoria toponímica atribuída ao “miolo” de Bom Sucesso, onde parece haver uma maior concentração de roças e casas. Quando alguém refere-se a este lugar como “Pintados” o faz com uma certa dose de depreciação e estigmatização.

E por quê “Pintados”? *“É porque tinha umas pedras pintadas aí no rio... Aí botaram esse nome...”*, disse-me S. Félix (Félix Florêncio de Barros, 77). D. Maria de Lara, que reside na fronteira Bom Sucesso/Caititu, por seu turno, ensaia uma outra resposta:

“Esse pessoal do... esse pessoal do véi Pedro, eles tudo sabe informar porque aí em cima, esse véi Raimundo, Psidona, que é desse véi Firmino Pelado, ele é desse povo dos... é dessa famia indra, dessa famia, que por isso lá botaram o nome de Pintado, né?, que lá era [problema] de Pintado, famia Pintado, que num sei o que é que é. Agora tornaram quebrar essa patente de Pintado e botaram Bom Sucesso”.²⁶ (28/10/98)

²⁴ Ver, em **Outros Documentos a foto 01**.

²⁵ Órgãos oficiais, como a Fundação Nacional de Saúde de Correntina, que fez um trabalho de intervenção na área há mais ou menos quatro anos, consideram que a área Bom Sucesso “termina” na casa de D. Maria de Lara (Maria Vilas Boas, 61), importante líder interlocal, mas segundo informantes locais, Caititu começaria bem antes, depois da casa de S. Fidéli (Fidelcino Hilário dos Santos, 78), seguindo o curso do rio Arrojado. Assim, a casa de D. Maria de Lara, oficialmente, pertence à Bom Sucesso, mas efetivamente, diz-se que ela mora no Caititu. Ela mesma me explicou, à sua maneira, a causa dessa confusão: em 1994, a Fundação Nacional de Saúde, através do “Projeto para a Melhoria das Habitações Rurais para o Controle da Doença de Chagas”, ao fazer o levantamento das casas de Bom Sucesso, naturalmente excluiu a de D. Maria de Lara. Ela, então, intencionando ser beneficiada pelo Projeto, recorreu à políticos de Correntina com os quais tem boas relações, e conseguiu fazer com que sua casa fosse também reformada pela FNS, em cujos documentos, atualmente, consta ser Bom Sucesso, e não no Caititu, o local onde mora.

²⁶ Certamente, teria sido o Padre André, de Correntina, o responsável pela mudança do nome “Pintados” para “Bom Sucesso”, assim como ocorrera com o nome de outra comunidade rural dos Gerais, **Couro de Porco**, percebida pelos

Observei também que os moradores de Catolés, na outra margem do rio, referem-se aos de Bom Sucesso, mais ou menos regularmente, como “Pintados”: “*Quando a gente tá precisando de meeiro, a gente vai caçar lá nos Pintados*”, foi o que me disse certa feita Joaquim de Deca (Joaquim Magalhães Dourado, 32 - ver **foto 28**), sitiante de Catolés.

* * *

Na área total de Bom Sucesso, não existem os chamados equipamentos e serviços sociais (escolas, postos de saúde e telefone, água encanada, luz, igrejas). As crianças estudam em um prédio escolar localizado em Catolés, e os “crentes” assistem aos “cultos” da igreja Assembléia de Deus também do outro lado do rio. Durante o já mencionado processo de intervenção na área levado a efeito por funcionários da FNS de Correntina, houve uma tentativa de implantar um sistema de captação da água do rio Arrojado. Por motivos não muito claros, ao que parece em função da resistência manifestada pela própria comunidade, tal projeto não foi concluído.

Recentemente, a prefeitura abriu uma estrada dentro da comunidade de Bom Sucesso, atravessando-a de uma ponta à outra, e comunicando-a com diversas outras localidades, como Caititu, Busca Vida, Prainha e Brejo Verde. Atualmente, existem dois ônibus que rodam quase que diariamente, transportando os sítiantes para a cidade de Correntina. É nos dias de feira (aos sábados) e de pagamento aos aposentados do INSS que os ônibus de “Venetô” e “Cassimiro” – dois vereadores de Correntina – vão mais cheios para a cidade. O preço da passagem, em outubro de 1998, variava de R\$1,50 a R\$2,00. Os moradores de Bom Sucesso dizem, entretanto, que estradas e veículos são coisa muito recente no lugar. Há dez anos atrás, foi aberta a primeira estrada conectando Bom Sucesso à cidade, e o que unia as duas margens do rio era uma simples tora de buriti. A ponte de madeira também só recentemente foi construída.

* * *

Sobre a configuração ecológica do território de Bom Sucesso e adjacências, foi de especial contribuição a percepção dos informantes locais, como Joaquim Florêncio de Barros, 51, mais conhecido como “Joaquim de Anália”, que assim descreve e classifica, em termos ecológicos, a área:

- a) **mata** - mancha de área agricultável na várzea do rio, onde estão instaladas as unidades domésticas e as roças;
- b) **tabuleiro ou Gerais** - cerrado, do qual retiram inúmeras espécies de caça, raízes para uso terapêutico e madeiras para confecção de casas; dizem que não plantam nos gerais porque

regionais como também “atrasada” e “primitiva”. Recentemente, esta localidade passou a ser chamada de “Arrojelândia”. Subjacente a essas mudanças toponímicas, estaria um objetivo (ideológico) de conferir a esses grupos sociais um estatuto

“*não dá nada, nada*”, e que “*só serve pra soltar o gado lá dentro*”, diz S. Joaquim de Anália;

- c) **brejo** - terreno alagadiço, próprio para o plantio de arroz; são consideradas as melhores terras para a agricultura;
- d) **veredas** - encontram-se na fronteira entre a mata e os Gerais. Caracterizam-se pela imponente presença dos buritizais que acompanham cursos de água;
- e) **capão** - área de mata e terreno agricultável incrustados nos Gerais.

É interessante notar que esse sistema classificatório “nativo” em muito se aproxima de classificações outras, imputadas ao Domínio dos Cerrados. O contexto ecológico de Bom Sucesso é, com efeito, uma “amostra” eloqüente e significativa do Sistema Biogeográfico dos Cerrados, o qual

“pode ser subdivido em subsistemas específicos, caracterizados pela fisionomia e composição vegetal e animal (...), apresentando a seguinte organização: Subsistema dos Campos; Subsistema do Cerrado; Subsistema do Cerradão; Subsistema das Matas; Subsistema das Matas Ciliares e Subsistema das Veredas e Ambientes Alagadiços”.(Barbosa s/d: 12)

Os solos do subsistema “cerrado” são impróprios para a prática da agricultura, esta sendo possível apenas nas manchas de mata ciliar que acompanham os rios ou nos “**capões**”, áreas de mata e solo de boa fertilidade natural incrustadas nos Gerais ou “**tabuleiro**”. Entretanto, o potencial de caça é relativamente maior que em outros biomas, tais como o das Caatingas, onde, em contrapartida, os solos são mais férteis - basta lembrar que nos Cerrados as populações indígenas desenvolveram processos adaptativos relacionados com a caça e a coleta, ficando a agricultura num plano secundário/incipiente (Barbosa et alli 1996). Ainda com relação ao subsistema do Cerrado, Barbosa (s.d.:13) diz que

“este Subistema constitui a paisagem dominante do Sistema [Biogeográfico dos Cerrados]. Ostenta um estrato gramíneo, mas diferencia do campo pela ocorrência de árvores de pequeno porte e aspecto tortuoso, explicada pela teoria do escleromorfismo oligotrófico”.²⁷

Um outro importante subsistema dos Cerrados é o das Veredas e Ambientes Alagadiços, nos quais predominam palmáceas, como o buriti (*Mauritia vinifera*) e a buritirana (*Mauritia aculeata*), que servem como indicadores de lençóis e cursos d’água. Em Bom Sucesso, especificamente, não existem veredas, porque “*o mato encostou no tabuleiro*”, como disse S. Joaquim de Anália. O que se observa lá

é a presença esparsa do buriti indicando e acompanhando canais de água ou “regos”.²⁸ Assim, cerrado, veredas e campos constituem subsistemas, interdependentes, de um mesmo sistema biogeográfico:

“Se as ‘matas ciliares’ – acompanhando cursos d’água – se condicionam à escassa quantidade de chuva anual e à prolongada estação seca, nas encostas, entretanto, a vegetação se reduz. Aparecem então, nas vastas extensões do planalto os ‘campos-cerrados’ (...). Quando, porém, o tipo daquelas matas se enfraquece ainda mais até o ponto de se restringir a ‘capões’ – de que um dos mais belos é o buritizal (...) – o que contribui para lhe dar o cunho insular de um pitoresco oásis de verdura, perdido em meio de um gigantesco tapete de relva homogênea, na altura e na cor, é sem dúvida, além da água, a estrutura dos planaltos, onde é comum a presença do arenito alternando com xistos em camadas horizontais”.²⁹ (Pereira 1975:282)

Uma outra característica fundamental desse sistema biogeográfico é a da biodiversidade florística e faunística. De fato, os Gerais – termo êmico correlato – apresentam um grande potencial de caça e de espécies vegetais. Bons informantes locais, como S. Joaquim de Anália, identificam algumas dezenas de “raízes” dos Gerais que se prestam ao uso terapêutico, além de diversas espécies vegetais e animais. Como se trata de um assunto cuja riqueza e complexidade demandariam um outro estudo monográfico, me limitarei a apresentar, um conjunto bastante restrito dessas espécies, citadas por S. Joaquim de Anália:

ESPÉCIES (SUBESPÉCIES/OBSERVAÇÕES)	
<u>De caça comestível:</u> Onça (pintada, preta – “tigre” – e vermelha); porco (caititu); tatu (tatu-peba, tatu-galinha, tatu-china, tatu-bola); veado (gaieiro e caatingueiro); michila (do mesmo tipo do lobo guará); sussapara (tipo gado); anta; preá; ema (sariema)	<u>De aves e pássaros:</u> Gavião, carcará, curió preto, joaninha-de-barro, anum, sofreu, passa-sebo, canário, sabiá, juriti, codorna, perdiz, periquito, lôro (lôro maracanã), lambu, jacu, tucano
<u>De caça não-comestível:</u> Lobo guará, raposa, gato-do-mato (maurício e gato preto)	<u>De cobras:</u> Cascavel, jaracussu, jabiraca (jararaca), coral, cobra verde, cipó, veadeira, cainana, sucuruí (“cobra-peixe”)
<u>De frutos:</u> Buriti, cascudo, caju, pequi, cagaita, pussá, croadinha, xixá (mata), coco-catolé, coco de tucum, gariroba (mata)	

²⁸ Ver foto 08.

²⁹ Para uma melhor visualização do que seja um ‘buritizal’, conferir a Figura N.6.

III. 2 – Como estão: as condições materiais (e simbólicas) de existência

Terra, água, modos de subsistência e padrões alimentares

É consenso entre os camponeses da região que as melhores terras para a agricultura são as do brejo. Em Bom Sucesso, são poucas as famílias nucleares e extensas que possuem áreas de plantio no brejo, como a família de D. Ana de Marcelino (Ana Dias de Souza Barros, 78)³⁰. Sua propriedade (também uma das maiores de Bom Sucesso) se estende da estrada até o “rego grande”, que separa o núcleo Passagem do Chiqueiro do núcleo Pintados³¹.

A família de D. Ana de Marcelino, dentre as demais famílias de Bom Sucesso, é a que está melhor situada em termos de posição sócio-econômica. Entretanto, segundo informações colhidas, essa posição foi alcançada porque o chefe da família, S. Marcelino (Marcelino Florêncio de Barros, já falecido), tinha uma percepção de cálculo e racionalidade “diferente” dos demais, logrando acumular capital para adquirir novas terras, não por acaso, justamente as de brejo. Para os regionais, S. Marcelino era mais “trabalhador”, tinha espírito empreendedor e visão de mercado, comercializando parte da produção da lavoura. Há um detalhe importante: S. Marcelino havia descoberto um meio rápido de ganhar dinheiro, e com isso adquirir novas terras: trocar cachaça por ferramentas. É o que diz essa funcionária da Fundação Nacional de Saúde de Correntina:

“Seu Marcelino – esse negócio de política, todo político leva o quê, pra lá [Bom Sucesso]? Ferramentas, filtros, esses negócios... Então, o pessoal de lá vendia todos pra S. Marcelino (...). Ele tinha pra lá de 200 ferramentas, tipo foice, enxada, tudo – é o seguinte: ele vendia, ele recebia a foice em troca de cachaça...(…). Vinha um querendo cachaça, trocava aquela ferramenta que ele ganhou do político, ele trocava a troco de cachaça com S. Marcelino, naquela época”. (N.M.A. FNS-Correntina, 27/10/98)

Na visão dessa agente de saúde, o “povo de Bom Sucesso” seria portador de padrões culturais “primitivos”, observáveis, por exemplo, na relação com o trabalho, o corpo, a saúde e a doença. Nesse sentido, não haveria diferença entre S. Marcelino e os outros moradores da comunidade de Bom Sucesso:

“Na situação de quê? De higiene, de costume, era a mesma coisa. A diferença dele era que ele era ganancioso, ele queria tudo pra ele, ele trabalhava, ele plantava mais, ele queria ter as coisas mais que os outros. Era o único – hoje os outros levantaram, né? – então era a única família trabalhadora (...). Ele conseguiu, porque ele trabalhou e juntou dinheiro. E a maneira dele gastar o dinheiro que ele conseguia, foi comprando terra. *Ele trabalhava de verdade* (...).” (ibid. ib.)

³⁰ Ver **foto 07**.

D. Ana de Marcelino é a única sitiante de Bom Sucesso que contrata trabalhadores “meeiros”, de dentro da própria comunidade - para o plantio de arroz, feijão, milho, mandioca, cana e capim, sendo que parte da colheita é destinada à comercialização. Em seu sítio, existe também uma casa de farinha e uma engenhoca – a única encontrada em Bom Sucesso - para a produção de garapa e rapadura, que também é comercializada.

A “meia” é uma relação de trabalho, não-monetarizada, comumente encontrada nas sociedades camponesas. É uma espécie de contrato onde uma parte entra com a terra e as sementes – isto é, os meios de produção – e a outra parte entra com a força de trabalho, e por vezes, com os instrumentos de produção, na limpeza das roças, no plantio e, por fim, na colheita. O pagamento é justamente a “metade” da produção. Sendo a terra um fator de estratificação sócio-econômica nas sociedades camponesas, as relações de trabalho decorrentes dessa diferenciação interna remetem também a relações de poder, assimétricas. No caso ora discutido, é clara a noção, entre os camponeses de Bom Sucesso, que D. Ana de Marcelino, e sua família extensa, ocupam uma posição superior na estrutura sócio-econômica daquela comunidade, podendo ser considerada talvez a única “sitiante forte” (cf. Woortmann 1994:247-8) de Bom Sucesso.

Percebe-se que além da terra, um outro fator de diferenciação sócio-econômica interna é o acesso à água dos regos, que são linhas de água artificiais, “**tiradas**” da “**cabiceira**” do rio Arrojado, destinadas à irrigação das lavouras, pela ação da gravidade. Em Bom Sucesso existem dois regos, o “**rego grande**” e o “**rego pequeno**”. O primeiro atravessa toda a localidade, indo até o Caititu, mas o segundo atualmente encontra-se em desuso, pois está seco e obstruído por lixo orgânico, material plástico e lama. Além de ser utilizado na irrigação das lavouras, o “**rego grande**” se presta também ao uso doméstico, como na limpeza dos utensílios de cozinha e no banho.

As famílias que possuem roça nas proximidades do “rego grande”, plantam em dois períodos: no mês de junho – na “**época do caju**” – e na “**estação das águas**”, isto é, no período de chuvas, que lá, bem como nos cerrados de um modo geral, ocorrem no verão. Na região estudada, as chuvas ocorrem com certa regularidade entre os meses de novembro, dezembro e janeiro, sendo bem marcadas as estações seca e chuvosa.

Os itens cultivados são, basicamente, arroz (plantado nos brejos), milho, feijão e mandioca. Observei que muitas famílias nucleares possuem apenas pequenas glebas de terra, reduzidas ao espaço ao redor das casas, que lá é chamado de “**muquecas**”, onde se planta mandioca, andu, hortaliças (cebola e alho), bananas, ananás, pimenta, dentre outros.

Existem, em Bom Sucesso, dez casas de farinha que são utilizadas pelas famílias extensas de Ana de Marcelino, Zé de Davinha (José Florêncio de Barros, 56), Bira (Cassimira Hilário dos Santos, 68), Fidéli (Fidelcino Hilário dos Santos, 78), Félix (Felix Florêncio de Barros, 77), Bêu (Balbino

³¹ Ver **fotos 08, 09 e 10**.

Florêncio de Barros, 51), Din (Raimundo Marciano de Souza, 45), Sabino (Sabino Florêncio de Barros, 38), Su (Joaquim José de Araújo, 53), e Tino (Roberto Caetano Vilas Boas, 63). Acompanhei o processo de fabricação de farinha pela família extensa deste último³², que reside na fronteira Bom Sucesso/Caititu. Os tipos de mandioca cultivados por essa família são: mandioca **“pão da china”**, **“retroz”**, **“rabo-de-égua”**, **“cacau”** e **“mata-rato”**. Alguns desses tipos de mandioca prestam-se ao cozimento (como a mandioca “pão da china” e a “retroz”), mas todos, à exceção da mandioca “mata-rato”, servem para o fabrico de farinha, polvilho, beiju e para o cozimento. Segundo D. Nena (Aurelina Barros Vilas Boas, 63), esposa de S. Tino, a mandioca foi plantada com a água do **“rego grande”** que foi **“comprada”** de S. Lero (Aureliano José de Barros, 64), isso porque **“a água não estava chegando”**, sendo necessário um **“acordo”**, através de pagamento, com alguns moradores de **“Pintados”**, como S. Lero, para que este permitisse que a água do rego escoasse até o sítio da família de S. Tino e D. Nena, isso após muita **“briga”** e **“confusão”**. Neste sentido, as famílias que residem na fronteira Bom Sucesso/Caititu dizem que não utilizam a água dos regos para irrigar as lavouras porque os **“Pintados”** não deixam a **“água correr”** até o Caititu.

A mandioca cozida e o beiju são itens que fazem parte do cardápio diário das famílias, e mais secundariamente, rapadura, andu, **“curau”** - mingau de milho – abóbora e maxixe. Observei que as famílias fazem excessivo uso de óleo de soja no preparo dos alimentos. O feijão, a farinha e o arroz também são elementos constituintes do padrão alimentar local, mas observou-se, em contrapartida, que é mais esparso e irregular o consumo de frutos silvestres, caça, carne bovina, peixes e animais domésticos, como porco e galinha.

Resulta desse padrão alimentar um visível quadro de carência nutricional, decorrente, certamente, de um possível mal sucedido processo de transformação do *modus operandi* e *vivendi* dessa comunidade, no que se refere ao forrageio, originalmente baseado na economia de caça e coleta, complementada pela prática da agricultura, e transmutado, por um conjunto de estímulos externos desagregadores, na predominância da agricultura de subsistência. Desse modo, houve, ao longo do tempo, uma inversão da posição relativa de cada uma dessas estratégias de forrageio: a caça e a coleta, que eram a regra, passaram a ser a exceção. A prática da agricultura, por seu turno, de um modo complementar e excepcional de subsistência, passou a ser a regra. Veremos com mais pormenor como teria ocorrido essa transformação nas estratégias de subsistência do grupo, fato este que tem como consequência imediata, a constituição de uma dieta à base de “arroz, feijão e fome”.³³

Submetida à sorte de uma série de fatores, a comunidade de Bom Sucesso viu-se impelida a buscar estratégias de alimentação que se apresentassem como mais compensatórias frente aos problemas que envolviam(em) as práticas de caça e coleta de alimento ulteriormente constituídas. Antes de passar à análise desses processos desagregadores e modificadores dos modos (satisfatórios)

³² Ver fotos 21, 22 e 23.

de subsistência adotados pelo grupo, faz-se necessário relacionar os expedientes e mecanismos pelos quais as famílias de Bom Sucesso buscam auferir renda monetária para adquirir gêneros, manufaturados e provisões que se tornaram indispensáveis para sua subsistência.

A rigor, uma das mais importantes estratégias de sobrevivência acionadas pelas famílias de Bom Sucesso é o recurso ao trabalho de “meia” em outras localidades, como Catolés, relação de trabalho tal em que não há recompensação monetária direta.

“A gente aqui em Bom Sucesso vive mais às custas das meias; a terra é **fraca** e só se planta nas águas.” (Maria de Manel, Bom Sucesso, out-98)

Outro recurso comum é o trabalho de “alugado” – isto é, assalariado – nas “firmas” dos Gerais, as quais geralmente recrutam mão-de-obra em Bom Sucesso nos períodos de plantio e colheita. É comum também a prática da migração sazonal para estados como Goiás e Mato Grosso. Certas unidades nucleares e extensas são mantidas também com outros proventos: vencimentos de aposentadoria (por idade e invalidez de crianças); venda de animais de pequeno porte, mel, e, muito raramente, dos produtos excedentes da lavoura e da produção de farinha.

Existem em média 14 “buteços” (dois com mesa de sinuca) de venda de “pinga” e gêneros alimentícios. Por outro lado, a falta de terras para a agricultura, o esgotamento dos recursos naturais dos Gerais, bem como os exíguos ganhos gerados nas “meias”, são razões para alguns indivíduos verem no comércio ilegal de pássaros uma fonte alternativa de renda. Periquitos, papagaios e diversas espécies de pássaros de pequeno porte são capturados no “tabuleiro” e nas veredas, e vendidos a “atravessadores” por preços irrisórios.

Aliás, grande parte da desconfiança depositada em mim, durante o trabalho de campo, se deve a uma forte suspeição de que eu era uma “fiscal” do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio-Ambiente), e num lugar onde as mulheres retiram palhas dos brejos para confeccionar vassouras e esteiras, os homens caçam (para o próprio consumo, ao contrário do que fazem os “grandes” da cidade...) e comercializam aves, era plausível imaginar o quanto minha presença parecia mal-intencionada, já que os estranhos nem sempre para lá levaram boas novas... Observei que as mulheres de Bom Sucesso ainda confeccionam artigos à base de palha de buriti, como chapéus, esteiras e vassouras, mas elas não declaravam que faziam disso um modo de auferir renda, pois, à guisa do assunto “caça”, os manufaturados de palha se constituíam numa espécie de tabu, um assunto sobre o qual evitavam falar, por medo das supostas más intenções da pesquisadora, recorrentemente vista como uma “fiscal do *IBAM(B)A*”.

* * *

³³ A frase é de um funcionário da Fundação Nacional de Saúde, e refere-se à miséria em Bom Sucesso.

Para consubstanciar minha argumentação sobre esse processo geral de transformações social, econômica e identitária em Bom Sucesso, é necessário examinar mais sistematicamente a cadeia de agenciamentos externos que contribuíram para fragilizar e desbaratar a organização social de Bom Sucesso, bem como para desautorizar seus valores culturais, práticas e representações mais caros à sua efetivação enquanto pessoa social e “sujeito coletivo”. Refiro-me a algumas circunstâncias especiais, ocorridas num período de tempo comum – entre o final da década de 70 até os dias atuais. São, no geral, três eventos que provocaram sérias mudanças na organização social da comunidade de Bom Sucesso, quais sejam:

- a) **a chegada das “firmas” na região no final da década de 70** - Como já abordei, no final do segundo capítulo, o processo de ocupação dos Gerais pelas empresas rurais ou “firmas”, oriundas do sul/sudeste do Brasil, aqui tentarei explorar os desdobramentos efetivos dessa ocupação dos cerrados baianos no âmbito das práticas adaptativas ensejadas pela comunidade de Bom Sucesso. Em primeiro lugar, gostaria de salientar que tais empresas rurais, uma vez instaladas nos Gerais, recrutaram mão-de-obra em Bom Sucesso, introduzindo, dessa forma, uma nova configuração nas relações de trabalho, que passam a ser mediatizadas pelo pagamento de salários. Este fato, com certeza, implicou numa redefinição não só do conteúdo dessas relações, mas também criou novas necessidades que só poderiam ser supridas através do dinheiro. A comunidade de Bom Sucesso estava, dessa forma, iniciando seu ingresso (irreversível) no mercado regional e suprarregional de produção e consumo, do qual, atualmente, mais do que nunca, é dependente. Por outro lado, atualmente também, os moradores se queixam da diminuição da caça nos Gerais, estabelecendo um corte temporal de abundância e escassez, em virtude da ocupação do “**tabuleiro**” pelas firmas:

“Caça do mato? Eles continuam caçando, mas é que é difícil. Aqui hoje em dia uma caça tá muito difícil. A senhora vê: naquele tempo, eu conheci ainda, o cara se pegasse uns cachorros e desse uma voltinha aí mesmo, ele pegava, tatu, preá, cutia, tudo tinha aí (...). Hoje é assim, a senhora entra nesses mato aí, é difícil o cara pegar uma cacinha [sic.], e outra: que as firma tomou conta, só tem alguma muqueca de tabuleiro aí pra riba; o matinho que tinha desse cerrado, aí turma meteu o cacete, cabou com tudo (...).

- *E essas firmas, S. Joaquim, elas chegaram a encostar aqui no Bom Sucesso, não?*

- Não, elas não estão muito perto e também não tá muito longe. Aqui mesmo nessa Vereda Grande, aí tem desmatado, aí tem as firma aí. Aqui nesse direito, nessas frente nossa, aí tem um cara que já comprou um bocado de tabuleiro aqui perto, na cabiceira desse brejo.” (S. Joaquim de Anália, Bom Sucesso, 24/10/98)

- b) **as campanhas missionárias empreendidas por segmentos da Igreja** – esse mesmo informante (S. Joaquim de Anália) diz também que “antigamente”, o “pessoal” de Bom Sucesso era mais

afeito ao consumo de caça e frutos silvestres, que “antigamente o pessoal trabalhava pouco”, isto é, plantava pouco, relativamente ao que se planta hoje, confirmando, claramente, a estreita relação existente, nas sociedades camponesas, entre terra e trabalho (Garcia Jr. apud Maia 1992), relação esta que não fazia parte do *background* etno-ecológico e sócio-cultural dessa comunidade específica, cujos modos de subsistência estavam mais voltados para o que aquele ambiente (cerrados) realmente poderia melhor propiciar, no caso, a caça e a coleta. Ao falar das práticas de subsistência que eram predominantes na sua “época”, S. Joaquim faz uma distinção entre aquelas e as atuais, mudança que não teria sido provocada senão pela interferência de agentes externos:

“Aí eles mexiam, comiam uma caça do mato, um peixe, um buriti... Depois é que veio um padre aqui, de São Paulo, o Padre Cloves, aí deu uma grande explicação pro pessoal, o pessoal deu pra trabalhar...” (ibid., ib.)

Essas campanhas missionárias, em verdade, eram grandes reuniões com a comunidade, onde os padres rezavam missas, realizavam casamentos, e davam “lições” sobre como plantar, como usar e fazer adubo orgânico a partir do lixo dos quintais, como “cuidar do corpo”, ter “higiene”, “usar a cabeça”, isto é, usar a racionalidade, o senso prático, etc... É interessante observar que S. Joaquim acredita que essas “lições” foram positivas, pois serviram para “desenvolver” e “beneficiar” o lugar:

“Bem mais ou menos da casa do Compadre Lero daí pra cima era só mato, cerrado. Naquele tempo, eles criava – algum que criava um gadinho, era solto aí nesses mato. Ninguém tinha um palmo de cerca (...). É vai, é vai, é vai, foi o tempo que esse padre andou por aqui, deu pra dar explicação, até enxada esse padre trouxe pr’aqui, pra essa região. Aí o pessoal deu mais pra trabalhar, plantar, e tal, adubando as terrinha. E o pessoal foi desenvolvendo mais” (ibid., ib.)

- c) **a intervenção “sanitária” na área Bom Sucesso, levada à cabo pela Fundação Nacional de Saúde de Correntina** – Sobre esse evento específico, tratarei mais adiante, pois ele interferiu mais no plano propriamente simbólico-terapêutico e médico-sanitário, desautorizando drasticamente os saberes locais, deslegitimando o trabalho de estratégicos agentes da comunidade, como as parteiras e a benzedeiras, lançando suas “crenças”, práticas e saberes na vala comum das “superstições”. A Fundação Nacional de Saúde, com este trabalho de intervenção sanitária, atingiu, em verdade, vários dos níveis sócio-simbólicos então operantes, como a própria concepção local de “trabalho”, que também foi duramente agenciada – leia-se “civilizada” – pela Igreja. Tratava-se de um agenciamento e controle externo, sobre o grupo, fortemente repressor e estigmatizante, expondo os moradores do lugar ao ridículo, tomando-os como “preguiçosos” e “cachaceiros”.

Relações de parentesco

Em que pese ser muito complexa no caso que discuto, a trama do parentesco aponta para a afirmação das fronteiras sociais, da unidade e da noção de pertencimento a soldar seus membros. Os dados censitários, os discursos e as representações verbalizadas enfatizam a ‘opção’ por uma certa endogamia local: quem é de Bom Sucesso só se casa com gente de Bom Sucesso. É o que o depoimento seguinte revela:

“Aqui, olha, eu vou lhe dizer: primo casa com prima, não sai daqui nem moça nem rapaz. Casa aqui toda a parentaia” (D. Procidona, *in memoriam* Bom Sucesso, 25/06/97)

Os regionais, por seu turno, vêem os moradores de Bom Sucesso como pertencentes à uma grande família, cujas ramificações se estenderiam para além das fronteiras de Bom Sucesso. As famílias de Bom Sucesso teriam laços de parentesco com outras localidades vistas como também “primitivas” e “atrasadas”: Caititu, Vereda Grande, Busca Vida e Couro de Porco:

“Porque tem que pensar como a História nos fala, antigamente como clã. Tem sempre um ‘*pater familia*’, que manda. Então tem sempre um ou outro influente, influente não economicamente, mas que é muito olhado como uma pessoa importante, como a pessoa que manda, a pessoa que é sábia, a pessoa que dirige aquela aldeia, aquela comunidade.” (Monsenhor André Franz Beninos, Correntina, 26/08/98).

Outras categorias como “**raça**”, “**tronco**”, “**povo**” e “**nação**” são acionadas quando as relações de parentesco e consangüinidade são verbalizadas, fora e dentro de Bom Sucesso, definindo, no plano das representações, limites e fronteira precisos. Internamente, porém, as teias de alianças são mais heterogêneas e complexas, ainda que, em geral, ocorram no interior (e na interface) de dois grandes grupos familiares ou parentelas: a dos “Florêncio de Barros” e a dos “Hilário dos Santos”, como demonstram os dados censitários e genealógicos..

As moças casam-se ainda na fase púbere, entre os 14 e 18 anos, tão logo estejam aptas (biologicamente) para terem filhos, e os rapazes, entre os 16 e 20 anos. Os casamentos são acordados, via de regra, pelas famílias dos cônjuges, e dependem da posição (sócio-econômica) que cada família ocupa na estrutura social.

Quando ocorre o casamento entre primos, é necessário que o padre conceda uma licença ou “dispensa” – paga em dinheiro – para que se realize, perante a Igreja, o matrimônio. Em paralelo, pode ocorrer que os parceiros prefiram “casar na fogueira”, isto é, segundo uma tradição local, e sem o aval do padre ou do juiz da cidade. Uma figura notável de Bom Sucesso, Seu Félix Florêncio de Barros, 77 anos, disse ter sido aconselhado por um juiz para “caçar rapaz fora de Bom Sucesso”, ou seja, para

procurar parceiros para suas filhas fora do círculo endogâmico do grupo, porque na visão do juiz, era por causa dessa “mistura” que nasciam crianças “aleijadas”. Como resposta, disse ao juiz que “*se começou assim, vai ter que acabar assim*”.

É válido salientar, entretanto, que, em que pese Bom Sucesso representar no plano externo uma unidade social fundamentada em relações de parentesco inclusivas e exclusivas – “*eles casam tudo no local deles*”, como disse D. Dalva, de Catolés, na margem direita do Arrojado -, internamente as famílias encontram-se, muitas vezes, alinhadas em posições de conflito e de interesses antagônicos, principalmente em função da problemática utilização da água dos regos, não acordada coletivamente.

Assim, parentesco, demografia, ocupação do território, acesso às terras de brejo e/ou drenadas pelos “**regos**”, são elementos cruciais e determinantes no processo de estruturação social da comunidade.

Comparando o diagrama genealógico com um *croqui* aproximado da área, vê-se que a distribuição dos núcleos familiares extensos tende a acompanhar a direção do rio, desde Bom Sucesso de Cima ou Passagem do Chiqueiro (onde está o sítio de Ana de Marcelino) até a fronteira de Bom Sucesso com Caititu, onde reside Maria de Lara.

A (des)organização política e o campo terapêutico-religioso

Apesar de não existirem modos formais de organização política, como associações de moradores, percebe-se que a questão da representatividade local passa, necessariamente, pelo crivo do poder simbólico que detêm determinados agentes da comunidade, como os “benzedores”, geralmente do sexo feminino.

Os homens, via de regra, benzem indivíduos “ofendidos” de cobra, isto é, “benzem de veneno de cobra”, como S. Lero (Aureliano José de Barros), S. Fidéli (Fidelcino Hilário dos Santos) e S. Martim (Martiniano Florêncio de Barros). As mulheres, em contraposição, realizam trabalhos de parto e “benção” para combater outros males do corpo. Um detalhe: muitas vezes, a causa desses males é atribuída a “feitiço” e “simpatias”, como o quebranto e o “mau olhar”. A atmosfera é carregada dessa “magia”, e é por isso que as “rezadeiras” de Bom Sucesso são recorrentemente consultadas. Maria de Lara, Santa, Bia, Bernardina, Nena, Zefa de Biri, Aninha de Raimundo, Ricó, e Antonha de Degundo são as rezadeiras mais conhecidas e requisitadas do lugar.

A de maior prestígio social, certamente, é D. Maria de Lara (Maria Vilas Boas, 61). Como já foi dito, ela reside na fronteira Caititu/Bom Sucesso, mas suas habilidades são conhecidas e reconhecidas (e temidas) para além dessa fronteira. Constitui-se em uma importante liderança política e orgânica de uma constelação de localidades: Bom Sucesso, Caititu, Busca Vida e Vereda Grande. Os

arranjos e alianças com políticos da região são mediados por Maria de Lara, principalmente em períodos eleitorais.

Além dos períodos de eleição, é no ciclo de festas que vai do Natal à Quaresma que Maria de Lara demonstra seu prestígio social. Sua casa torna-se o espaço privilegiado de várias celebrações, rezas, ladainhas, reisados, casamentos. De todos os lados ocorre gente para as **“fulias de reis”** e para as festas, onde se dança ao som de gaitas, zabumbas, pandeiros, se canta e se come fartamente, num momento de sociabilização entre as comunidades que possuem entre si laços de parentesco, como Bom Sucesso, Caititu, Vereda Grande e Busca Vida.

Maria de Lara é muito vivaz e eloquente. Sua sapiência no trato das plantas e raízes dos Gerais entra, no entanto, em choque com os cânones da Igreja Católica, segundo a maior autoridade religiosa do município de Correntina, o Monsenhor André Franz Beninos. Apesar de Maria de Lara se considerar cristã, o “Padre André”, como é chamado, acredita que ela pratica “atos não-cristãos”, vagamente denominados de “superstições” e “simpatias” (seriam práticas de feitiçaria?). *“Ela não admite, mas eu sei que ela pratica essas coisas”*, diz o Monsenhor André, apesar de suas rezas de “benção” apontarem claramente para a presença de elementos católico-populares.

Quando da nossa primeira passagem por Bom Sucesso, uma integrante do nosso quatrilha solicitou que D. Maria de Lara a rezasse de “mau olhado”:

“A rezadeira, então, colhe alguns galhos verdes de um pé de barbatimão e se encaminha para o terreiro em frente a sua casa, onde, segundo ela: **‘é lá que eu tenho que dizer o que eu benzo, rezo na minha fé e Deus cura’**. Coloca a pessoa a ser rezada de costas para o sol, e após “destrançar” os cabelos e afastar as roupas pretas de perto, começa:

Minha sagrada Maria Aleluia com o vosso Espírito Santo de luz aqui nesse momento eu estou pedindo uma graça, o divino Espírito Santo, a sagrada Maria Aleluia e o nosso Senhor Jesus Cristo para aluminar as ervas que eu fui aluminada. Agora vocês podem levantar e podem prestar atenção lá no olho do sol junto comigo, lá ó! Pedindo ao divino Espírito Santo e a sagrada Maria Aleluia que descei-me sobre a Terra com o Espírito Santo e pediu a essa criatura de Deus que veio aqui pedindo para rezar ela do mau-olhado que tiver sobre o corpo dela e todos que estão assistindo, acorda Aleluia, acorda Aleluia, acorda Aleluia, que a semelhança de nosso Senhor Jesus Cristo descei sobre a Terra para acuração dos cristãos batizados com a força do Espírito Santo. Agora cê me dá seu nome coma é? Sirva? É o nome de deus pai é o nome de deus filho é o nome de Deus é o divino Espírito Santo, ave Maria. ari quente, ari frio, ari vivo, ari morto, ari de constipação, arde para rizo, ari de riso, ari de estopor, ari arrenegado, ari excomungado, ari de mau-olho, ari da doença de mau olhado, ari da doença de excomungada, ari, ari eu te arrequeiro com essas três palavras de nosso Senhor Jesus Cristo que sai do corpo dessa criatura de Deus, deixa ela viva e livre e salva e sã, assim como nosso senhor Jesus Cristo está vivo e livre e salvo e são, a sagrada paixão em nosso senhor Jesus Cristo que te dê o remédio, pelo amor de Deus, torna a falar seu nome...

* * *

Diante desses dados, é possível considerar que Bom Sucesso tem nessas práticas místico-religiosas e nos seus agentes, um mecanismo de organização social e de hierarquia internas, apesar da

aparente desorganização e “anarquia”.

S. Lero (Aureliano José de Barros), por exemplo, benzedor de veneno de cobra, é um importante agente da comunidade, mas ele, ao que parece, atribui a si um poder de representatividade maior do que realmente tem. Ele se autodenomina o **“delegado de Bom Sucesso”**, dizendo **“eu mando aqui”**. A ele caberia também o poder de articulação com políticos regionais, mas sua representatividade não é amplamente respaldada pela comunidade. Certa feita, por exemplo, ele havia me dito que estava organizando a comunidade no sentido de reivindicar de políticos a implantação de um sistema de captação de água do rio bem como de rede elétrica, através de um “abaixo-assinado”. Pensei: *“mas como é possível se aqui a maioria esmagadora das pessoas é analfabeta?”*. Depois, indagando algumas pessoas sobre esse abaixo-assinado, ninguém sequer tinha ouvido falar a respeito.

O que S. Lero faz, enquanto “delegado” de Bom Sucesso, é encaminhar para a delegacia de Correntina, pessoas envolvidas em **“brigas”** decorrentes das **“cachaçadas”**, isto é, do consumo compulsivo de aguardante-de-cana, um dos principais problemas sociais de Bom Sucesso, ao lado da exigüidade de terras.

Fome, pobreza e alcoolismo: Bom Sucesso hoje

Face à dieta de “feijão, arroz e fome”, verifica-se a ocorrência de casos de subnutrição entre as crianças e os mais idosos. Aliás, não é preciso ser um especialista em saúde para notar que em Bom Sucesso o quadro de carência alimentar é muito grave. Sejam eles índios e/ou camponeses, o fato é que a fome e a desnutrição existem, e vêm acompanhadas pelas complicações decorrentes do binômio fumo-álcool. Há notificações de mortes por tuberculose e por envenenamento causado pelo álcool, como o caso de uma mulher de mais de sessenta anos, com tuberculose, que foi levada “na marra” para ser tratada no ambulatório da Fundação Nacional de Saúde de Correntina, pois, segundo os próprios funcionários da FNS, ela não queria ir para a cidade, não queria ser tratada. Já no ambulatório, se debatia de um canto a outro, como que em pânico e assustada, por causa do ambiente, da estranheza e da imposição do tratamento.

Um dono de venda me disse vender, por mês, uma média de 150 litros de “pinga”. Outros informaram que existem quatorze pontos de comercialização da cachaça. Não são exatamente bares ou botecos, mas casas, nas quais as pessoas comercializam gêneros alimentícios, como o açúcar e o óleo de cozinha, mas principalmente, a **“pinga”**.

A vida social do grupo parece girar em torno deste fenômeno, pois está na ordem diária tanto dos discursos - enquanto categoria de acusação - quanto das práticas. É pela “fama” de cachaceiros, que homens e mulheres de Bom Sucesso são reconhecidos como “gente” de Bom Sucesso. O alcoolismo (coletivo, coletivizado) cristalizou-se enquanto um eficiente elemento de identificação

depreciativa do grupo pelos regionais, ao qual são acrescidas outras representações, como as que os visualizam como preguiçosos e violentos.

De fato, porém, existem os que estão constantemente bêbados - estes são a menor fração -, existem os que bebem e ficam embriagados mais irregularmente e existem os que não bebem. Os primeiros, para não deixarem de beber, lançam mão de um paralelo sistema de trocas com os vendedores de pinga. Tudo é possível trocar-se por cachaça: roupas, telhas, latas de mantimentos abertas, farinha, feijão, milho, etc. Quando não ocorre o escambo, isto é, a troca direta de alguma coisa por cachaça, costuma-se vender o que se tiver a mão, inclusive por preços irrisórios, para depois adquirir-se a pinga. E é este recurso de se destituírem de pequenas coisas que acaba por desencadear conflitos familiares, muitos dos quais eclodem em violência física. Quando isto ocorre, dizem os regionais que *“ninguém pode se meter na briga”*, ninguém de fora, pois eles brigam *“e daí a pouco eles estão reunidos outra vez”*, disse-me uma autoridade político-administrativa de Correntina.

Para a Fundação Nacional de Saúde de Correntina, o alcoolismo em Bom Sucesso é um fenômeno de ordem médico-sanitária, espécie mesmo de doença coletiva. A explicação, para os funcionários da FNS? Falta de terra para plantar, ociosidade, desordem.

A questão, entretanto, é muito mais complexa. Acredito que o alcoolismo em Bom Sucesso é corolário, antes de mais nada, de um longo processo de desagregação sócio-identitária, que seria o próprio processo de acamponesamento e emboprecimento, catalisado pelas pressões externas que atuaram fortemente no mesmo sentido, nos últimos vinte anos (abertura de estradas, inserção dos indivíduos de Bom Sucesso no mercado regional das “firmas”, campanhas sanitárias empreendidas por órgãos do governo e segmentos eclesiásticos, etc.). Me pergunto se não estamos diante de um grupo indígena que, face à estigmatização e depreciação por parte dos regionais, mergulhou numa espécie de sorvedouro do esquecimento de si mesmo. Sabemos que os grupos indígenas em processo de contato com a sociedade regional, ao perderem seus referenciais simbólicos mais caros, perdem também a auto-estima e o orgulho tribal (Ribeiro 1986). O alcoolismo pode ocupar justamente uma posição privilegiada (e negativa) nesse processo de dissolução da identidade tribal, como um mecanismo de atenuação da perda.

O que Bom Sucesso vive no seu cotidiano, certamente, é o drama do alcoolismo indígena, vivido, também por muitos povos indígenas do Nordeste brasileiro. Entre os Kiriri de Mirandela, por exemplo, o alcoolismo, durante o processo de revitalização étnica, no início da década de 70, foi combatido por uma figura central, o caçique Lázaro, disposto a fortalecer a solidariedade e organicidade do grupo, conferir-lhe ordem e reputabilidade, reagir contra à ridicularização - e fragilização - imposta pela sociedade regional (Brasileiro 1995). Pois se, se um grupo emergente exige uma ordem, o alcoolismo coletivo representa a desordem.

Ao contrário dos Kiriri à época da instituição de Lázaro enquanto líder político do grupo, o qual instaura medidas punitivas para combater o alcoolismo (Brasileiro ib.), em Bom Sucesso verifica-se uma maior tolerância grupal. Os “bebum” – espécies de personagens *border line* -, são, em verdade, alvo de chacotas e “gaitadas” (risadas). No cotidiano da aldeia, esses indivíduos protagonizam cenas dantescas, grotescas e hilárias, arrancando “**gaitadas**” – risadas – da assistência. O riso, nesse sentido, estaria na fronteira entre o escárnio e o ridículo, que, certamente vêm de fora do grupo, sendo internalizados e retroalimentados.

Com o tempo, entretanto, as tentativas de evangelização, promovidas por regionais, vêm, lentamente, absorvendo essa “**agoniação de bebo**”, arrebanhando muitas dessas almas “agoniadas”: hoje o número de “**crentes**” em Bom Sucesso é relativamente significativo, chegando a constituir-se num fator de diferenciação interna do grupo. Passando a ver a cachaça como coisa do “diabo”, os crentes partem para persuadir seus parentes a abandonar este e outros hábitos vistos como indesejáveis, como o fumo [que parece constituir, com a aguardente de cana, um binômio] e o uso de pimenta. Os conversos, os quais tratam-se mutuamente de “irmãos”, também utilizam-se de outros códigos para diferenciarem-se dos não-crentes e do passado que ora rechaçam, como por exemplo, o uso de roupas limpas e alinhadas, e a reintegração à vida produtiva.

É interessante observar que os “crentes” de hoje, via de regra, eram os “bebum” de ontem. D. Dalva, sitiante de Catolés, certa feita, enquanto alguns “meeiros” de Bom Sucesso almoçavam na sua casa, no intervalo do trabalho em suas terras, disse que esses mesmos homens, antes, “*só viviam tomando cachaça, mas hoje viraram homem de verdade, estão trabalhadores*”.

Este fenômeno – o da conversão à “**lei de crente**”, como eles dizem - traz como consequência imediata uma redefinição das (e nas) redes de sociabilidade. Sendo minoritários na comunidade, os conversos partem para estabelecer novas relações fora do grupo, de preferência com os “irmãos” da igreja. Costumam ir regularmente aos “cultos” que se realizam, pelo menos duas vezes por semana, à noite, numa igreja da Assembléia de Deus, em Catolés, do outro lado do rio Arrojado.

III. 3 - As duas margens do rio Arrojado: Bom Sucesso e Catolés

“Nessa margem de cá [direita] do Arrojado [**Catolés**], esses camponeses têm pequenos lotes onde plantam feijão, milho, arroz, cana, mandioca, frutas e legumes, tudo voltado para sua própria subsistência. A casa de D. Dalva lembra um rancho, um lugar de roça tranquilo para se morar.

Andando por sua pequena propriedade, conhecemos um ‘meeiro’ que estava lavrando a terra. Era um senhor negro, os pés afundados na terra molhada, abrindo sulcos na terra com a enxada para a água escorrer. Chama-se Manuel e reside em **Bom Sucesso**. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1997:66)

Este é um trecho do relatório que escrevemos sobre nossas “descobertas” e impressões sobre o município de Correntina, relatório este que hoje encontra-se disponível na Pró-Reitoria de Extensão desta Universidade. O relatório foi estruturado de modo a elegermos um tópico específico sobre a questão do pequeno campesinato local. Lá, no município de Correntina, nosso quatrilho foi levado a conhecer pequenas comunidades rurais, onde predomina a prática da agricultura de subsistência.

E assim, conhecemos Catolés, na margem direita do rio Arrojado. Mas conhecemos mais ainda quando atravessamos a “ponte” e fomos parar em Bom Sucesso. Assim como não é possível falar de Bom Sucesso sem nos remetermos à Catolés. Após duas viagens à campo, consolidadas por dois anos de pesquisas, fica muito claro que Catolés e Bom Sucesso conformam um campo intersocietário, no qual circulam mercadorias, na forma de força de trabalho, valores e representações, construídas, entretanto, não sobre uma base comum, mas, ao contrário, sob o signo da *diferença*. Vejamos por quê.

Pelo que pude observar, a diferença crucial entre uma e outra localidade é de ordem econômica. Como já disse nas páginas anteriores, a comunidade de Bom Sucesso é um conglomerado de casas e roças, muito próximas umas das outras, confinadas entre a várzea do rio e o “tabuleiro” (cerrado). Tal configuração espacial não é gratuita: com uma população humana que “rende” a cada ano, já que “*quem casa não sai, fica todo mundo no Bom Sucesso*”, é notável um certo ‘inchaço’ demográfico no local.

Segundo os informantes, os fatores que condicionam a busca por alternativas externas à sobrevivência do grupo como o trabalho de “meia” e o de “alugado” são a exiguidade e a qualidade da terra. A terra é considerada “fraca”, já que seu uso é contínuo, não havendo a prática do “descanso”.

Ao longo do tempo, as famílias de Bom Sucesso, no sentido de compensarem esses fatores negativos, especializaram-se na formação de um contingente de força de trabalho disponível e passível de ser contratado pelos sitiantes de outras localidades, como Brejo Verde e Catolés.

O trecho que destaquei revela, mais ou menos, o quadro econômico-social de um sítio de Catolés: disponibilidade de terras, tecnologia tradicional, agricultura de subsistência e contratação de mão-de-obra externa. A família Magalhães Dourado, via de regra, contrata meeiros em Bom Sucesso: “*quando a gente tá precisando de meeiro, a gente vai caçar lá nos Pintados*”, é o que diz “Joaquim de Deca”, referindo-se aos moradores de Bom Sucesso como “Pintados” – trata-se, como já foi dito, de uma designação/atribuição externa por eles mesmos refutada.

Visivelmente, as famílias de Catolés, especificamente esta mencionada, vivem uma situação econômico-social incomparavelmente melhor do que a vivida pelas numerosas famílias de Bom Sucesso. Esse quadro de dependência de Bom Sucesso para Catolés não se reduz ao plano econômico. No nível das representações, rutilam, nas duas margens, valores auto-depreciativos e atributivos em torno da “imagem” do **“povo de Bom Sucesso”**. Catolés é visto como o lado “adiantado, desenvolvido”, e Bom Sucesso, como o lado “atrasado”. Quando falam de Catolés, os moradores do

lado *gauche* (Bom Sucesso) o fazem com uma certa dose de mal-estar e vergonha, internalizando e aceitando, dessa forma, estados de opinião plasmados *fora* da comunidade. Mas o mais curioso disso tudo é que alguns informantes disseram que o chefe da família dos Magalhães Dourado, “S. Deca” tem relações de parentesco com Bom Sucesso, apesar deste não o dizer, e mais que isso, não o assumir. Ele é irmão do pai (não legítimo) de Balbina, filha de Babai.

Talvez por isso mesmo, os moradores de Catolés mantenham relações amistosas e paternalistas para com os de Bom Sucesso. Nos planos econômico e das representações, adstritos a esse sistema intersocietário, parece, *grosso modo*, que os primeiros (de Catolés) seriam “sitiantes fortes”, enquanto que os segundos (de Bom Sucesso) seriam “sitiantes fracos”, termos que tomo de empréstimo a Ellen Woortmann (1994:247-8), mas que aqui não têm exatamente o mesmo sentido que essa autora desenvolve em seus estudos sobre o “sítio” camponês e sobre o campesinato de um modo geral. Entretanto, esses termos, aplicados ao caso, dão a exata medida da natureza das relações (econômicas e sociais) entre uma e outra comunidade.

O lugar “Bom Sucesso”, ainda pensando nestes termos, seria “fraco”, de acordo com as representações locais, pela maior pobreza relativa e pela inexistência de prédios escolares e outros serviços sociais que existem em Catolés. Basta lembrar que as crianças de Bom Sucesso cruzam a ponte para estudar em Catolés, os “meeiros” para plantar de “meia” nas terras dos sitiantes de Catolés, e os “crentes” para participarem dos “cultos” na igreja Assembléia de Deus.

E ao contrário do que se passa entre Bom Sucesso e segmentos urbanos da sociedade regional, os sitiantes de Catolés mantêm boas relações, inclusive de compadrio, com os de Bom Sucesso. Apesar de existir uma clara linha de fronteira entre uma e outra localidade, não se observa o conflito decorrente dessa descontinuidade/fronteira.

Sabia, por exemplo, que, apesar de passar mais tempo em Bom Sucesso, seria preciso também me fixar em Catolés, ainda que mais esporadicamente. Convivendo com a família de S. Deca, procurei sondar o que eles sabiam e falavam sobre Bom Sucesso. Mesmo porque, inclusive, havia certas questões sobre as quais os moradores de Bom Sucesso, se falavam, o faziam com muito zelo e tato, como por exemplo, sobre as suas heranças indígenas.

S. Deca, por exemplo, narrou histórias (seriam espécies de fragmentos de mitos) difundidas na ponte (campo intersocietário) Catolés/Bom Sucesso, as quais versavam sobre índios (“tapui”) e peixes encantados. Nas minhas anotações de campo - o gravador quebrou no instante em que ia gravar a fala do informante -, registrei trechos de duas “histórias fantásticas” narradas por S. Deca, tentando acompanhar o ritmo de sua narrativa e transcrevê-la, na medida do possível, nos seus termos e com as suas palavras:

“Na Lagoa do Chiqueiro tinha um peixe encantado que foi parido por uma ‘tapuia mansa’, **Sinhora**, mulher do finado **Firmino Pelado**, pai

do **Véio Buda**. Diz que o peixe mudou da lagoa para o rio, ficou encantado”.

“Um menino foi pescar com **Pedro Bamba**. Pescaram a traíra, mas ela voltou para a lagoa. O menino foi jogado na lagoa e abocanhado pelo dourado. O peixe foi pescado por **Manuel Palmeira**; viu mexendo alguma coisa na barriga do peixe, rasgou e tirou o menino, passando a criar, chamando de **Manelzinho**. Foi tirado da barriga do peixe.”

Do outro lado, em Bom Sucesso, essas histórias, aparentemente, não seriam do domínio e conhecimento dos moradores. Diziam, em contrapartida, outras mais fragmentadas, como a de uma bela **“tapuia”** que se **“refugiou”** no alto de um pé de buriti, ou a do peixe que atravessava o rio Arrojado **“de fora a fora”**. S. Joaquim de Anália (Joaquim Florêncio de Barros), meu principal informante em Bom Sucesso, entretanto, contou um “causo” muito interessante, cujo cenário é uma lagoa que “existia” no Capão das Antas:

“Diz que os caras saíram no meio da mata – porque lá é mata, mata mesmo. Aí chegaram e encontraram uma lagoinha de água que tava só assim, só brilhando puro ouro, tava o trem lá só brilhando. Aí o cara, diz que chegou ficou doido, encantou com o trem e ficou lá olhando. Aí o **tapui**, que quando ele viu aquilo, o **tapui** tacou a flexa enroscado nele. Aí já ele já saiu que saiu mesmo puxando pra trás na carreira. Ele foi lá e avisou o pessoal e juntou uma caravana de gente e veio. Hum!, num sabe nem pra que lado foi mais. Exalou.” (Bom Sucesso 24/10/98)

Esse lugar, o Capão das Antas, segundo o mesmo narrador,

“era o lugar do tapui mesmo. Tapui, anta, onça..., morava mesmo. Até hoje, que eu tenho um pedacinho de terra lá, esses cachimbinho de barro que o pessoal mostra a senhora aqui, aí é eles mesmos que fazem, sabe? E lá tinha era dos tapui mesmo, desse tamanho assim, cachimbão, desse tamanho, inte hoje inda tem.” (Ibid., ib.)

É interessante observar que tais narrativas, plasmadas na ponte Catolés/Bom Sucesso, apontam para a existência, no passado, de índios ou “tapui” no território de Bom Sucesso. “Tapui”, portanto, é a designação êmica que se reporta a um modelo de indianidade “puro”, antes do contato. A primeira narrativa fala de um peixe que foi parido por uma “tapuia mansa” – cabocla? - na Lagoa do Chiqueiro, a qual existia nas proximidades de Bom Sucesso. A segunda, ao contrário, diz de um peixe que “engoliu” uma criança. A terceira e última, por seu turno, fala de um “tapui” que fora encontrado nas proximidades de uma lagoa dourada.

Observemos que somente o narrador de Catolés, S. Deca, mencionou nomes de personagens reais, diga-se de passagem, parentes antigos do povo de Bom Sucesso, como um tal de “Firmino

Pelado” e outro chamado Pedro Bamba. O narrador de Bom Sucesso, por seu turno, utiliza a categoria genérica “tapui” para se referir aos índios que habitavam o território do Capão das Antas, supostamente antes da chegada de gente “de fora”.

Na primeira narrativa, “Firmino Pelado” ainda aparece como o pai do “Véio Buda”, isto é, Raimundo Hilário dos Santos, marido de Procidona do Espírito Santo. Quando da minha primeira passagem, em junho de 1997, por Bom Sucesso, D. Procidona referia-se aos “antigos” moradores de Bom Sucesso como uma **“famia de povo”**, um **“pessoal”** que foi pego **“à caça de animal”**, afirmando, inclusive que seu marido – mas não ela - tinha “sangue de tapui”:

D. Procidona - Foi pegado à caça de animal...

Domingos [sitante de Catolés e compadre] - Correndo atrás pra poder pegar...

Magda - A avó do pai...

D. Procidona - Do pai do meu marido.

Domingos - Já é a avó do marido dela.

Magda - E como é que é ser pegado de animal?

D. Procidona - É porque não deixava gente encostar.

Domingos - É brabo demais, moça...

Magda - Ah!...

D. Procidona - Botavam cavalo e “pê!”, pegaram. Foi que trouxe pro meio de gente, foi que amansou.

Magda - Foi que trouxe pro meio de gente, prá'aqui?

D. Procidona - Mas não foi no meu tempo, não!

Magda - Foi antes da senhora?

D. Procidona - É, foi antes de mim [risos].

Magda - Ah, e quem foi que amansou?

D. Procidona - O pessoal...

Domingos - Aí deu comida boa, comida de sal...

D. Procidona - Deu de comer manso, que de comer deles é cru.

Magda - Como é que é?

D. Procidona - Que o de comer deles é cru.

Domingos - Era fruta, essas coisas.

D. Procidona - E [come], Domingos, carne crua.

Magda - Come carne crua?

D. Procidona - É, essa raça de povo dos **Tapui**. Anda pelado, só o cabelo só embruía... [risos].

Magda - E seu esposo nunca andou pelado, não?

D. Procidona - Não, graças a Deus. Ele tem o **sangue dos Tapui**.

Magda - A senhora?

D. Procidona - Não, ele.

Magda - E a senhora não tem nada?

Dona Procidona - Não.

Magda - E quem foi que amansou?

D. Procidona - O povo que amansou.

Domingos - Quantos anos tem seu Raimundo [esposo de D. Procidona]?

D. Procidona - Raimundo tá dentro de 90 e poucos ano.

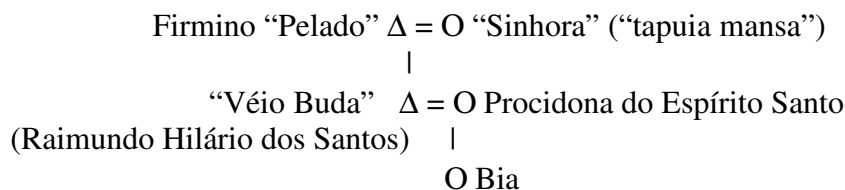
Os índios “tapui” de antigamente, portanto, foram “amansados”, já que eram “brabos demais”, “não deixavam gente encostar”. E os que não se amansaram, fugiram:

Magda - E esses “Tapuio”, fica por onde?

D. Procidona - Esses Tapui, dizi, n'algum tempo, que esse tempo não era a gente, dizi, que ficava era aqui mesmo. Foi indo, foi indo, o povo correu com

eles, agora tá de Olilandra pra frente. (...) Aqui acabou essa raça de Tapui.

Assim, se tentarmos ordenar, em termos de parentesco, a ligação dos antigos (índios 'tapui') com os moradores de Bom Sucesso, num diagrama genealógico, obteremos o seguinte esquema:



Conheci também um outro filho de Firmino "Pelado", Fidelcino Hilário dos Santos, ou simplesmente S. Fidéli. Ao questionar sobre a presença de índios no lugar, no passado, S. Fidéli, longe de assumir que tinha "sangue de tapui", dizia que a família extensa X ou Y descendia desse "povo dos tapui":

- S. Fidéli, desses antigos que o senhor conheceu, eles falavam o quê desse pessoal que era "pegado de cachorro"?

- Não, eles sempre falava assim – que entendia eles falar, eles falavam assim: de que esse povo, esse povo não, uma pessoa, é.., foi pegado de cachorro, porque era brabo, era raça de índio. Aí pegaram ele, e ficou por aí, aqui casou... aí nem sei como é que foi porque também eu nem sei contar..., e por aí tá. Assanhou muita gente, assanhou muita gente...

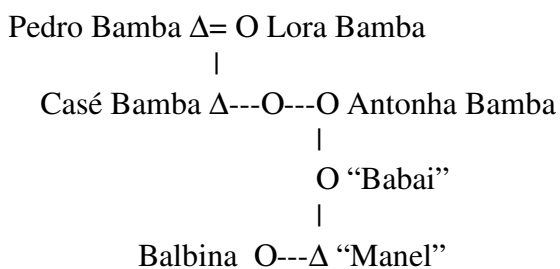
- Como assim "assanhou"?

- Eu falo assim, produziu, né? Foi rendendo fãmia, foi rendendo fãmia, é vai, é vai, que de forma que ainda tem muitos dele aí. Esse povo de Supriano [sic.] é dessa fãmia, desse povo (...) Lá, pelo outro lado, naquele arraialzinho (...), tudo é familiarado desse povo.

- Que arraial?

- É umas casinhas que tem lá pro outro lado desse córrego aí, de Marcelino (...). Ali tudo é desse povo, tudo é raça desse povo que foi pegado de cachorro.

Pedro Bamba, mencionado na segunda narrativa, decerto era portador de traços indígenas significativos, haja visto, aqui e alhures, os informantes – de dentro e de fora de Bom Sucesso – se reportarem à parentela dos "Bamba" como uma "turma de gente" portadora de uma singularidade indígena. Era recorrente as pessoas dizerem que o "povo dos Bamba" era "largado", pois não se fixavam por longos períodos num mesmo lugar. Quanto às mulheres, diziam que elas viviam igualmente "largadas", vestidas com saia de algodão que deixavam no corpo "até acabar", enquanto que os seios ficavam descobertos, isto até pouco tempo atrás, mais ou menos cinco anos, fato que é confirmado inclusive por funcionários da Fundação Nacional de Saúde. Coligindo tais informações, obteríamos o seguinte diagrama:



D. Dalva, do Catolés, diz que Babai, neta de Pedro Bamba, “*vivia solta no mundo*”, “*pitando cachimbo e bebendo pinga*”. Diz ainda que Babai teve um filho – Manel – na “*beira do rio*”, cortando o cordão umbilical com uma pedra. Quando da sua morte (“*ela bebeu muita pinga, ela era boba*”), D. Dalva tomou Manel para criar “*como filho adotivo*”.

Poderíamos nos perguntar sobre o teor essencial de tais narrativas, personagens e lugares reais ou mitificados. Suspeito que esses elementos, no seu conjunto, indicam um processo de metamorfose de identidades. Emblematicamente, seria como se o índio “tapui” do passado, face ao contato com os “chegantes” experimentasse a passagem da condição de *índio puro* à *caboclo*, índio misturado, e portanto, não mais *índio “Tapui”*. Tais narrativas, ao que parece, estabeleceriam um corte – uma fronteira – bem preciso entre os Tapui de antes e esses “caboclos”, cujo passado étnico se revelaria quando provocado por *outrem*. A história da formação do grupo e seu território pode ter um ponto de partida ainda no final século XVIII, quando da chegada de bandeirantes à Bacia do rio Corrente, insuflados pelas notícias de abundantes filões auríferos em lagoas e nos leitos dos rios³⁴.

Insisto ainda que essa mudança de posição social – e de atributos étnicos – só teria se efetuado quando do contato e interação entre as duas margens num passado não tão remoto, ainda que para os atuais moradores de Bom Sucesso essa “**raça de tapui**” pertença à um passado longínquo, cuja percepção e elaboração, no presente, passam pela negação e não-reconhecimento.

Ao que parece, portanto, a identidade social (e étnica) de Bom Sucesso repousa nesse eterno movimento de contradições, negações e atribuições: é sempre o *outro* que tem “sangue de tapui”, isto é, o “povo” de Beltrano ou de Sicrano. Mas como explicar a opção pela endogamia local, isto é, pela clara interdição aos casamentos com pessoas de outro lugar que não Bom Sucesso? O que está em jogo não será a perpetuação de uma unidade social fundada na estrutura do parentesco, no forte sentido de inclusividade e exclusividade grupal?

Parece-me que o não-reconhecimento, pelo grupo, de sua identidade indígena se reveste, basicamente, da percepção que o grupo construiu acerca dos “antigos”, isto é, dos “tapui” que existiam antes do contato, percepção essa que de certo modo, reflete e está subsumida à própria ideologia étnica dominante, que dicotomiza os índios entre “índios puros” e “caboclos”, entre os mais e menos integrados, entre os mais índios e os menos índios. De qualquer forma, permanece a incógnita, porque

se os moradores de Bom Sucesso não são se reconhecem e não são reconhecidos como “índios”, ao mesmo tempo parece não lhes ser garantido um lugar definido no mundo “civilizado”. Tenho a impressão que o que se passa com Bom Sucesso é um processo que é denominado na literatura etnológica de “caboclismo” (Cardoso de Oliveira 1972; Sampaio 1986), mesmo que as categorias designativas acionadas pelos regionais não se reportem ao termo “caboclo”. Mas acredito que os moradores de Bom Sucesso são tratados pelos regionais, principalmente pelos citadinos, *como se caboclos fossem*, pois àquela comunidade *atribuem, projetam, forjam e imputam* valores degenerados e negativos, como a preguiça, a aversão ao trabalho, o alcoolismo, a perda, a inadequação à civilização, etc. Penso, então, que a categoria “caboclo”, aplicada ao “caso Bom Sucesso”, dá a medida exata de sua atual condição social: são **semelhantes**, mas ainda assim **diferentes** aos seus vizinhos camponeses.

É interessante observar que, no caso dos grupos indígenas “caboclicizados”, foi a persistência histórica dessa tênue fronteira, do caboclo, que permitiu e forneceu as bases para sua revitalização étnica no presente. Etnicamente amorfo, o “caboclo”, ainda assim, aponta para a existência (e persistência) de uma fronteira. Esse raciocínio se me parece coerentemente aplicável ao caso da ‘comunidade cabocla’ de Bom Sucesso. Se assim não fosse, por quê será que Bom Sucesso, no imaginário da sociedade regional, é uma margem, negativa, enquanto que Catolés é outra – positiva?

“Então, de onde veio? Eu acho que é da natureza. Foi Deus que botou eles assim, porque, olha, engraçado...Tem o pessoal, você está me entendendo?, que mora **do outro lado do rio...**(...), você vê as casas que são o Catolé: **são pessoas (...) de hábitos e costumes totalmente diferentes...**” (Membro da FNS-Correntina, junho de 97)

³⁴ D. Maria de Lara, por exemplo, diz que seus antepassados pertencem a um tempo anterior à fundação da primeira Igreja de Correntina, que data do início do século XIX.

III. 4 – “*Feios, sujos e malvados*” - uma ideologia étnica?

Vimos, nas páginas anteriores, que, no passado e no território onde hoje se encontra a comunidade de Bom Sucesso existiam índios, ou, como dizem os informantes locais, “tapuis”, índios esses que ocupavam não só a várzea do rio, mas também áreas contíguas, como os “capões”, espécie de “ilhas” de mata e terra de boa fertilidade natural, incrustadas nos “Gerais” ou “tabuleiro” (cerrado). É possível que esses índios, sendo caçadores e coletores, certamente **Akroá** (ou Acroá, Acoroazes, Coroados, conforme a fonte histórica) se dispersassem, em grupos reduzidos, nômades ou semi-nômades, no cerrado para a obtenção de proteína animal, frutos silvestres e raízes, durante a estação seca, ao passo em que praticariam, marginalmente, a agricultura (através do plantio de mandioca) nas manchas de solo fértil, às margens dos rios ou nos “capões”, condição essa que implicaria na sedentarização temporária do grupo. Seguindo essa linha de raciocínio, é possível que esses Akroá, uma vez instalados (temporariamente, no interregno entre a estação chuvosa e a seca) no vale do Arrojado, tenham, finalmente, estabelecido contato com o branco, com o “chegante”.

Pelo que diz a história oral local, com a chegada de “gente de fora”, parte desses índios teria se refugiado nos Gerais, ou ido para bem longe. Mas o interessante é que os informantes admitem (e afirmam) que parte desses índios teria ficado, e se “misturado” com os chegantes, através de casamentos interétnicos, ocorrendo, com efeito, a sedentarização definitiva desses índios caçadores e coletores, desses **Akroá**. Disto teria resultado uma população miscigenada, “cabocla”, na qual algumas famílias, mais que outras, teriam o “sangue” desses “**tapui**”. Acredito que nisso está a chave para entendermos o passado e o presente de Bom Sucesso. Suponhamos ainda que, com o contato e a miscigenação, a identidade indígena foi sendo dissolvida, diluída, já que a noção de “índio” teria a ver com a noção de sangue, de sangue que não se mistura. Entretanto, certas práticas e representações culturais, como as noções de saúde e doença, a relação com o sobrenatural, a economia de caça e coleta e certas tecnologias, fortemente influenciadas pelo constrangimento ecológico dos cerrados, teriam sido mantidas, talvez em certa medida, pelo valor concreto (e simbólico) dessas mesmas práticas e representações?

Coube aos “chegantes”, em contrapartida, intensificar, ainda que de forma moderada, a prática da agricultura, fazendo com que a população humana decorrente da miscigenação, fosse, ao longo do tempo, conformando um tipo de reprodução semi-camponesa. O estabelecimento concomitante de dois modos distintos de economia (caça-coleta e agricultura de subsistência) implicou também na conjunção de dois universos sociais (diria organizacionais) e simbólicos igualmente distintos, resultando disto uma comunidade semi-camponesa, que, muito embora não tenha mantido a identidade indígena, logrou manter determinadas práticas e representações notadamente indígenas. Essa população ‘híbrida’, isto é, indígena-camponesa, com o tempo, fechou-se em si mesma, estabelecendo,

tacitamente, a interdição de alianças matrimoniais com mulheres e homens de outras localidades. Assim, teria-se constituído uma comunidade que se vê e é vista pelos regionais como pertencente à uma única grande família, que tende a se reproduzir biologicamente, só e somente só, no interior dos seus sub-núcleos familiares extensos.

* * *

Essas são algumas considerações que julgo essenciais para que possamos entender e contextualizar, a seguir, o episódio que tenho denominado de “intervenção sanitária” que a Fundação Nacional de Saúde promoveu em Bom Sucesso, entre os anos de 1993 e 1994. Nessa época, o Governo Federal desenvolveu, em escala nacional, um programa de controle sanitário denominado de “Projeto de Melhoria das Habitações Rurais para o Controle da Doença de Chagas”, desencadeado a partir da constatação de haver um alto índice de mortalidade decorrente da Doença de Chagas, principalmente no Nordeste brasileiro. O projeto foi também levado a efeito no município pela Fundação Nacional de Saúde de Correntina:

“ - Então foi feito aqui em Correntina um perfil epidemiológico do município. Esse perfil epidemiológico era feito assim, na captura de ‘barbeiro’, do barbeiro ‘infestans’ [*Triatoma infestans*], um ‘barbeiro’ típico que transmite a doença de Chagas, porque existe uma variedade muito grande de barbeiros, existem mais de cem, mais de cem (sic.), e em cada região existe um transmissor, existe o ‘brasiliensis’ [*Triatoma brasiliensis*], o ‘sordidas’ [*Triatoma sordidas*], mas aqui na região é o ‘infestans’. Então desses barbeiros capturados se faz um perfil epidemiológico de cada região, e lá [em Bom Sucesso] o perfil foi muito grande, o índice foi muito grande. Então daí o trabalho em Bom Sucesso, aí já juntou o perfil epidemiológico da Doença de Chagas com a miséria deles, entendeu?

- Miséria, assim, em que sentido você está falando?

- Assim, miséria, assim... no sentido moradia, meio de transporte, quer dizer, via de acesso, é... e mais moradia, deles. Aí, com isso, fortificou bastante o trabalho da Fundação lá, aí foi investido um trabalho em massa lá, com eles. Então foi daí que a gente teve acesso direto à comunidade.” (V.J.X., FNS-Correntina, 06/10/98).

Dessa forma, iniciou-se um profundo “trabalho” de intervenção sanitária na comunidade de Bom Sucesso, que começou pela reforma das unidades habitacionais. As casas eram feitas, nessa época, de “enchimento”, ou taipa, sendo que parte era coberta de telhas, e parte coberta de palha de buriti (*Mauritia vinifera*). Esse último padrão habitacional era o predominante há pelo menos dez anos atrás. É o que diz um outro funcionário da FNS de Correntina que participou desse “trabalho” de intervenção em Bom Sucesso:

“ - Habitação... É aquela história, né? Era um rancho de taipa, e sem nenhum móvel, nem cama, com cobertura de palha.

- A maioria das casas?

- Todas, sem exceção. Hoje você vê, é uma maravilha... (...). A gente fez com o Projeto de Chagas essas casas. Isso sem uma cadeira, um colchão, uma cama, móvel nenhum. Isso aí

com aquele fogão de barro, sem chapa, como se fosse assim um bolo de barro (...). Então eles vieram começar a ter cama, essas coisas, tem uns oito anos somente, que mudou, pouco, mas você vê que a maioria ainda não tem, dorme no chão.

- *Então há dez anos atrás a maioria das casas era assim?*

- A maioria não, todas. Do lado do Bom Sucesso.

- *E do lado de Catolés?*

- Não! São duas... duas pessoas, pessoas não, dois grupos diferentes". (N.M.A, FNS-Correntina, 27/10/98)

Com a reforma, as paredes das casas foram pintadas com uma cor padrão; o chão, antes de barro, foi coberto com uma camada de cimento e o interior das casas foi compartimentalizado em quartos, sala e cozinha com um fogão de lenha com chapa; foram instaladas, ainda, portas e janelas de zinco. Do lado de fora de cada casa, construiu-se também um banheiro com pia e vaso sanitário, pois fazia parte dos planos da FNS implantar um sistema de captação da água do rio para abastecer as unidades habitacionais. Essa parte do trabalho não se concretizou, por motivos não muito claros.

No rastro da reforma das casas, foram desenvolvidos “trabalhos educativos”, nos termos dos próprios funcionários da FNS, pois estes julgavam que os moradores de Bom Sucesso tinham “hábitos e costumes atrasados e primitivos”, observados no trato dos alimentos, na ausência do banho diário, nos trabalhos de parto, nas práticas terapêuticas e concepções de saúde/doença correlatas, enfim. Voltarei a este ponto mais adiante.

Antes disso, gostaria de discutir um pouco mais a questão do surto de “barbeiro”, chamado localmente de “**bicudo**”, que assolou a comunidade de Bom Sucesso há cinco anos atrás, surto esse que justificou a intervenção sanitária no local. Farei então algumas explanações a respeito das possíveis causas que teriam desencadeado o grave quadro endêmico na localidade, detectado por profissionais da Fundação Nacional de Saúde de Correntina, através da elaboração do perfil epidemiológico de Bom Sucesso, o qual acusou uma alta incidência, nas habitações, do “*triatoma infestans*”, um dos tipos vetores de transmissão da doença de Chagas.

Para tanto, busco subsídio em estudo realizado por Coimbra Jr. e Santos (1994), no qual exploram a relação entre a doença de Chagas e processos adaptativos (ocupação do espaço, demografia, mobilidade e sedentarismo) ensejados por populações indígenas das terras baixas da América do Sul. Esses autores, destarte, conferem uma atenção especial “*ao tipo de moradia, mobilidade e domesticação de animais no processo de domiciliação do inseto vetor (isto é, os triatomíneos ou barbeiros)*” (Coimbra Jr. & Santos 1994:44), fatores esses que no conjunto, irão conformar um maior ou menor “*potencial de endemização*” das populações indígenas das terras baixas amazônicas. Esses autores dizem ainda:

“É unanimidade entre parasitólogos e epidemiólogos que, para que triponossomíase [doença de Chagas] se estabeleça de forma endêmica, faz-se necessária a domiciliação dos triatomíneos. Embora a maioria dos triatomíneos possa se alimentar tanto do sangue humano, assim como de qualquer outro mamífero (...), existem certos requisitos mínimos para que colônias

permanentes se estabeleçam nas habitações. Dentre outros, a existência de lugares abrigados da luz direta (...), e um microclima adequado (...), são condições necessárias. Assim, **o tipo de habitação humana é um fator chave na epidemiologia da doença.**” (Ib.: 48, grifo meu)

Ainda segundo estes autores, a palha da palmeira buriti (*Mauritia sp.*) está diretamente associada à proliferação de tritomíneos (ib.:49). Eles argumentam ainda que o fator “mobilidade” versus “sedentarismo” tem grande influência no processo de domiciliação (isto é, ciclo de adaptação e reprodução) destes vetores triatomíneos:

“Como esta adaptação requer tempo, pode-se argumentar que o sedentarismo é um fator importante no processo de domiciliação. Isto porque uma população que apresenta acentuado nomadismo não permanece em um mesmo lugar o tempo suficiente para permitir que os triatomíneos silvestres adaptem-se às suas moradias.” (ib.: 51)

No caso das populações indígenas amazônicas, em que pese estas fazerem largo uso de palhas de palmeiras na confecção das casas, a acentuada mobilidade destas populações - estimulada, dentre outros fatores, pela diminuição da fertilidade dos solos após plantios repetidos e pela rarefação de caça no entorno das aldeias – funcionou como um “fator de proteção” contra o desenvolvimento endêmico da doença de Chagas nestas populações. Assim, os autores concluem dizendo que:

“Aspectos culturais e de organização social desempenham um papel central no delineamento do quadro epidemiológico. Isto porque funcionam como elementos de intermediação entre os seres humanos e o ambiente. **Densidade populacional, mobilidade, padrão habitacional e domesticação de animais** são variáveis importantes no delineamento dos padrões epidemiológicos distintos assumidos pela triponossomíase entre as populações indígenas sul-americanas.” (ib.:55-56, grifo meu)

Ora, se considerarmos que o padrão habitacional que prevalecia em Bom Sucesso há dez anos atrás (paredes de taipa e cobertura de palha de buriti -*Mauritia flexuosa*-, com pouquíssima ventilação e luminosidade interna³⁵) era tributário, em última instância, de um modelo forjado para a ocupação temporária, comum entre os antigos índios, caçadores e coletores, que se instalaram na várzea do rio Arrojado, veremos, pois, que, com a sedentarização desta população, criaram-se, todas as condições necessárias para a domiciliação do barbeiro (*Triatoma infestans*).

Como também já afirmei anteriormente, a comunidade de Bom Sucesso, ao longo do tempo, acabou conformando um modelo sócio-cultural, a partir da conjunção de dois universos organizacionais bastante dissimilares (e mais que isso, antagônicos) entre si. É plausível, pois, supor que o padrão habitacional herdado desses índios que possuíam grande mobilidade, ao ser incorporado a um modelo organizacional camponês, e portanto sedentário, promoveu, ao sabor dos anos, um

terreno fértil para a proliferação do triatomíneo “infestans”, contra o qual aqueles índios nômades ter-se-iam protegido, caso não tivessem se sedentarizado e se misturado com os “chegantes”.

Outros fatores, como a alta densidade demográfica no local, a presença maciça de animais domésticos (cães e gatos) e o fato das casas serem usadas também como despositários de ferramentas, entulhos, produtos de colheita etc..., somados ao estilo habitacional, rarefeito de luminosidade e ventilação, ofereceram todas as condições necessárias para que se desenvolvesse um gravíssimo quadro endêmico da doença de Chagas em Bom Sucesso.

O trabalho de intervenção da Fundação Nacional de Saúde de Correntina conseguiu debelar o surto de “barbeiro” na comunidade de Bom Sucesso, através da reforma e imunização das unidades habitacionais. Esse processo de intervenção foi concretizado, entretanto, em meio a conflitos com a comunidade, que a princípio manifestou ferrenha resistência. Afinal, não se tratou de uma simples “reforma”, mas de uma profunda transformação não só das unidades habitacionais, resultantes de processos adaptativos culturais específicos, mas também de “hábitos e costumes”, igualmente singulares. A intervenção da FNS, portanto, não se limitou à reforma das casas, foi mais além, desembocando em profundos mecanismos de agenciamento (cf. Guattari & Rolnik 1986:317) que, em última instância, se pautavam na justificativa (ideológica) de que os indivíduos daquela comunidade seriam portadores de comportamentos e valores degenerados, “primitivos” e “atrasados”. A esses indivíduos, então, seria preciso “ensinar” “hábitos e costumes civilizados”, como fazer alpendres para guardar ferramentas, como usar vaso sanitário, água encanada, remédios de farmácia, fogão, etc. Esses “trabalhos educativos” foram dirigidos especialmente às mulheres, afeitas à “superstições” e tabus alimentares na fase de gestação. Os partos e os cuidados com as crianças recém-nascidas, avaliados como “primitivos” e “anti-higiênicos” foram também “educados” pelos visitantes sanitários da FNS, os quais, inclusive, davam lâminas para que as mulheres depilassem as axilas, no próprio ambulatório do órgão de saúde, pois sabiam que elas não iriam fazê-lo “fora das vistas” dos funcionários da FNS.

Com relação às práticas nativas do pós-parto, havia na localidade o cuidado de manter a criança recém-nascida fora do contato com o ambiente externo por um determinado período para evitar, dessa forma, o **“mal de sete dias”**, doença que o órgão oficial de saúde denomina de “tétano umbilical”. Para esse órgão, tal cuidado não passava de uma mera “superstição”.

* * *

Quando os funcionários da FNS manifestam alguma opinião sobre a comunidade de Bom Sucesso, o fazem com um rasgo de ironia, desdém e depreciação, e os moradores de Bom Sucesso sabem muito bem disso, porque conviveram por dois anos com aqueles, e sentiram na pele o peso da

³⁵ Ver **foto 26**.

repressão do órgão oficial. Neste sentido, é possível supor a existência de um conjunto de representações ideológicas a permear a relação entre esses dois segmentos sociais. Trata-se, ao final das contas, de uma “ideologia étnica”, rutilante no imaginário social regional, que inferioriza e estigmatiza, a todo momento, a comunidade de Bom Sucesso, que por seu turno devolve, a seu modo, a ridicularização imposta pelos “civilizados”, rechaçando virulentamente tudo que parte desses seja para o bem, seja para o mal. É neste sentido que os moradores de Bom Sucesso são percebidos como “problemáticos, trabalhosos e difíceis de lidar”, constatação essa que tem feito a FNS de Correntina refluir sua atuação na comunidade, depois do “trabalho” que teve para concretizar a reforma sanitária, social e cultural na área.

Assim, se pudéssemos agrupar em poucas palavras a representação ideológica (e étnica) que permeia o imaginário regional (representado aqui pela agência de saúde pública) sobre a comunidade de Bom Sucesso, o título do filme do diretor italiano Ettore Scola, “*Brutti, sporchi e cattivi*”, aqui no Brasil traduzido como “*Feios, sujos e malvados*”, certamente seria bastante ilustrativo.

Ironia à parte, com certeza, o problema é muito mais complexo. Se muito fiz, com essas preliminares considerações, foi, somente, tocar na ponta do ‘iceberg’, porque obviamente, também, qualquer agrupamento humano, qualquer sociedade, em condições normais, elabora percepções claras a respeito do que seja a saúde e a doença, a sujeira e a limpeza, o bem e o mal. Acredito que nossas concepções valorativas do que sejam uma coisa e outra entram em choque com o universo concreto e simbólico daquela comunidade específica, porque trata-se de um grupo social que foi se formando a partir da conjunção de modos de vida dissimilares e antagônicos – o do índio nômade e o do camponês sedentário. Acredito ainda que essa configuração híbrida resultou em práticas e representações que não são nem de um nem de outro segmento sócio-cultural, conformando assim, uma outra margem, a olhos ligeiros, semelhante e desigual, que no fim é tudo e é nada, isto é, é uma terceira margem, um jeito de ser e de estar que está a meio caminho, na fronteira.

III. 5 – A comunidade de Bom Sucesso e os Índios do Nordeste: uma breve análise comparativa

Afinal, depois de apresentados os dados históricos, biogeográficos e etnográficos mais relevantes em torno do objeto da presente monografia – a comunidade de Bom Sucesso e suas fronteiras étnicas – resta indagar, de mais a mais, até que ponto é confiável imputarmos a esta comunidade (e sua organização social) o estatuto de “etnicidade”, e mais que isso, de “indianidade”. O objetivo da presente investigação é, portanto, explorar tal hipótese. Inevitavelmente, será necessário contextualizar o objeto no âmbito dos estudos de etnicidade e, mais ainda, dos estudos desenvolvidos acerca dos povos indígenas do Nordeste brasileiro, para que possamos ter em perspectiva parâmetros de análise e comparação, sem os quais a elucidação do problema que tenho abordado tornar-se-ia inviável.

A quantidade e a qualidade dos estudos monográficos sobre os Índios do Nordeste brasileiro é de tal ordem que não me arrisco a pretender abarcá-las de uma só vez, dadas as claras limitações ensejadas pela presente monografia. Não é minha intenção, pois, resenhá-los individualmente – coisa que em si mesma demandaria outros estudos monográficos mais demorados e profundos. Seria, na verdade, necessário proceder à uma ampla revisão bibliográfica do que se tem produzido, na Bahia, e em outros espaços acadêmicos, e nos últimos vinte anos, acerca das populações indígenas em território baiano, e em certa medida, nordestino também.

* * *

O processo de (re)constituição de identidades étnicas no contexto nordestino tem sido amplamente estudado por sucessivas gerações de pesquisadores e antropólogos vinculados ao PINEB – Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro. Dentro desse vasto, complexo e rico universo de investigação, o trabalho de Sampaio (1986), é, decerto, de suma importância, uma vez que seu objetivo era o de investigar a

“produção e reprodução de uma consciência étnica social e politicamente orientada – uma etnicidade – entre os povos indígenas que vivem hoje na faixa de Sertão do Nordeste brasileiro”. (ib.:6)

Interessava-lhe investigar, destarte, os elementos históricos, sociais e políticos implicados no fenômeno da “emergência étnica” destes povos, qual seja, a passagem da condição de “caboclo” à “índio”. Trata-se, portanto, de um fenômeno eminentemente político (organizacional na mesma medida), cujo fim último é a reapropriação das terras usurpadas pela sociedade regional durante séculos de contato. A etnicidade e a questão da terra, no contexto nordestino, estariam relacionadas, uma vez que foi no bojo dos conflitos pela terra que a dimensão étnica dos grupos indígenas

“caboclicizados” pôde emergir. Ainda segundo este autor, o movimento de reivindicação étnica de tais povos indígenas ganhou visibilidade e sustentação, basicamente, em decorrência de dois fatores:

“Em primeiro lugar, parece ter havido um sensível aumento dos canais e das facilidades de comunicação entre estes povos e a sociedade nacional, fazendo com que os assuntos indígenas cheguem mais facilmente à imprensa e à opinião pública. Em segundo lugar e principalmente, mas em parte decorrente do anterior, tem havido uma articulação bem mais intensa entre os diversos povos, inclusive a nível interregional. A nível regional, as assembléias de lideranças, organizadas pelo CIMI [Conselho Indigenista Missionário] ocorrem com frequência, e mais recentemente as próprias organizações indígenas têm se encarregado de promovê-las”. (Sampaio ib:18)

Procedendo a uma rápida contextualização histórica desses povos, já ensaiada no segundo capítulo dessa monografia, veremos que esses, desde o início da colonização, foram colocados sob a égide das políticas oficiais de aldeamento, cuja administração, até meados do século XVIII, ficava à cargo de missionários jesuítas, capuchinhos e franciscanos. Com a reforma pombalina e a conseqüente dissolução da Companhia de Jesus, as aldeias serão desbaratadas e transformadas em vilas (Sampaio, *passim*). Os índios aldeados, após a expulsão dos jesuítas, tornar-se-ão mais susceptíveis à voracidade dos regionais, interessados em suas terras. Nesse contexto, a identidade étnica destes povos será cada vez mais e intensamente questionada, e fortalecida, em contrapartida, a noção ideológica de “caboclo”, isto é, “índio manso”, falante da “língua geral”, em contraposição ao “índio bravo”, refratário à aproximação da sociedade regional e aos projetos de aldeamento, índios estes aos quais não estaria reservado outro destino senão o da extinção sumária, ou o da fuga, deslocamento e migração constantes.

Essa dupla categorização dos índios em “mansos” (caboclos) e “bravos” perdurará até o século XIX, informando o teor das políticas de redução. Carneiro da Cunha (1992), ao analisar os desdobramentos práticos e políticos de tais categorias, diz que:

“Para fins práticos, os índios se subdividem, no século XIX, em ‘bravos’ e ‘domésticos ou mansos’, terminologia que não deixa dúvidas quanto à idéia subjacente de animalidade e de errância. A ‘domesticação’ dos índios supunha, como em séculos anteriores, sua sedentarização em aldeamentos sob o ‘suave jugo das leis’. Essa era uma idéia geral, aplicável tanto aos grupos agricultores e portanto sedentários, quanto aos grupos caçadores e coletores”. (Carneiro da Cunha ib:136)

Os aldeamentos missionários no Nordeste, por seu turno, eram a única forma pela qual os índios poderiam garantir, legitimamente, perante a sociedade regional e o Estado, a posse da terra. O contato intenso com a sociedade envolvente, entretanto, implicou imediatamente na perda dos seus referenciais mais substanciais, como a língua e a cultura. Esses índios aldeados, miscigenados e

aparentemente integrados ao conjunto da sociedade regional, isto é, transformados em “caboclos”, sofrerão um revés definitiva quando da instituição da Lei de Terras em 1850:

“A decisão imperial de 21 de Outubro de 1850 que ‘...manda incorporar aos próprios nacionais as terras dos índios que já não vivem aldeados mas dispersos e confundidos na massa da população civilizada’, provocou o que deve ter sido a primeira grande questão da definição étnica na região e várias aldeias perderam suas terras. Até o final do século todas as diretorias [de índios] haviam sido extintas, o que equivalia à afirmação oficial da inexistência de índios na região nordestina, excetuando-se os grupos ainda isolados nas matas do Sul da Bahia”. (Sampaio 1986:13).

Dentre as muitas aldeias existentes em território baiano, até fins do século XIX, algumas são de especial importância: Rodelas, Santo Antônio da Glória, Mirandela, ou Saco dos Morcegos (Dória 1988:84), cujos descendentes – Tuxá, Pankararé e Kiriri, respectivamente - já no século XX, decidem se organizar e estruturar politicamente, com vistas à reconquista da terra. Obviamente, as coisas não se passaram de forma tão simples assim, mas o que deve ser retido, de um modo geral, é que o processo de “emergência étnica” entre os povos indígenas do Nordeste tem implicado em um grande “esforço de organização política”, nos termos de Sampaio (ib:19), o qual

“se traduz sobretudo numa redefinição e valorização das funções como as de cacique e pajé, dos conselhos tribais, e de um maior controle do grupo sobre os seus próprios limites, pressionando a definição de indivíduos e segmentos em situações étnicas limítrofes ou pouco definidas, estimulando as alianças internas entre os grupos de família através, por exemplo, dos mutirões e roças comunitárias, e desencorajando fortemente os velhos laços de parceria econômica, tipo clientelismo e compadrio, como setores da sociedade regional, especialmente aqueles política e economicamente dominante”. (Sampaio ibid. ib)

Carvalho (1990), ao analisar o processo de emergência étnica entre os índios do Nordeste brasileiro, isto é, a passagem da condição de índios ‘misturados’ à de índios ‘regimados’ salienta a importância dos “empréstimos rituais” – como o ritual do Toré – entre esses povos. Os Tuxá, nesse contexto, cujo Posto Indígena fora implantado ainda na década de 40, servirão como referência de mobilização política para os Truká (PE), os Atikum-Umã (PE) e para os Kiriri (BA).

É necessário considerar ainda que os estudos desenvolvidos sobre os povos indígenas do Nordeste brasileiro partiram de um conjunto de teorias da Etnicidade, formuladas na década de 60, por autores como Barth (1998[1969]) e Cohen (1969), teorias estas que irão deslocar o peso da “cultura” como determinante na formação e manutenção de fronteiras sociais e étnicas. O texto clássico de Barth, “*Introduction: Ethnic Groups and Boundaries*”, considerado como um “divisor de águas” nos estudos de etnicidade (Despres apud Souza 1997:25), e recentemente publicado em português, em

apenso ao livro “Teorias da Etnicidade” (Poutignat & Streiff-Fenart 1998), enfatiza os grupos étnicos como “*forma de organização social*” (Barth ib.:193), questionando, dessa forma, os atributos distintivos de um grupo étnico, aceitos pelos antropólogos de um modo geral. Um grupo étnico seria identificável, segundo esse modelo genérico, por se constituir numa **raça**, ter uma **língua**, partilhar uma **cultura** comum e se **auto-identificar** e **ser identificado** por outrem como um grupo x ou y. Até então, os estudos antropológicos partiam da perspectiva que as culturas seriam “ilhas”, portadoras de um valor intrínseco e original, as quais, uma vez postas em contato, tenderiam a absorver determinados elementos estranhos, enquanto que outros seriam rejeitados. De forma que as fronteiras seriam determinadas pelo patrimônio cultural específico de um determinado povo.

Para Barth, a questão era justamente, entender como e por que as fronteiras sociais tendem a persistir mesmo com transformações ocorridas no âmbito da cultura. De todos esses quatro itens sublinhados, Barth considera o quarto e último (atribuição e auto-atribuição) como o mais importante na definição de um grupo étnico. Sobre este item, vejamos o que diz o autor:

“1 quando se define um grupo étnico como atributivo e exclusivo, a natureza da continuidade dos traços étnicos é clara: ela depende da manutenção de uma fronteira. Os traços culturais que demarcam a fronteira podem mudar, e as características culturais podem igualmente se transformar – apesar de tudo, da contínua dicotomização entre membros e não-membros permite-nos especificar a natureza dessa continuidade e investigar a forma e o conteúdo da transformação cultural.

2 apenas os fatores socialmente relevantes tornam-se próprios para diagnosticar a pertença, e não as diferenças “objetivas” manifestas que são geradas por outros fatores. Pouco importa quão dessemelhantes possam ser os membros em seus comportamentos manifestos – se eles dizem que são A, em oposição a outra categoria B da mesma ordem, eles estão querendo ser tratados e querem ver seus próprios comportamentos serem interpretados e julgados como de As e não de Bs; melhor dizendo, eles declaram sua sujeição à cultura compartilhada pelos As. Os efeitos disso, em comparação a outros fatores que influenciam realmente os comportamentos, podem então tornar-se objeto de investigação” (Barth ib.: 195)

O que é válido investigar, para Barth, portanto, são os processos pelos quais as fronteiras sociais entre segmentos parciais de uma dada sociedade são mantidas, em que pese os fundamentos raciais, culturais e de língua se transformarem ou se diluírem ao longo do tempo. No Brasil, as reformulações teóricas de Barth encontraram ampla ressonância nos estudos etnológicos desenvolvidos sobre o “contato interétnico” entre as populações indígenas e a sociedade nacional, como os já mencionados estudos sobre os povos indígenas do Nordeste brasileiro. Cardoso de Oliveira (1972; 1978 e 1983), porém, em verdade, pode ser considerado o “pioneiro” na investigação, de cunho sociológico, da relação entre “índios” e “brancos” no Brasil, índios estes tidos como “integrados” e dependentes da sociedade dominante (regional, nacional), investindo, pois, contra o “preconceito

etnológico” que obstaculizava o estudo destes grupos “integrados”, distantes do modelo de índio “puro”, pouco ou minimamente aculturado.

* * *

Feitas estas breves (e toscas) observações sobre a situação dos povos indígenas do Nordeste brasileiro, bem como acerca dos principais matizes teóricos que se lhes orientaram a investigação, gostaria de, finalmente, esboçar algumas linhas de análise e comparação entre os referidos grupos indígenas – e sua peculiar forma de organização social e étnica – e a comunidade de Bom Sucesso. Diante do que foi exposto nesse capítulo, é razoável admitir que os parâmetros de investigação aplicáveis a um caso não são aplicáveis no outro. Dito de outro modo, os índios do Nordeste possuem uma identidade étnica inquestionável porque lograram se reorganizar, politicamente, com o fim último de “recuperar” o estatuto de “indianidade” que havia se diluído a partir de séculos de contato com a sociedade regional. A etnicidade, no âmbito organizacional desses povos, foi possível porque houve um grande “esforço de mobilização política”, retomando as palavras de Sampaio. A identidade indígena desses povos “caboclos”, dessa forma, emergiu do sorvedouro do esquecimento, em função da ação efetiva, isto é, política, engendrada por estes povos num contexto de intensos conflitos pela terra.

Neste sentido, quando Oliveira F^o. (1993) fala da “viagem de volta”, isto é, do retorno do que estava abafado e diluído, está se reportando, efetivamente, à transição política, engendrada por estes povos, da condição de índios caboclos (isto é, não índios, meio-índios...) à condição de índios juridicamente reconhecidos, pelo Estado, enquanto tais. Mas tal reconhecimento, isto é notório, não “caiu dos céus”, sendo possível, ao contrário, senão com muita luta e mobilização política, processo esse que envolveu uma diversidade de elementos, agências e instâncias “governamentais, não-governamentais e confessionais” (cf. Carvalho 1994, ib.).

Desta perspectiva, poder-se-ia conjecturar que à comunidade de Bom Sucesso, estando numa espécie de “temperatura zero de mobilização política”, digamos, não seria sensato imputar o sentido do “étnico” e da “eticidade”. Entretanto, suspeito que nesse caso específico, o que está em xeque não é, exatamente, a dimensão política *formal* (da ação efetiva com vistas a consecução do “reconhecimento” oficial) de uma suposta etnicidade, mas, os processos pelos quais a comunidade de Bom Sucesso aponta, no presente mesmo, para a existência de nítidas **fronteiras sociais, étnicas e indígenas**. Exagero? Acredito que não.

Basta recapitular o que foi dito neste capítulo sobre a história da comunidade de Bom Sucesso, sua relação – de sangue, não verbalizada diretamente – com os “Tapui” que habitavam o território, num passado próximo e presente, concreto e mítico, e basta lembrar, principalmente, o forte sentido de

pertença que solda os seus membros, através da regra máxima que regula as alianças matrimoniais: os de **dentro** (de Bom Sucesso) não casam com os de **fora**, prescrição esta que é percebida e elaborada no plano das representações **internas** e **externas**.

É sensato admitir ainda que a comunidade de Bom Sucesso, pelo que minha vã etnografia pôde compreender, exterioriza suas rígidas fronteiras étnicas principalmente quando **agentes externos** tentam impor-lhes padrões de conduta e comportamento, como tão enfaticamente fizeram os funcionários da Fundação Nacional de Saúde, ao tentarem lhes ensinar o que é o “certo” e o “errado”, o “primitivo” e o “civilizado”, o “sujo” e o “limpo”, o “adiantado” e o “atrasado”, etc.

Na medida em que foram (e continuam sendo) duramente rechaçados, os representantes da instituição só podiam entender que “*eles*” eram/são intransigentes, resistentes e “difíceis de lidar”. Nisso aí, não estariam presentes claros mecanismos de resistência micropolítica – no sentido de cotidiana, molecular e intersticial³⁶ – acionados pelo grupo no sentido de defender-se, no “limite do possível”, da opressão externa?

Quando, por outro lado, um funcionário da FNS diz que “*eles não querem acompanhar a civilização, eles querem ter a vida própria deles*”, não estamos lendo, nas entrelinhas desse discurso, o que disse Barth sobre os grupos étnicos (“...se eles dizem que são A, em oposição a outra categoria B da mesma ordem, eles estão querendo ser tratados e querem ver seus próprios comportamentos serem interpretados e julgados como de As e não de Bs”)?

Em contrapartida, os moradores de Bom Sucesso não “assumem” (ou não elaboram) uma auto-identidade étnico-indígena, e se eles não o fazem, não será um agente externo – como um antropólogo – que deverá dizer se eles devem, ou não, assumi-la.. Se isso ocorre, é porque não se formou um contexto favorável no qual a sua identidade étnico-indígena pudesse aflorar, emergir, tal como aconteceu aos índios “caboclicizados” do Nordeste. E é porque também não se gerou um contexto político no qual fosse possível (e “pensável”) a formação visível de uma identidade étnica a partir de uma auto-designação, A ou B.

Entretanto, penso que existe, no caso de Bom Sucesso, uma *etnicidade*, que se traduz nas relações de inclusividade e exclusividade, nas práticas e nas representações internas e externas e na natureza (contrastiva e ou conflituosa) das relações sociais, econômicas e micropolíticas entre a comunidade e segmentos da sociedade regional, representados pelos cidadãos e vizinhos camponeses. Evidentemente, não se trata de uma etnicidade politicamente orientada. Não se trata, ainda, de um projeto ou de um desejo de ser “índio”, num futuro virtualizado, mas de um processo cotidiano e

³⁶ Segundo Guattari & Rolnik (1986: 130), “*toda problemática micropolítica consistiria, exatamente, em tentar agenciar os processos de singularidade no próprio nível de onde eles emergem*”. Analisando o processo de construção de fronteiras entre Bom Sucesso e a sociedade regional, é possível identificar linhas micropolíticas de resistência e singularidade, ensejadas no cotidiano das relações entre os moradores de Bom Sucesso e os regionais, especialmente aqueles ligados a organismos oficiais de controle, tal é o caso dos agentes de saúde da FNS.

micropolítico de fazer valer, para si e para os outros, a sua etnicidade, aqui compreendida, ao final das contas, como um domínio comum de pertencimento e organização social.

TENDÊNCIAS DE MOVIMENTO: Considerações finais

Pois bem: falando muito sincera e sinteticamente, a tendência é seguir o curso do rio, isto é, aprofundar a investigação monográfica sobre a comunidade rural de Bom Sucesso, localizada nos Gerais, Oeste da Bahia – franja/fronteira oriental dos Cerrados do Planalto Central. Trata-se de uma comunidade etnograficamente percebida como “cabocla”, fruto do contato entre índios e camponeses na Bacia do rio Corrente.

Havia pepitas de ouro nas lagoas no território que hoje é chamado de Bom Sucesso, entre o tabuleiro, a mata, os *oásis de verdura* em meio a desertos de infertilidade, belos capões, veredas e campinas. Havia também os índios (“Tapuis”); quando o lugar “encheu de gente”, o Tapui que se encontrava no local bateu em retirada, sendo que a última “Tapuia”, uma Tapuia bela, se refugiara no alto de um pé de buriti. Havia ainda uma lagoa, no Capão das Antas - “onde tinha muita anta e Tapui”, uma lagoa dourada. Vieram homens, ávidos, ficaram encantados. Dizem que o “Tapui” depois disso, sumiu, “exalou”... Outros “causos” falam de peixes que engoliram crianças e de “tapuias mansas” que pariram peixes encantados. Essa trama cosmológicaêmica é ambígua e clara: antes, havia o índio, e esse índio experimenta, com a chegada de “gente de fora”, a sua morte cultural, e renasce como “caboclo”, um sujeito coletivo ambíguo por definição, bipartido, sem memória, organização política, sem nome...

Não existe uma formulação discursiva coletiva sobre a identidade indígena da comunidade. Em contrapartida, etnograficamente, se existem fronteiras étnicas a separar Bom Sucesso da sociedade regional, estas são construídas em esferas outras que não a do auto-reconhecimento discursivo da sua condição, possibilidade e desejo de ser “índio”. Por outro lado, são as relações de parentesco – pautadas na interdição tácita às alianças matrimoniais *fora* da comunidade -, e determinadas práticas e representações que parecem demarcar uma nítida linha divisória entre Bom Sucesso e a sociedade regional. O conteúdo dessas fronteiras se manifestaria em planos distintos de interação, como o das relações sociais e econômicas (de reciprocidade, contraste ou conflito) entre o grupo e determinados segmentos da sociedade regional, representado pelos sitiantes de Catolés – na margem direita do rio Arrojado –, e por agentes ligados à Igreja e a organismos oficiais, como a Fundação Nacional de Saúde do município de Correntina.

Procurei demonstrar, ao longo desse trabalho, a possibilidade de proceder tal investigação seguindo as linhas gerais dos estudos de *etnicidade*. Esse foi, digamos, o *leitmotiv* da etnografia, de um processo cumulativo de conhecimento e reconhecimento de um provável grupo indígena não organizado politicamente com vistas à reivindicação do estatuto de ser “índio”, mas portador, por outro lado, de visíveis (no sentido de explícitos) sinais e códigos de fronteira, espécie de indicadores sociais

pelos quais diferentes segmentos da sociedade regional mantêm-se em linhas de conflito, antagonismo e contraste, engendrando, dessa forma, assim, um campo intersocietário de relações - ao fim de tudo, *étnicas*.

As considerações etnográficas e resenhas teóricas que encerraram o terceiro capítulo permitem, ao fim dessa monografia, colocar essas respostas e também novas questões sobre a produção social de fronteiras no âmbito organizacional da comunidade rural e cabocla *Bom Sucesso*, e esse conjunto de considerações finais (e parciais também) deve ser, inevitavelmente, pensado em termos de uma análise comparativa com a situação dos índios ou povos indígenas do Nordeste brasileiro.

A trajetória da formação do grupo estudado seguiu - ou até agora tem seguido - um caminho diverso daquele traçado pelos *caboclos* do sertão nordestino, que no presente século, lograram se organizar politicamente, promovendo a transição sócio-organizativa e política da condição de *caboclo* à *índio* (cf. Sampaio 1986).

De um modo geral, é plausível afirmar que o eixo dessa análise comparativa deve ser a discussão da dimensão *política* da etnicidade, presente entre os índios do NE e ausente (aparentemente) entre os “caboclos” de Bom Sucesso, evidência essa que não nos impede de perceber os conteúdos singulares de uma possível etnicidade entre estes últimos. Ao que parece, trata-se, nesse último caso, do que se poderia chamar de uma *micropolítica étnica*.

A *micropolítica étnica* de Bom Sucesso – isto é, aquela que engendra e produz fronteiras na sua relação cotidiana com os regionais (sitiantes de Catolés, fazendeiros dono das firmas, agentes de saúde, religiosos, etc..) – aqui pode servir como um contraponto à noção de política organizacional, imbutida no conteúdo basilar da etnicidade dos índios do Nordeste brasileiro que passaram (e estão ainda passando) pelo processo da *emergência étnica*. O sentido micropolítico da etnicidade aplicado ao caso “Bom Sucesso” resultaria de conflitos não por interesses objetivos – com a reconquista da terra, herdada das políticas coloniais de aldeamento – mas por modos singulares de organização, modos de ser e de estar, pensados aqui não como uma conjunto de práticas e representações cristalizado e atemporal, mas dinâmico e processual, elementos estes que, ainda que modificados ao sabor das vicissitudes históricas, apontam para a persistência e continuidade (temporal) do grupo como um *grupo étnico*, no sentido proposto por Barth (1998[1969]), de fronteiras sociais, étnicas.

Portanto, quando me refiro à essa comunidade de camponeses pobres dos Gerais – Bom Sucesso – como *a outra margem do rio*, ao contrário de naturalizar ou reificar uma fronteira fisiográfica – o rio, chamado de Arrojado certamente por seus longos trechos de corredeiras que impedem a navegação fluvial –, o faço para chamar a atenção para a possibilidade de estarmos, efetivamente, diante de um *grupo étnico*, com fronteiras bem marcadas, e estruturado em torno de regras claras de inclusividade e exclusividade, conformando, ao fim, um espaço comum de pertencimento e organização social, enfim, *uma outra margem*, seja ela indígena ou cabocla, mas

muito provavelmente *étnica*, porque diferente da outra margem – Catolés, porque, se esse território e esse povo de Bom Sucesso representam uma margem, é porque existe essa outra, do outro lado do rio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de.

1982 - **Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília (UnB).

AGOSTINHO, Pedro.

1994 - “Índios e Ambiente: considerações ecológicas no estudo e demarcação de territórios indígenas” In **Sociedades indígenas e transformações ambientais** (MAGALHÃES, Antônio Carlos, org.). Belém: Universidade Federal do Pará/Núcleo de Meio Ambiente.

1999 - “Normas para Transcrição Paleográfico-Diplomática – Instrumentos de Trabalho e Organização do Fundo de Documentação Informatizado”. Salvador, ms.

ANAIS DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

1920 - Imprensa Oficial, vols. 4-5, 6-7 e 13.

ARAÚJO, Pe. Heitor de.

1950 - “História da Diocese da Barra” In **Anais do Iº Congresso de História da Bahia**.

BAIANO, Hélverton.

1996 - **História de Correntina**. Goiânia: Ed. do Autor.

BARBOSA, Altair Salles.

1984 - **Modelo arqueológico no Projeto Serra Geral - Tentativa de Correlações Sistêmicas e Ecológicas**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, ms.

S/D - **Ocupação indígena dos Cerrados**. Goiânia: UCG, ms.

BARBOSA, Altair Salles et alli.

1996 - “Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central - Oeste da Bahia e Leste de Goiás (O Projeto Serra Geral)”. **PESQUISAS – Antropologia**, Nº. 52. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas.

BARTH, Frederik.

1998[1969] – “Introdução: Grupos Étnicos e suas Fronteiras” In Poutignat, P. & Streiff-Fenart, J.. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

BAUDRILLARD, Jean.

1996 - **A transparência do mal - Ensaio sobre os fenômenos extremos**. Campinas: Papirus.

BORGES DE BARROS, Francisco.

1919 - **Bandeirantes e Sertanistas Baianos**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado.

BRANDÃO, Ulysses de Carvalho S.

1927 - **Pernambuco x Bahia, protesto e contra-protesto**. Recife: Instituto Geográfico de Pernambuco.

BRASILEIRO, Sheila.

1995 - **A organização política e o processo faccional Kiriri**. Tese de Mestrado, UFBA.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto.

1972 - **O Índio e o mundo dos brancos**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora

1978 - **A Sociologia do Brasil Indígena**. Rio de Janeiro: Tempo Universitário/Brasília: Editora da UnB.

CARNEIRO da CUNHA, Manuela.

1986 - “Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense.

1992 - “Política Indigenista no século XIX” In CARNEIRO da CUNHA, Manuela (org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia. Das Letras/Fapesp/SMC.

CARVALHO, Ana Magda.

1999 - “Sobre ‘A outra margem do rio – um estudo de fronteiras e etnicidade nos Gerais, Oeste da Bahia’” In CARVALHO, Maria Rosário G. de (org.). **Índios e Caboclos – a história (re)contada**. Salvador: EdUFBA (no prelo).

CARVALHO, Maria Rosário G. de.

1994 - De índio ‘misturado’ a índio ‘regimado’. Comunicação apresentada à 19^a. Reunião Brasileira de Antropologia. Niterói, ms.

CERQUEIRA e SILVA, Ignacio Accioli.

1936[1847] - “Informação ou Descrição Topographica e Política do Rio São Francisco. In **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Bahia: Tipografia de Domingos Guedes Cabral.

1848 – **Memoria ou dissertação historica, ethnographica e politica**. Bahia: Typ. De J. A. Portella e Cia.

CHAIM, Marivone Matos.

1983 - **Aldeamentos Indígenas (Goiás 1749-1811)**. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória.

COHEN, Abner.

1969 - “Conclusions - Political Ethnicity in Contemporary African Towns”. **Costum and politics in urban Africa - A Study of Hausa Migrants Towns**. London: Routledge & Kegan Paul.

COIMBRA Jr., Carlos E. A. & SANTOS, Ricardo V.

1994 - “Ocupação do espaço, demografia e epidemiologia na América do Sul: a doença de chagas entre as populações indígenas” In **Saúde e Povos Indígenas**. SANTOS, Ricardo V. (org.). Rio de Janeiro: Fiocruz.

COMISSÃO Pastoral da Terra.

1994 - **Relatório final da pesquisa sobre os Gerais (Oeste do estado da Bahia)**. Santa Maria da Vitória, ms.

CRAPANZANO, Vicent.

1991 - “Diálogo” In **Anuário Antropológico/88**. Brasília/Rio de Janeiro: Ed. UnB/Tempo Brasileiro.

DAMATTA, Roberto.

1978 - “O ofício de etnólogo ou como ter ‘anthropological blues’” In **A Aventura Sociológica** NUNES, Edson de Oliveira (org.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

DÓRIA, Hildete da Costa.

1988 – “Localização das aldeias e contingente demográfico das populações indígenas da Bahia entre 1850 e 1882” In AGOSTINHO, Pedro (org.). **O Índio na Bahia**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho.

1954 - **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas baianos (séculos XVI, XVII e XVIII)**. São Paulo: Comissão do IV Centenário.

GUATARRI, Felix & ROLNIK, Suely.

1986 - **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes.

HOHENTHAL Jr. W.D.

1962 - “As tribos indígenas do baixo e médio São Francisco. **Revista do Museu Paulista**, vol. XII. São Paulo.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

1957 - **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, vols. II (Grande Região Centro-Oeste) e XX (Municípios da Bahia).

KRAYCHETE, Gabriel & COMEFORD, Jonh.

1991 - “A nova face do oeste baiano: diversidade e ambiguidade” **Caderno do CEAS**. Salvador, n°. 132, mar-abr.

LÉVI-STRAUSS, Claude.

1996 – “Como se faz um etnógrafo” In **Tristes Trópicos**. São Paulo: Cia. das Letras.

MIRANDA, Avelino Fernandes de.

1994 - **Tradicionalismo e Modernização em Correntina no contexto além-São Francisco**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás.

NASCIMENTO, Marco Tromboni.

1994 - **O tronco da Jurema - Ritual e etnicidade entre os povos indígenas do Nordeste - O caso Kiriri**. Dissertação de Mestrado, UFBA.

OLIVEIRA Fº, João Pacheco de.

1993 - “A viagem de volta - reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas no Nordeste” In **Atlas das Terras Indígenas do Nordeste**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/PETI.

OTT, Carlos.

1958 - “Os aborígenes baianos” In **Pré-História na Bahia**. Bahia: Universidade Federal da Bahia.

1993 - **As culturas Pré-históricas da Bahia**. Salvador: Bigraf (vol. I).

PAIS, José Machado.

1996 - “Das regras do método aos métodos desregrados”. **Tempo Social**, vol. 8.

PASQUARELLI Jr., Vital.

1995 - “Diálogo e pensamento por imagem: etnografia e iniciação em ‘Las enseñanzas de Don Juan’, de Carlos Castañeda”. **Revista Brasileira em Ciências Sociais**, n°. 29.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios.

1994 - *O povo invisível* - a história dos Avá-Canoeiro nos séculos XVIII e XIX. Goiânia: UCG/IGPA.

PEREIRA, Luis Verissimo da Costa.

1975 – “Buritizal” In **Tipos e Aspectos do Brasil**. IBGE: Departamento de Documentação e Divulgação.

REESINK, Edwin B.

1983 - “De índio a caboclo: notas sobre a identidade étnica dos Índios do Nordeste”. **Universitas**, N. 32. Salvador.

1999 - “Uma questão de sangue” In J. Bacelar e C. Caroso (orgs.) **Brasil: um país de negros?** Rio de Janeiro/Salvador: Pallas/CEAO.

REGNI, Pietro Vittorino.

1988 - **Os capuchinhos na Bahia**. Caxias do Sul: Edições Paulinas (vol. I – Os Capuchinhos franceses).

RIBEIRO, Darcy.

1986 - **Os Índios e a Civilização**. Petrópolis: Vozes.

SAMPAIO, José Augusto L.

1986 - **De caboclo a índio: etnicidade e organização social e política entre povos indígenas contemporâneos no Nordeste do Brasil, o caso Kapinawá**. Projeto de Pós-Graduação apresentado ao Mestrado em Antropologia Social da UNICAMP, Campinas.

1995 - **Povos e territórios indígenas no Nordeste: notas para um mapa da fome**. Brasília, ms.

SANTOS, Ana Flávia M.

1997 - **Do terreno dos caboclos do sr. São João à Terra Indígena Xakriabá: as circunstâncias da formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de fronteiras**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.

SANTOS, Lindalvo Bezerra dos.

1975 - “Campo Cerrado” In **Tipos e Aspectos do Brasil** (op. cit.).

SEPLANTEC (Secretaria do Planejamento e Tecnologia/Bahia).

1989 - **Plano Diretor Urbano de Barreiras 1990-2005**. Salvador: CPE.

SOUZA, Jorge Bruno S.

1996 - **Fazendo a diferença - Um estudo de etnicidade entre os Kaimbé de Massacará**. Dissertação de Mestrado, UFBA.

TUGGIA, Frei Rafael.

1856 - “Mapas dos Índios Cherrentes e Chavantes na nova Povoação de Tereza Christina no rio Tocantins e dos Índios Charaós da Aldeia de Pedro Afonso nas margens do mesmo rio, ao norte da Província de Goiás”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**: XIX.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

1997 – Programa UFBA em Campo. Projeto Pulando a Fogueira. **Correntina** (Relatório de Atividades e Pré-Diagnóstico do Município).

1998 – **Programa UFBA em Campo 1996-98: uma experiência de articulação ensino/pesquisa e sociedade**. Salvador: UFBA/Pró-Reitoria de Extensão.

VELHO, Otávio Guilherme.

1976 – “Capitalismo Autoritário e Campesinato”. **Dados**, 13.

WANDERLEY, Samuel M. & COUTO, Patrícia N. de A.

1997 - **Adaptação ecológica das populações indígenas do Brasil (da Amazônia ao Cerrado)**. Salvador, ms.

WOORTMANN, Ellen.

1994 – **Herdeiros, parentes e compadres**. Brasília: Edunb.

OUTROS DOCUMENTOS

I - Documentos históricos (originais, informatizados, impressos)

Impresso:

Documento 1 - Carta Régia de 2/12/1698 (dando provimento para a fundação de arraial de "gentio manso" e redução de índios **“Acorozes, Mocoazes e Rodelleiros”**)

Originais informatizados³⁷:

1841.04.19. Villa de Santa Rita do Rio Preto. Signatários: Vereadores João Filgueira de Meneses, Manoel Ferreira Dias, João Correia de Mello, Sevirino Pereira Lisboa e Ignacio Alvares do Bomfim. *Comunicado à Presidência da Província sobre ataques a fazendas da região, causados por índios da “Nação chavante”.* (**Cota:** Salvador: APEB/Colonial e Provincial/Governo/Câmara de Santa Rita do Rio Preto: maç. 1422)

1849.11.29. Villa de Santa Rita do Rio Preto. Signatário: Juiz de Direito Manoel Joaquim de Souza Brito. *Comunicado à Presidência da Província sobre o aparecimento de "índios selvagens" nas "cabiceiras" do Rio Preto e sobre as providências que devem ser tomadas.* (**Cota:** Salvador: APEB/Colonial e Provincial/Judiciário/Juízes de Santa Rita do Rio Preto: maç. 2566)

1871.12.31. Villa de Santa Rita do Rio Preto. Signatário: Juiz de Órfãos Substituto Victor Mudesto da Silva. *Comunicado à Presidência da Província sobre ofício recebido do Subdelegado de Formosa (distrito do Termo), pelo qual anuncia o envio de um grupo de índios presos por um fazendeiro na fronteira da província com a de Goiás. Segue cópia desse ofício, no qual o subdelegado fornece detalhes do episódio da prisão dos ditos índios.* (**Cota:** Salvador: APEB/Colonial e Provincial/Judiciário/Juízes de Santa Rita do Rio Preto: maç. 2566)

1889.07.10. Villa de Campo Largo. Signatários: Vereadores José Rodrigues Porto, Graciliano Alexandre do Bomfim, João José da Rocha e José Leonardo de Carvalho. *Comunicado à Presidência da Província do recebimento do ofício pelo é dada como extinta a Missão de Aricobé.* (**Cota:** Salvador: APEB/Colonial e Provincial/Governo/Câmara de Campo Largo: maç. 1822)

II – Imagens I

Figura N.1 - **Região Oeste da Bahia**

Figura N.2 - **Subdivisões da Bacia do Rio São Francisco**

Figura N.3 - Distribuição dos **Grupos Indígenas Gê e Tupi no Interflúvio Tocantins-São Francisco** (Por Nimuendaju, 1944)

Figura N.4 - **Perfil vegetacional e geológico** da área da Bacia do rio Corrente

Figura N.5 - **Grande Região Centro-Oeste**

Figura N.6 - **Buritizal**

Figura N.7 - **Campo Cerrado**

III - Vídeo-documentários

Globo Rural Especial 20 anos (Sobre os Cerrados de Correntina)

“Bacia do Rio Corrente: Uma nova primavera no ecoturismo baiano”

IV - Acervo áudio-visual

Vinte horas de registros gravados (depoimentos, festas, entrevistas abertas, situações informais)

Registros etnofotográficos (ver uma amostra, ao final, em **Imagens II**)

³⁷ Integram estes documentos o acervo do FUNDOCIN – Fundo de Documentação Histórica Manuscrita sobre Índios na Bahia. V. nota 7 à p.49 do segundo capítulo.

Documento 1: Carta Régia de 2 de Dezembro de 1698**Fonte: ANAIS do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), 1920, vol.6-7, pp.329-30**

<Dom João de Lancastro. Eu El Rey vos envio muito saudar.

Por parte dos povoadores da Lagoa do Parnaguá, Rio Preto, Rio Grande e Rio São Francisco e circunvizinhos se me representou aqui o grande dano que padecem em suas fazendas divididas e senão poderem ajuntar os curraleiros e escravos, o que se poderá remediar situando-se algum arraial de gentio maço em o lugar mais oportuno aldeando-se para serem permanentes. E pareceume ordenarvos para se evitarem as hostilidades destes gentios barbaros que andam a corço, e tem feito tão repetidos danos nestas serras, façaes com que se situem junto dellas hú arrayal de gentios manços, para que com esta defença se impida aquellas extroções que se têm padecido aos quais se assignem terras em que possam viver e conservarse, porque por este meyo podem persistir no tal sitio tendo com que se alimentem e fareis com que os cabos, capitão-mór e mais coroneis do sertão de Rodellas com seus Indios que tiverem desocupados vão me ter aos Indios Acoroazes, Mocoazes Rodelleiros e a todos os mais que infestão as nossas povoações, para que se reduzão, e vivão com toda a bôa amizade conosco segurando-as de bom trato que teremos com elles, e dos interesses que se lhes podem seguir, porque por este modo se ponhão termo aos assaltos que costumão dar aos que vivem naquelles sertões, sem aquella prevenção necessaria.

Escritta em Lisbôa a 2 de Dezembro de 1698

Rey

Para o Governador Geral do Estado do Brasil>

1841.04.19. Villa de Santa Rita do Rio Preto. Signatários: Vereadores João Filgueira de Meneses, Manoel Ferreira Dias, João Correia de Mello, Sevirino Pereira Lisboa e Ignacio Alvares do Bomfim. *Comunicado à Presidência da Província sobre ataques a fazendas da região, causados por índios da “Nasção chavante”.* (Cota: Salvador: APEB/Colonial e Provincial/Governo/Câmara de Santa Rita do Rio Preto: maç. 1422)

Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr.º

Dous annos se achão completos dos insultos dos Indígenas bravos praticados como os habit^{es} das fronteiras disertas deste m^{mo} Municipio, com mortes incendios de toda casta de ferossid.^e q.º sua brutal condição lhes sugere; e p.^r esta rasão se achão despovoadas varias Fasendas, bem como a pouco avançarão afa-senda de nominada Guariba onde não empregarão todo o seo furor desmedido p.^r milagre e effeito da Divina Providencia, mäs os habitantes da d.^a fasenda sevirão obrigados a desamparala e migrando-se mais p.^a o centro de outras Povoações onde em alguma dellas já apparece o m.^o gentio, cujos moradores devendo temer suas violencias tãoob.^m se-achão [intr.^{os}] de dispresar a habitação. Sabe-se q.º é a Nasção chavante homens temerarios q.º avanção as moradas inclaro dia eq.^l q.^r peqn.^a força lhes não resistem. He p.^a V.Ex.^a dar as providencias q.º julgar necessarias im sem.^e caso; a vista do exposto e das circunstancias dos habit.^{es} deste Termo, esta Camr.^a resolveo faser a pres.^e participação na intilig.^{ca} de ser attendida. D.^s G.^e a V.Ex.^a Passo da Camara em Sessão Ordin.^a de 19 de Abril de 1841 na V.^a de Santa Rita

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.º Presid.^e
da Província de Bahia

[assin.: João Filgueira de Meneses P.] [fl.1r]

[assin.: Manoel Ferreira Dias V=]

[assin.: João Correia de Mello V.]

[assin.: Sevirino Pereira Lisboa V.]

[assin.: Ignacio Alvares do Bomfim. V] [fl.1v]

1849.11.29. Villa de Santa Rita do Rio Preto. Signatário: Juiz de Direito Manoel Joaquim de Souza Brito. *Comunicado à Presidência da Província sobre o aparecimento de "indios selvagens" nas "cabiceiras" do Rio Preto e sobre as providências que devem ser tomadas.* (Cota: Salvador: APEB/Colonial e Provincial/Judiciário/Juizes de Santa Rita do Rio Preto: maç. 2566)

Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr'

Apenas cheguei a esta Villa, fui informado, q'. nas cabiceiras do Rio Preto tem apparecido Indios Selvagens, q' accomettem as casas ahi estabelecidas, trasendo me terror os habitantes, q' se tem reunido p^a. defender-se com abandono e prejuizo de suas lavouras; consta, q' elles vem dos Geraes ou terrenos incultos e inhabitaveis entre esta Prov^a., e as de Goiaz; e Piauihi d'um lugar daqui distante 60 a 80 leguas, em que estão como aldeiaados em grande numero. O Delegado de Policia desta Villa tem representado a este respeito, pedindo providencias, e parece-me, q' assim como se devem evitar suas incurções, assim se deve empregar os meios pa. sua cathequese, e civilização, obrando-se com moderação, e brandura, como tenho instruido. O que participo a V. Ex^a para ordenar o q' melhor intender.

Deos Guarde a V. Ex^a. S^{ta}. Rita 29 de Novembro de 1849.

Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Sr. Presidente da Prov^a. da Bahia

[assin.: Manoel Joaquim de Sousa Brito]
Juiz de Dir^{to}.

1871.12.31. Villa de Santa Rita do Rio Preto. Signatário: Juiz de Órfãos Substituto Victor Mudesto da Silva. *Comunicado à Presidência da Província sobre ofício recebido do Subdelegado de Formosa (distrito do Termo), pelo qual anuncia o envio de um grupo de índios presos por um fazendeiro na fronteira da província com a de Goiás. Segue cópia desse ofício, no qual o subdelegado fornece detalhes do episódio da prisão dos ditos índios.* (**Cota:** Salvador: APEB/Colonial e Provincial/Judiciário/Juízes de Santa Rita do Rio Preto: maç. 2566)

Juiz de Orphãos da Villa de S. Ritta do
Rio Preto, 31 de Dezembro de 1871

III^{mo}. e Ex^{mo}. Snr'

Hoje receby o officio por copia junto, do Subdelegado do Arrayal de Formosa, segundo Districto deste Termo; e eu endendi de dirigir-me a VEx^{ca}. no mesmo sentido como Juiz de Orphãos Substituto do mesmo, e em exercicio, para VEx^{ca}. ordenar-me o que devo obrar com ditos indios; e por conta de quem correm as despezas e de quem as devo solicitar. Ficão dentro desta Villa ditos Indios, sob a direção m^a., e de Fr. Casimiro (q' aqui se acha em Com^m do Gov^o) e noz lhes fazendo as despezas. Consta-me que elles são da Aldeia do Rio do Sonno, de Baixo da Cathequese do Fr Raphael, sendo aquelle lugar da Prov^a de Goias

<Respondido em
8 de Abril 72>

D^s G^e a VEx^{ca}
III^{mo} Ex^{mo} S^r Dez^{or} Pres^e d'esta Prov^a
o Juiz de Orfãos Substituto
[assin.: Victor Mudesto da Silva] *[fl.1r]*

<Copia
Ilustreissimo Senhor Delegado =
Remeto=lhe sete Indioz, sendo cinco grandes, e dois pequenos, com os seus competentes armamentos de Arcos e frexas; cujos Indios foram prezos pelo Proprietario Francisco José da Silva, em sua Fazenda Curralinho, por estarem dando muito prejuizo na criação de seus gados; não só elle, como os mais Proprietarios daquella localidade,

que por día os dictos Indios matavão úma, e duas Rezes, con forme o tamanho dellas, que em vista do prejuizo soffrido, aquelle Proprietario Silva, sem saber quem lhe dava prejuizo, convidou aos vaqueiros seus (vizinhos) para explorar o Campo, a saber quem dava o prejuizo nas fazendas, é quando incontrarão os dictos Indios com huma vaca morta, ahy os fizeram prender e remetterão á esta Subdelegacia; e por isso rógo a Vossa Senhoria para os faser remetter ao Senhor Doutor Chefe de Policia, e pedir-lhe auxilio para se conquistar, em fazêllos retirar, visto que estas fronteiras de S. Maria, Curralinho [fl.2r] curralinho, Guaribas, Lourenço, Couro, Riachão, Bom Jezus, e S. João, todas estão soffrendo prejuizo em suas criações, e amiaças, de assuvios, e Bozinas; que todas os povos d'esta Fronteira vivem assombrados destas amiaças, que não podem sustentar a lavoura, e nem tão bem, digo, e nem tão pouco campiareem os seos gados, que vivem coagidos, e por isso rogo á Vossa Senhoria para levar ao conhecimento dos Juizes [ouvidos] do Ex^{mo}. Senhor Presidente d'esta Provincia, possa providenciar como for justo e de ley, afim de dezassombrar os habitantes d'esta localidade. Declaro a VS^a. que estes Indios me forão entregues no dia 18 do corrente mês, haver se por leiy pagão as diarias, até serem intregues n'essa Delegacia. Deos Guarde a V. S^a. por muitos annos. Subdelegacia do Arrayal da Formosa, 23 de Dezembro de 1871. O Ill^{mo}. Snr' Delegado do Termo da Villa de S.

Ritta do Rio Preto. *[fl.2v]*
 <[assin.: Victor Modesto da Silva]>
 [assin.: José Moreira da Cunha e Souza]
 Subdelegado de Policia
 está comf^e.> *[fl.3r]*

1889.07.10. Villa de Campo Largo. Signatários: Vereadores José Rodrigues Porto, Graciliano Alexandre do Bomfim, João José da Rocha e José Leonardo de Carvalho. *Comunicado à Presidência da Província do recebimento do officio pelo é dada como extinta a Missão de Aricobé.. (Cota: Salvador: APEB/Colonial e Provincial/Governo/Câmara de Campo Largo: maç. 1822)*

Paço da Camara Municipal da Villa

de Campo Largo em Secção ordinaria 10
 de Julho de 1889.

III^{mo}. Ex^{mo}. Senr'

Temos a honra de accuzar o recebimento de officio de V. Ex^{cia}. de 21 de Junho de 1888, comunicando-nos para o nosso Conhecimento, o acto pelo qual V. Ex^{cia}. resolveu fazer effectivo a extinção do Aldeamento d'Aricobé n'este Termo, ordenandonos quanto aos demais terrenos a observação do que fora determinado pelo Ministerio da Fazenda em Circular de 12 de Dezembro de 1887, cuja Circular não nos veio as mãos; pelo que pedimos a V. Ex^{cia}. os necessarios esclarecimentos, a fim de deliberarmos de accordo com as instruções que por V. Excia. nos foi remettida.

Aproveitamos a occasião para reiterarmos os nossos protestos de alta estima e mui distinta Consideração.

Deus Guarde a V. Ex^{cia}.

III^{mo}. Ex^{mo}. Senr' Conselheiro D^{or}.
 José Luiz de Almeida Couto
 M. D. Prezidente da Provincia

[assin.: José Rodrigues Porto. P.]
 [assin.: Graciliano Alexandre do Bomfim] *[fl.1r]*
 [assin.: João José da Rocha]
 [assin.: José Leonardo de Carvalho] *[fl.1v]*

Imagens

Distribuição dos grupos indígenas Jê e Tupi no Interflúvio São Francisco-Tocantins

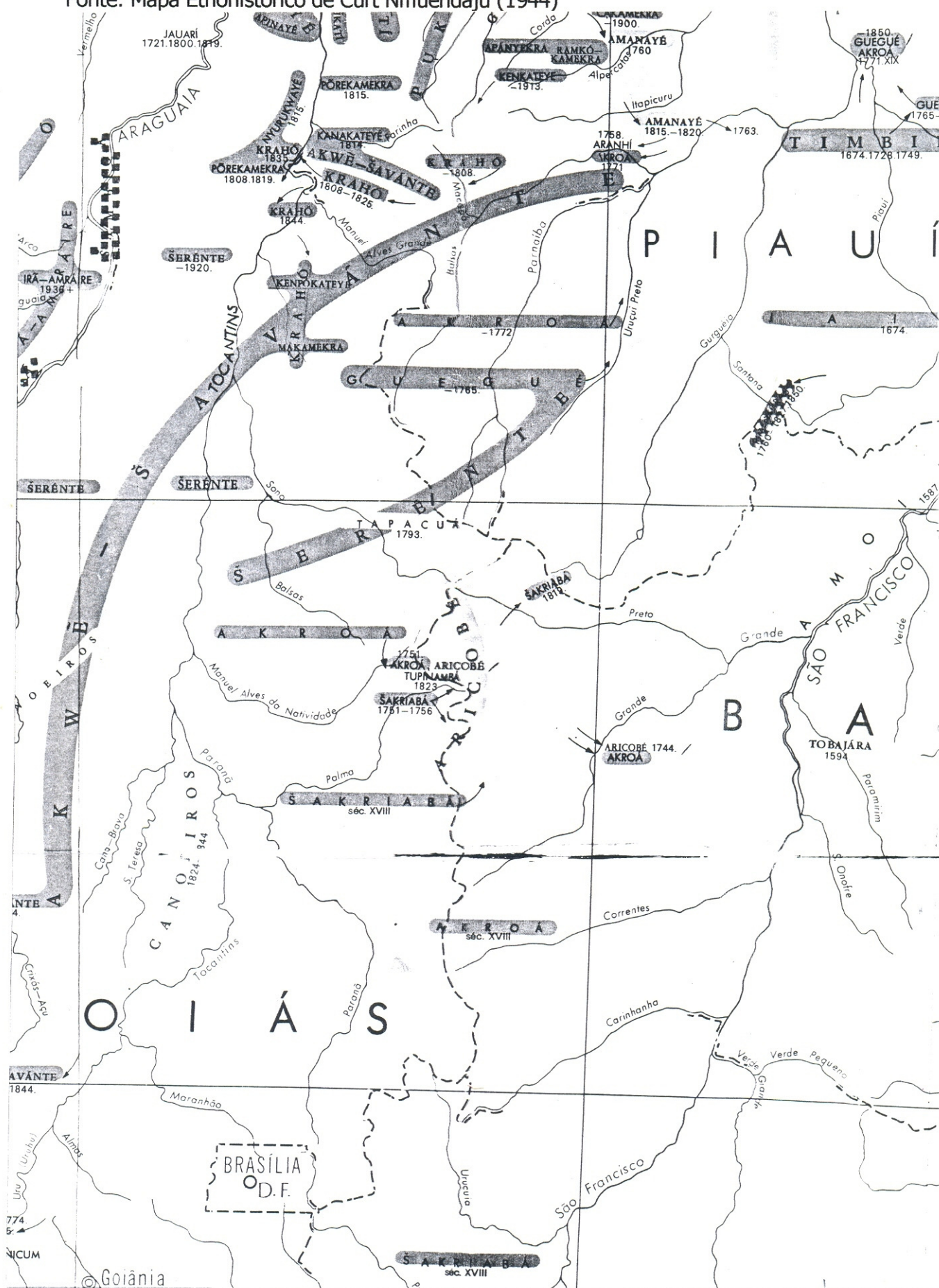


FIGURA N.4:

Bacia do Rio Corrente (Perfil geológico e vegetacional da área estudada no "Projeto Serra Geral")

Fonte: "Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central" (Barbosa et alli 1996, p.17)

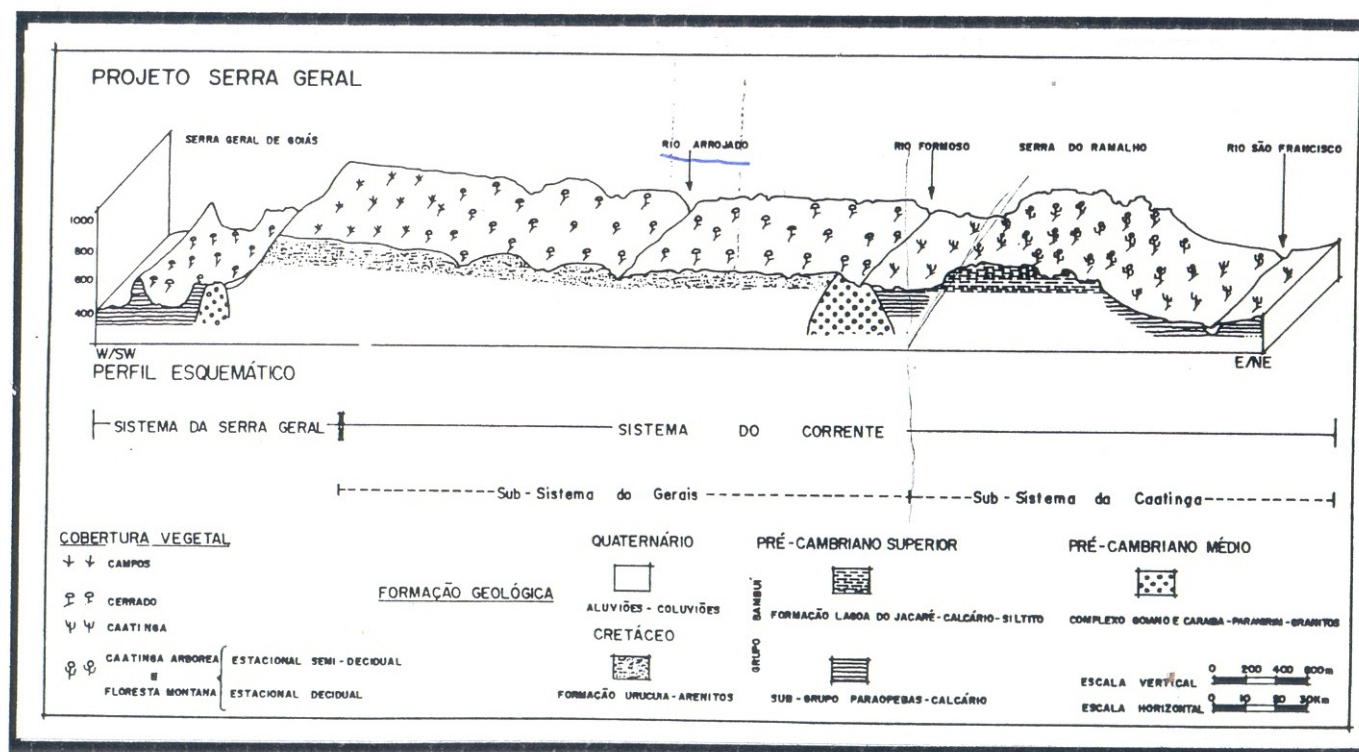




FIGURA N.5
"Grande Região Centro-Oeste"

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (vol. II – Grande Região Centro Oeste)

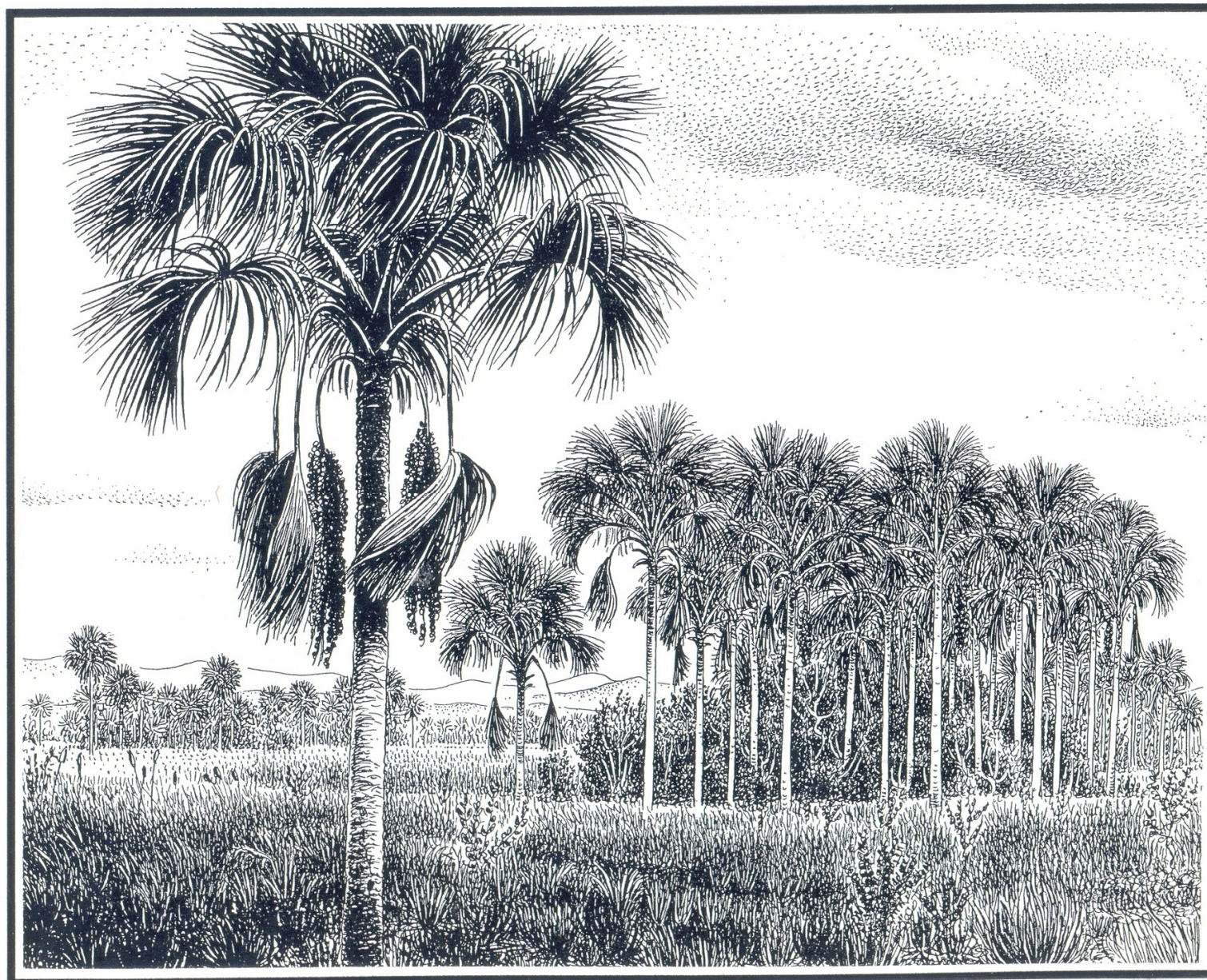


FIGURA N.6
"Buritizal"
Fonte: Tipos e
Aspectos do
Brasil

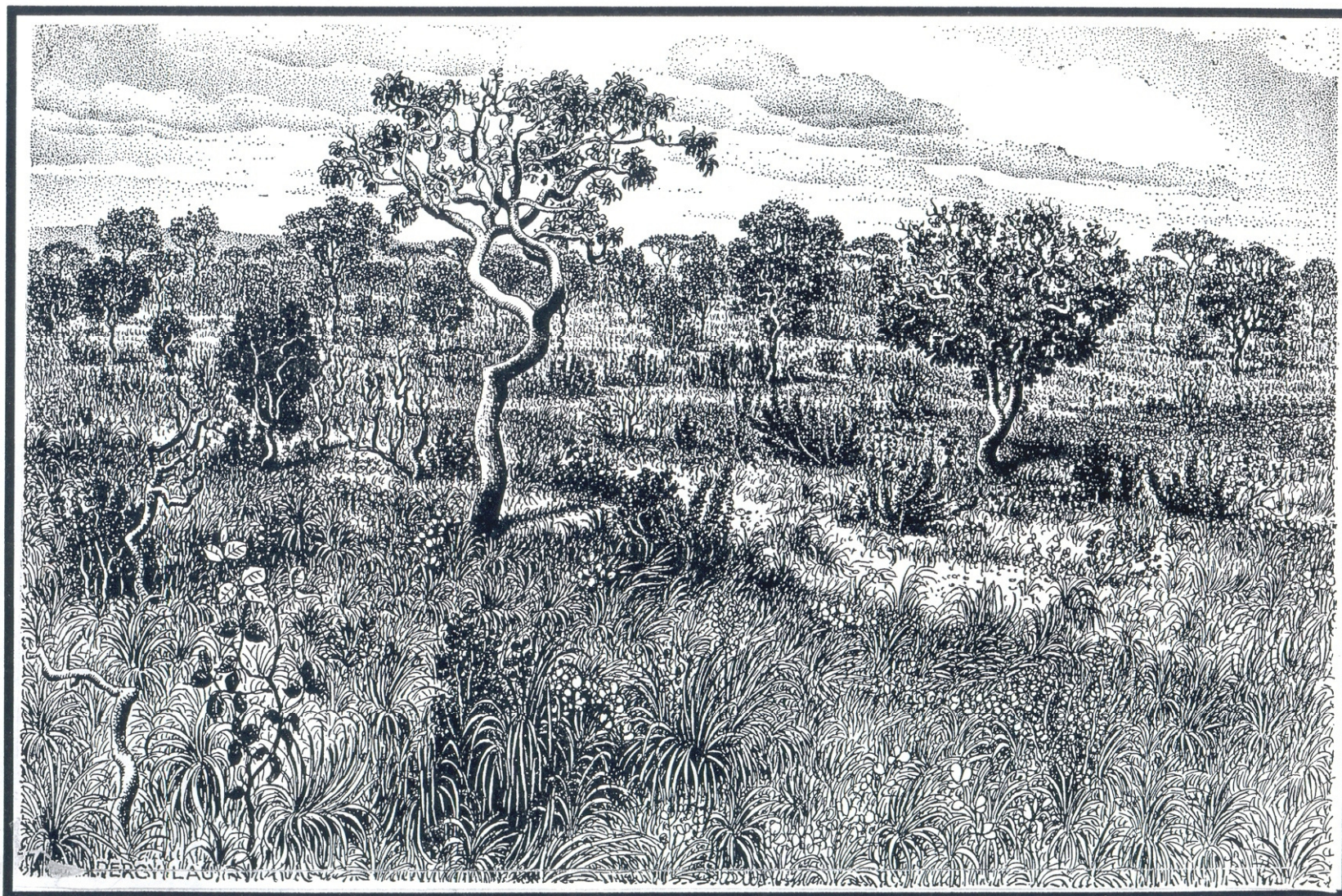


FIGURA N.7

"Campo Cerrado"

Fonte: Tipos e Aspectos do Brasil

Imagens II

AUTORIA: ANA MAGDA CARVALHO

AS DUAS MARGENS DO RIO ARROJADO**01****Margem Bom Sucesso****02****Margem Catolés**

03



Transição *Mata/Cerrado* - nuvens densas prenunciam a chegada da "estação das águas" nos *Gerais* (outubro)

04



Mata ciliar (rio Arrojado)

05



Homem lavrando cedro do brejo
("Ela é do *IBAMBA*, moço!!!!")

06



Imburucu do brejo

Terras de Ana de Marcelino

07



Brejo
as melhores terras para a agricultura em Bom Sucesso

08



"Rego grande": aqui, o buriti é um sinalizador de água;
neste trecho diz-se que o rego grande separa o núcleo "Pintados"
de Bom Sucesso de Cima, chamado também de "Passagem do Chiqueiro"

09



Roça de milho na várzea do rio
(Propriedade de Osvaldo José de Barros, o "Neguim")

10



Subárea "Pintados", onde predominam
as famílias "Florêncio de Barros"

11



Crianças fazendo anel com "coquinho"

12



O artesão Roberto e sua esposa, Divina

13



Nenée e Tanhã voltando do rio

14



Eu, Nani, Marcolino e Pedro do Busca Vida,
na varanda da casa

15



Ana do Busca Vida (Bom Sucesso, núcleo "Florêncio de Barros" ou "Pintados", como dizem os moradores de Caititu

16



Fronteira Bom Sucesso/Caititu: neste lugar, D. Maria de Lara diz haver cachimbos e panelas de barro enterredos, que teriam pertencido aos índios que habitavam o lugar



Ana de Inês e sua filha, Silvânia
(Fronteira Bom Sucesso/Caititu)



Os "crentes" (Bom Sucesso/Núcleo "Hilário dos Santos")



Fronteira Bom Sucesso/Caititu

20



Família extensa de D. Nené (ao centro) fazendo farinha



23

Modelos de cachimbos
fabricados em Bom Sucesso



24

25

Nani, Bianca, Nenêa, Tanhã e eu
(Bom Sucesso, outubro de 98)



PADRÕES DE HABITAÇÃO

26



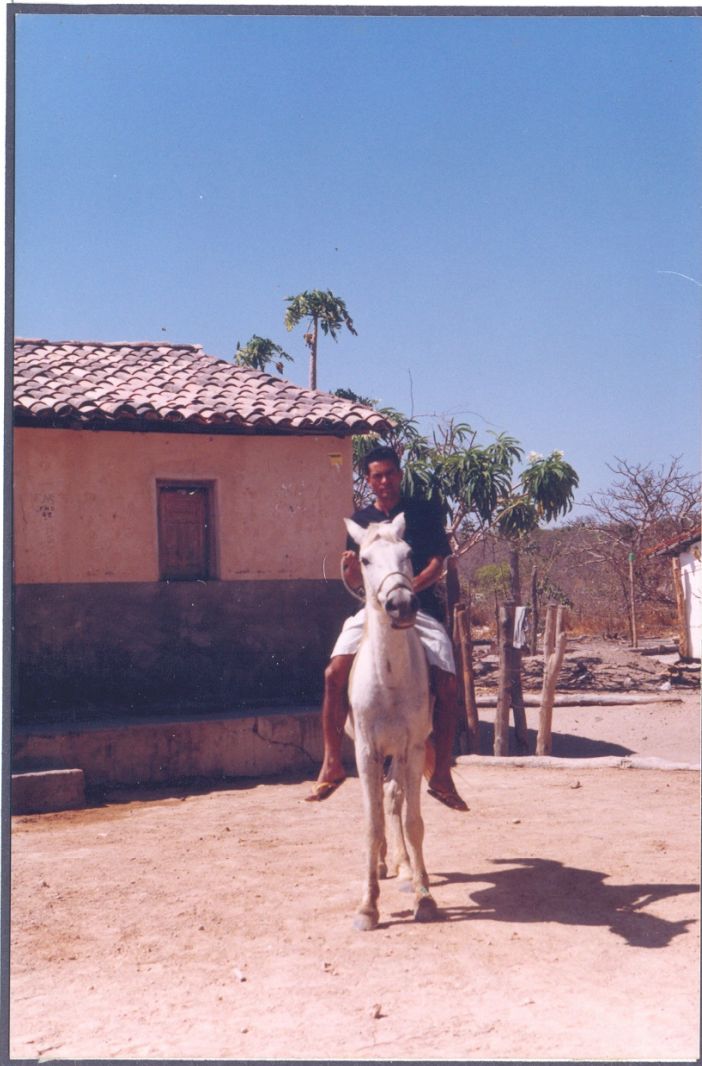
1990 (paredes de taipa e cobertura de palha de buriti)
- Fotografia gentilmente cedida pela FNS

27



1999 (Depois da reforma realizada pela
Fundação Nacional de Saúde/Correntina, entre 1993 e 1994)

28



Joaquim de Deca, informante de Catolés
- margem direita do rio Arrojado

29



Ambulatório da Fundação Nacional de Saúde
(FNS/Correntina)

